



Daniel Albuquerque Rocha

**História e memória de Guadalupe, um
bairro do subúrbio carioca. Das
explosões do paiol às intervenções da
Fundação da Casa Popular**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor pelo Programa de
Pós-Graduação em Serviço Social do
Departamento de Serviço Social da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Rafael Soares Gonçalves

Rio de Janeiro
Outubro de 2022



Daniel Albuquerque Rocha

História e memória de Guadalupe, um bairro do subúrbio carioca. Das explosões do paiol às intervenções da Fundação da Casa Popular

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo.

Prof. Rafael Soares Gonçalves

Orientador

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Profa. Andreia Clapp Salvador

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Deivison Gonçalves Amaral

Departamento de História – PUC-Rio

Prof. Mário Sergio Ignácio Brum

UERJ

Prof. Leandro Daniel Benmergui

SUNY

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 2022

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da Universidade, do autor e do orientador.

Daniel Albuquerque Rocha

Graduou-se em Serviço Social na UCB (Universidade Castelo Branco) em 2012. Concluiu o mestrado na PUC-Rio (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro) em 2016. É pesquisador do LEUS (Laboratório de Estudos Urbanos e Socioambientais) com ênfase em Políticas de Habitação, Direito à Cidade, Periferias e Assistência Social.

Ficha Cartografia

Rocha, Daniel Albuquerque

História e memória de Guadalupe, um bairro do subúrbio carioca. Das explosões do Paiol às intervenções da Fundação da Casa Popular / Daniel Albuquerque Rocha; orientador: Rafael Soares Gonçalves. – 2022.

141 f.: il. color.; 30 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2022.

Inclui bibliografia.

1. Serviço Social – Teses. 2. Guadalupe. 3. Políticas de habitação. 4. Fundação da Casa Popular e memória. I. Gonçalves, Rafael Soares. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD: 361

Dedico esta tese as minhas filhas, por serem minha
inspiração, minha esposa, mãe e irmãos por
estarem sempre ao meu lado.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus, por me permitir concluir mais esse sonho.

Agradeço as minhas filhas (Mariana e Helena), que me ensinaram o que é ser pai e que transbordam amor todos os dias.

Agradeço a minha esposa Luciana, que ao longo de todos esses anos é minha companheira em todos os momentos.

Agradeço a minha mãe, que sempre esteve ao meu lado, me apoiando e não me deixando desanimar com os percalços da vida.

Agradeço a meu pai Paulo (in memoriam), por seu companheirismo e parceira ao longo de sua vida.

Aos avós Nélia e Waldir (in memoriam), por acreditarem nos meus sonhos.

Aos meus irmãos Bruno, Nathalia e Carol, por me fazerem o irmão (mais velho) mais feliz do mundo.

Ao meu orientador Rafael Soares, que mais do que um professor foi um amigo e incentivador nesse período. Ele nunca me deixou desistir e sempre serei grato por isso.

A todos os professores que me acompanharam nessa caminhada de PUC, principalmente as coordenadores Inez Stampa e Valéria Bastos, pelo apoio incondicional e a Andreia Clapp por sempre prestigiar minhas loucuras suburbanas.

Aos meus orientadores Beth Queiroga (in memoriam) e Marcio Brotto (in memoriam) por serem meus primeiros incentivadores.

Aos funcionários do departamento de Serviço Social, Bruno, Rosa e Victor por sempre estarem disponíveis.

Joana, você merece um agradecimento especial por tudo que fez ao longo desses anos que estive na PUC, muito obrigado.

Ao meu amigo Hércules, que sempre está disponível e presente em minha vida.

A minha amiga Sindely, por todo apoio e parceria na vida acadêmica.

A minha amiga Clarice, por todo apoio e parceria.

À FAPERJ e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

Resumo

Rocha, Daniel Albuquerque; Gonçalves, Rafael Soares. **História e memória de Guadalupe, um bairro do subúrbio carioca. Das explosões do paiol às intervenções da Fundação da Casa Popular.** Rio de Janeiro, 2022. 141p. Tese de Doutorado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Guadalupe é um bairro do subúrbio carioca, localizado na zona norte do rio de janeiro e muitas vezes representado pela precariedade de serviços e pela violência do seu entorno. no entanto, há poucas pesquisas sobre a sua história e sua realidade atual. Guadalupe foi profundamente marcado pelas intervenções da Fundação da Casa Popular. criada durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, essa fundação visava expandir a política habitacional no país. Apesar de resultados limitados dessa fundação em escala nacional e mesmo municipal, o bairro de Guadalupe, especificamente, foi profundamente impactado por ela, sendo o local que mais recebeu suas intervenções no país. Tais intervenções moldaram o bairro e desenharam formas de sociabilidade específica. A partir de pesquisa documental em fundos públicos sobre o bairro, em jornais de época na hemeroteca da biblioteca nacional e com a realização de entrevistas junto a moradores do bairro, a presente tese procura reconstruir a história do bairro através da memória de seus habitantes, a tese discorre sobre as memórias dos moradores, como as explosões do paiol do exército, situado nos arredores do bairro, as formas de habitar desenhadas pelos projetos da Fundação da Casa Popular, o passado fabril de Guadalupe, assim como as inúmeras manifestações culturais e de lazer ali existente, como os bailes soul, os grupos de bate bola e os blocos de carnaval. pretende-se, assim, desconstruir a ideia de Guadalupe como um bairro dormitório e sublinhar a enorme riqueza e diversidade de sua história.

Palavras Chaves

Guadalupe; Políticas de Habitação; Fundação da Casa Popular e Memória.

Abstract

Rocha, Daniel Albuquerque; Gonçalves, Rafael Soares (Advisor). **History and memory of Guadalupe, a neighborhood in the Suburb of Carioca. From the explosions in the Paiol to the interventions in The Foundation of the Popular House.** Rio de Janeiro, 2022. 141p. Tese de Doutorado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Guadalupe is a neighborhood in the carioca suburbia, located in the north area of Rio de Janeiro and many times represented by the precarity of services and the violence of its surroundings. However, there is few research about it's history and it's current reality. Guadalupe was deeply marked by the interventions by the Foundation of Casa Popular. Created during the government of Eurico Gaspar Dutra, this foundation aimed to expand housing policy in the country. Despite limited results of this foundation on a national and even municipal scale, the neighborhood of Guadalupe, specifically, was deeply impacted by it, being the place that received it's interventions in the country. Such interventions shaped the neighborhood and designed specific forms of sociability. Based on documentary research, in public funds about the neighborhood, in period newspapers in the national hemerotec library and with interviews with residents of the neighborhood, this thesis seeks to reconstruct the history of the neighborhood through the memory of it's inhabitants, thesis discuss about the memories of the residents, such as the explosions of the army paiol, located in the surroundings of the neighborhood, the ways of inhabiting projected by the foundation of Casa Popular, the fabric industry past of Guadalupe, as well as the countless manifestations of cultural and leisure there existing, like the bailes soul, the bate bola groups and the carnival blocks. thus, it is intended to deconstruct the idea of Guadalupe as a dormitory neighborhood and underline the huge rich and diversity of it's history.

Keywords

Guadalupe; Housing Politics; Foundation of Casa Popular and Memory.

Sumário

1. Introdução	17
2. História e memória de Guadalupe: um bairro suburbano	27
2.1. Memória	27
2.2. O subúrbio carioca	34
2.3. Continuando a debater a noção de subúrbio carioca através do bairro de Guadalupe	41
3. Guadalupe: da fundação da Casa Popular ao BNH	54
3.1. A Fundação da Casa Popular e o Bairro de Guadalupe	54
3.2. Condomínio Getúlio Vargas	66
3.3. Casas balão	69
3.4. A experiência das casas de zinco e de blocos de concreto	79
3.5. A experiência mais tardia do BNH no Bairro de Guadalupe	85
4. Memórias de um bairro operário: da explosão do Paiol ao Baile Soul	92
4.1. As explosões como uma experiência de identidade coletiva	94
4.2. A herança fabril e o legado da Remington	100
4.3. Guadalupe e a importância do lazer	109
4.3.1. O Grande Baile Soul de 1976	111
4.3.2. O Bolo Doido em Guadalupe	115
4.3.3. Namorar eu Sei	126
5. Considerações finais	130
6. Referências Bibliográficas	134

7. Anexos	138
7.1. Anexo 1 – Decreto de criação da Fundação Casa Popular	138
7.2. Anexo 2 – A terceira Via da cidade do Rio de Janeiro	139
8. Apêndice – Roteiro para realização das entrevistas	140

Lista de quadros

Quadro 1 – Entrevistados	25
Quadro 2 – Condomínio do BNH	89

Lista de mapas

Mapa 1 – Bairro de Guadalupe	42
Mapa 2 – Zona de intervenção da FCP em construções alternativas Guadalupe (área em vermelho)	84
Mapa 3 – Localização dos conjuntos habitacionais do BNH no Bairro de Guadalupe	87

Lista de documentos

Documento 1 – Tabela sobre a produção habitacional da Fundação da Casa Popular – 1952	51
Documento 2 – Contrato de Compra de lote	52
Documento 3 – Reportagem sobre as casas balão	70
Documento 4 – Anúncio da Casa Balão	77
Documento 5 – Reportagem sobre o Bloco Namorar eu sei	128

Lista de figuras

Figura 1 – Condomínio Getúlio Vargas – Vista do alto (a)	69
Figura 2 – Condomínio Getúlio Vargas – Vista do alto (b)	69
Figura 3 – Casa Balão Vista de dentro	71
Figura 4 – Interior da casa balão	72
Figura 5 – Cozinha da casa balão	73
Figura 6 – Banheiro da Casa Balão	74
Figura 7 – Janela original de uma casa balão	75
Figura 8 – Janela modificada de uma casa balão	76
Figura 9 – Abertura de outra janela	78
Figura 10 – Construção de telha sobre a casa balão	78
Figura 11 – Entrada da casa de Zinco (a)	80
Figura 12 – Entrada da casa de Zinco (b)	80
Figura 13 – Lateral da casa de zinco	81
Figura 14 – Entrada da casa de Zinco (c)	81
Figura 15 – Casas de Blocos de concreto	83
Figura 16 – Casa de blocos de concreto	83
Figura 17 – Placa de inauguração do conjunto do BNH	88
Figura 18 – Condomínio do BNH – Rua Amboina	88
Figura 19 – Prédios dois quartos	89
Figura 20 – Fachada do prédio de dois quartos	90
Figura 21 – Apartamento de um quarto	90
Figura 22 – Primeiras imagens da explosão do paiol (a)	95
Figura 23 – Primeiras imagens da explosão do paiol (b)	95
Figura 24 – Paiol em chamas	96
Figura 25 – Foto aérea da Remington – 1957	105
Figura 26 – Festa de Natal – 1989	107

Figura 27 – Desfile do grupo Bolo doido – 1991	116
Figura 28 – Casaca do Tio Sam/Desfile de 2020 – Releitura do primeiro desfile	117
Figura 29 – Modelo inicial do Bolo Doido	118
Figura 30 – Grupo Bolo Doido com o conjunto Getúlio Vargas ao fundo – 1999	120
Figura 31 – Primeira versão do Tio Sã – 1992	121
Figura 32 – Fantasia do desfile sobre o Tio Sam de outro ângulo	121
Figura 33 – Crianças com fantasia do Bolo Doido (a)	122
Figura 34 – Crianças com fantasia do Bolo Doido (b)	123
Figura 35 – Crianças com fantasia do Bolo Doido (c)	123
Figura 36 – Integrante do Bolo Doido próximo a um carro alegórico	125
Figura 37 – Porta bandeira e mestre sala do bloco Namorar eu Sei – 1967	127

Lista de abreviaturas e siglas

BNH – Banco Nacional de Habitação

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CEDAE – Companhia Estadual de Águas e Esgoto

FCP – Fundação da Casa Popular

FGV – Fundação Getúlio Vargas

IAPB – Instituto de Aposentadoria e Previdência dos Bancários

IAPI – Instituto de Aposentadoria e Previdência dos Industriários

IAPs – Instituto de Aposentadoria e Previdência

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LEUS – Laboratório de Estudos Urbanos e Socioambientais

RFFSA – Rede Ferroviária Federal

SFH – Sistema Financeiro de Habitação

1 Introdução

Eu sempre me perguntei o porquê do bairro que nasci e fui criado não estar em livros ou nas novelas que via na televisão. Desde a infância gostei de história e procurava nos livros didáticos algo sobre Guadalupe.

Nos livros de história, temos apenas a história tida como oficial, aquela que está lá pronta e que não tem a participação da população em sua construção. Esse assunto sempre me inquietou demais, afinal de contas, eu nunca me senti representado naquelas histórias, nas quais sempre há um herói “branco de olho azul” e um vilão, normalmente associado a pessoas marginalizadas e oriundas de camadas mais pobres da população.

Eu sempre fui muito curioso e andando pelas ruas do meu próprio bairro, comecei a notar que algumas habitações tinham formatos diferentes das que normalmente contemplam um bairro suburbano. Algumas casas tinham um formato estranho, arredondados e muito parecido com os formatos das ocas dos povos originários e dos Iglus dos esquimós do Polo Norte. Outras casas não eram de concreto, pareciam que foram construídas somente por placas de alumínio. Sempre me perguntei como elas ficavam de pé e o porquê de alguém construir casas assim em um lugar tão quente como Guadalupe (Rocha et al., 2022). De certa forma naturalizei tais realidades... viraram parte das “lendas” escutadas e contadas em família ou em rodas de amigos do bairro.

Outro ponto que sempre me causou certo fascínio eram aqueles prédios imensos que serpenteavam a Avenida Brasil e que, segundo os moradores mais velhos, já foi o maior da América Latina. Eles eram lindos e grandiosos de um jeito que um morador do subúrbio carioca não estava acostumado a ver. Fiquei ainda mais encantado ao ver que existiam outros parecidos em outros bairros da cidade, como em São Cristóvão ou na Gávea.

Essas questões só começaram a ser problematizadas quando o professor Rafael Soares Gonçalves me indagou sobre a possibilidade de estudar o meu próprio bairro. A minha proposta original para o doutorado era bem diferente e se

voltava para o papel das Assistentes Sociais no mundo do samba. Por certo, eu teria contato com o mundo suburbano, mas por um viés bem distinto. Ao problematizar o meu próprio bairro, comecei a me deparar com o fato de a história desse local ser importante não somente aos seus moradores, mas para repensar a própria história de nossa cidade.

Ao trabalhar a história do meu bairro, voltei ao esforço da Micro-História, que se foca primordialmente aos marginalizados e esquecidos dos grandes relatos históricos, possibilitando pensar, analisar, pesquisar e fazer História em um ângulo de observação bem focado e reduzido (Ravel 1998) e, muitas vezes, negligenciado. Trata-se, assim, de direcionar a análise para momentos e lugares específicos com o objetivo de apresentar novas realidades, personagens e mesmo localidades.

A partir de um esforço baseado na História Oral, minha proposta se pauta em desenvolver uma delimitação:

- i. espacial: o bairro de Guadalupe, localizado no subúrbio carioca;
- ii. temática: memórias sobre os programas de habitação e sobre alguns eventos e aspectos diversos da vivência no bairro;
- iii. temporal: ênfase no período do pós-guerra até os anos 1980.

A micro-história permite revelar fatos e realidades até então desconhecidas e não abordados nos livros didáticos e na produção acadêmica da História e áreas afins (Vainfas, 2002). O esforço principal do presente trabalho se volta para o cotidiano do bairro, permitindo fazer a história através das biografias de alguns dos seus moradores, mesmo que tais indivíduos fossem figuras aparentemente anônimas. Na verdade, é isso que permite esclarecer as realidades conjunturais existentes dentro das estruturas já conhecidas.

A micro-história traz uma escala mais reduzida em suas análises. A reflexão a partir de personagens célebres e famosos são bem menos usuais. Todos os personagens são dignos de contar a sua história e de não mais ter a história contada pelos detentores do saber formal. Ainda segundo Vainfas (2002, p.17) a Micro História é “uma história problematizadora do social, preocupada com as massas anônimas, seus modos de viver, sentir e pensar”.

A partir desses elementos, o presente trabalho procura fazer uma história do bairro sem se dobrar as mesmas representações negativas associadas à Guadalupe. A experiência de morador do próprio local de pesquisa traz obviamente desafios metodológicos, mas enriquece também um olhar de análise. De certa forma, é nossa própria história, que vai se desenrolando pelas falas e relatos recolhidos durante as pesquisas.

Ser morador do subúrbio carioca é algo para muitos pejorativo. Quando falo que sou nascido e criado em Guadalupe, esse preconceito só aumenta. E quando questiono o porquê desse sentimento o que posso observar é que existe um desconhecimento do bairro e, por consequência, certo esquecimento social da minha origem. Acabamos, por vezes, introjetando tais representações e perdendo a capacidade de compreender o valor da história de onde vivemos, da nossa própria história.

Moro em um bairro riquíssimo de vivências e movimentos importantes para a cidade do Rio de Janeiro e para o Brasil. De certa forma, o subúrbio carioca ficou em uma espécie de penumbra, já que grande parte da reflexão urbana sobre a cidade investiu na reflexão sobre os bairros da Zona Sul ou sobre as Favelas. Zona Sul sendo o local onde todos devem almejar morar e viver e a favela, ora o local da marginalidade ora berço da cultura popular.¹ O subúrbio, imprensado nessas duas linhas de debate, ficou sem densidade teórica de análise. Assim, o volume de trabalhos sobre esse espaço ainda é pequeno, sem contar que identidades urbanas não são estanques e se coadunam ou se sobrepõem. Mesmo não sendo o objeto do presente trabalho, ainda carece de reflexão a distinção do que é uma favela no subúrbio em contraponto a uma favela da zona Sul, ou, em outra direção, pensar a enorme heterogeneidade social dos próprios bairros do subúrbio, analisando, por exemplo, a presença de bairro relativamente nobres no subúrbio.

Outro ponto importante nesse debate é que há pouca reflexão no Serviço Social sobre a cidade e o urbano. É comum os assistentes sociais optarem por debater as expressões da questão social como fator predominante nos seus materiais acadêmicos e, por vezes, a cidade aparece como pano de fundo desse

¹ Sobre esse debate, ver o artigo “A terceira Margem do Rio”, de Paulo Roberto Pires, publicado no Jornal O Globo, do dia 24 de agosto de 2008 (p.13), que se encontra no anexo 2 do presente trabalho.

debate. Porém, entendo que a cidade é um fator central para se entender a dinâmica da vida em sociedade, materializando plenamente tais expressões da questão social.

Entender que o território é algo muito maior que uma mera definição de espaço de abrangência de atendimento, trará uma nova visão para a profissão, sobre o urbano e sobre esse indivíduo que mora e se reconhece como construtor de sua própria história. Falar a linguagem da população e entender suas histórias, trará uma maior proximidade dos assistentes sociais com a população atendida por eles.

Como aluno do programa de pós-graduação em Serviço Social e integrante do LEUS (Laboratório de Estudos Urbanos e Socioambientais), aprofundar o debate sobre o subúrbio abrirá um novo guarda-chuva de temáticas para a instituição. Pensar que poderemos ampliar esse debate no departamento de Serviço Social da PUC-Rio e torná-la uma referência no estudo do subúrbio carioca, assim como ela já é quando se trata de estudos sobre favelas.

Como pontuamos anteriormente, há poucos trabalhos sobre o subúrbio carioca, sobretudo no Serviço Social. Trata-se certamente de uma importante lacuna sobre um espaço com tanta importância para a cidade do Rio de Janeiro. Muitos assistentes sociais atuam nessa área da cidade. Entendemos que a compreensão do subúrbio é um elemento central para qualificar a atuação profissional.

Um ponto central de nossa reflexão se baseará na atuação da Fundação da Casa Popular no pós-guerra. Apesar das iniciativas das carteiras habitacionais dos IAPs, a Fundação da Casa Popular foi o primeiro órgão público voltado especificamente para a habitação. Ainda que tenha construído muito menos unidades habitacionais que os próprios IAPs ou o Banco Nacional de Habitação (BNH) durante a ditadura militar, a Fundação da Casa Popular trouxe experiências interessantes e inovadoras. Como analisaremos no decorrer desse trabalho, em que pese o diminuto êxito em termos numéricos da produção de moradia da Fundação da Casa Popular, ela concentrou grande parte de suas iniciativas, no Rio de Janeiro, justamente no bairro de Guadalupe. Tais experiências ainda são pouco

estudadas e conhecidas provavelmente por terem sido implementadas em um bairro periférico e suburbano da cidade.

Como morador, é importante propor e debater sua origem e seus desafios, quebrando o paradigma que nossa história só é contada por aqueles que nem mesmo conheceram o território, que não ouviram as histórias da população e principalmente não vivenciaram e nem vivenciam a dinâmica do subúrbio carioca.

Já para os moradores do subúrbio carioca, ter sua história contada pelas suas próprias memórias faz parte de uma afirmação identitária de valorização de sua própria história. O interesse em romper afirmações simplórias que os bairros do subúrbio são simples dormitórios e que o sonho de seus moradores é conseguir recursos para enfim conseguirem morar em um bairro da Zona Sul. Acreditamos que trabalhar historicamente tais bairros se justifica pelo esforço de reverter a sina que o subúrbio é necessariamente um local abandonado pelo poder público e que só aparece nos jornais e arquivos quando é referenciado pela violência e pelo tráfico. Despertar o orgulho da origem será o ponto de maior relevância desse estudo, provar que o subúrbio carioca é também um local importante para essa cidade, dita como maravilhosa.

Assim, temos como hipóteses desse trabalho que o bairro de Guadalupe é um bairro importante para a historiografia carioca. Propomos, ainda nesse trabalho, que o bairro só existe como o conhecemos hoje devido as intervenções governamentais com projetos de habitação popular, sobretudo aqueles capitaneados pela Fundação da Casa Popular. Por fim, compreendemos que o bairro tem sua história perpassada por grandes eventos, sobretudo as explosões do paiol do exército situado na floresta do Camboatá, e pela sua herança fabril e pelas experiências de lazer, elementos importantes na construção da identidade local.

Essa tese foi construída, em grande parte, pela memória dos moradores de Guadalupe, que participaram ativamente da construção do bairro. Se a memória pode ser encarada como um fenômeno individual e particular de quem relembra e revive a sua história, não podemos esquecer que a forma como indivíduo interage em sociedade é também um fator importante na construção de suas lembranças e memórias, ou seja, a memória é enquadrada coletivamente. São os quadros sociais da memória que nos permite identificar uma memória propriamente coletiva

(Halbawachs, 1990).

Nesse contexto, demos prioridade para a História Oral do Bairro. Segundo Pollak (1989, p. 4):

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "Memória oficial", no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade.

Afirmamos, assim, que a memória coletiva baseada na história oral será fundamental para articularmos a história do bairro de Guadalupe e de seus moradores. Defender a história dos “excluídos” traz à tona a história do povo, de suas origens e de suas raízes. Amplifica a sua voz para que todos possam ouvir, como em um ato de resistência social a dominação dos detentores dos meios culturais.

Ao entender que a cidade é viva e que pulsa e se reconstrói a cada momento, levaremos em conta que a memória construída pelos seus habitantes é mutável. Entender que essa é viva e mutável faz dela o local onde os indivíduos assumem seus papéis sociais, como seres de transformação da vida urbana. Segundo Silva e Vogel (1984, p. 6):

A cidade surge, neste sentido, como o *theatrum* da sociedade. Ela é o lugar da representação e da expressão. Os lugares urbanos são palcos onde se representam os papéis mais significativos para os diferentes grupos sociais que habitam a cidade. Como são estes os responsáveis pelo aspecto e conformação desses lugares, podemos acrescentar que, através deles (lugares) se expressam os valores afeiçoados na sociedade. O espaço construído é, portanto, um elemento constitutivo da própria cultura e confere ao modo de vida vigente o seu caráter peculiar.

Realizar o que chamamos de arqueologia urbana teria o papel de restituir, para os membros da sociedade em questão, o sentido de sua existência sócio-histórica e, portanto, de sua identidade (Silva & Vogel, 1984, p. 6). Ao contrário do exercício realizado por Silva e Vogel (1984) para reconstruir as memórias dos moradores do Catumbi após as obras de abertura do túnel Santa Bárbara, que destruiu grande parte desse bairro, acreditamos que arqueologia urbana de Guadalupe significa revalorizar memórias sufocadas por representações de uma

cidade elitista e excludente. Dar sentido a existência dos moradores de Guadalupe dará sentido ao bairro e as suas origens não documentadas até então.

No esforço de reconstituir a memória social sobre o bairro, vamos priorizar a utilização da História oral mantendo sempre o distanciamento necessário para a realização de uma escuta crítica. Assim, como devido respeito às pessoas envolvidas, à tenacidade de sua tristeza e à gravidade de seus motivos, nossa tarefa é interpretar criticamente todos os documentos e narrativas, inclusive as delas (Portelli, 1996, p. 106).

Esse trabalho pensa a história oral e suas representações como um diálogo na qual o narrador sempre coloca suas emoções e subjetividades nos relatos:

As representações se utilizam dos fatos e alegam que *são* fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem. Talvez essa interação seja o campo específico da história oral, que é contabilizada como *história* com fatos reconstruídos, mas também aprende, em sua prática de trabalho de campo dialógico e na confrontação crítica com a alteridade dos narradores, a entender representações (Portelli, 1996, p. 111).

Assim, é papel do pesquisador ouvir e entender que essa história é contada pelo povo que foi oprimido e subjugado por muito tempo, que suas emoções e suas memórias afetivas estão contidas em seu discurso e que quando essas memórias se repetem em vários discursos são fontes importantes na compreensão da realidade.

A História Oral procura ouvir e registrar a memória dos participantes da pesquisa, que integram normalmente grupos sociais excluídos da história oficial, que é normalmente produzida pelos grupos dominantes, detentores do poderio econômico, dos meios de comunicação e da academia. Isso explica o enorme vazio da produção acadêmica sobre o subúrbio carioca e, em especial sobre o bairro de Guadalupe. A história oral vem, assim, na contramão desse *modus operandi*, trazendo a história de povos que vivem à margem da sociedade.

Deve haver uma cumplicidade na história oral, na qual o entrevistado entende e que o entrevistador compreende e dá valor à história que ele vai passar. Que essa voz daqueles à margem sempre esteve lá, porém, não foi amplificada e contada ao grande público. Não vamos dar voz a ninguém, mas ouvir e interpretar

vozes que sempre existiram, mas foram pouco ouvidas. Esse processo se dá através de luta e de um grande esforço de seu povo, contando sua história de pai para filho como forma de manter vivo suas raízes. Portelli (1996, p. 129) nos fala que:

A memória da Resistência, de fato, nunca coincidiu com o discurso do Estado. Se a Resistência se tornou memória "oficial", isso ocorreu muito mais tarde, e à custa de convertê-la num ritual de monumentos e coroas de flores, uma cerimônia acomodada e inócua da esfera política, da qual a gente do povo se sente cada vez mais afastada.

Além da revisão bibliográfica, essa tese realizou uma análise documental com o levantamento de material junto a arquivos públicos e arquivos de instituições do bairro (igrejas e associações de moradores) e a realização de história oral com entrevistas com moradores do bairro. Entrevistamos ao total dez moradores, que serão brevemente descritos abaixo.

A primeira pessoa entrevistada foi Geracy Alves Machado, mais conhecida como Dona Jura. Hoje ela está com 93 anos, é uma das moradoras mais antigas do bairro. Dona Jura contribui contanto como era o bairro quando ela se mudou ainda criança e de que maneira, através dos costumes populares e suburbanos (entregar doce no dia de São Cosme e Damião), ela contribuiu na formação de uma memória coletiva do bairro transferida entre gerações.

A segunda pessoa a ser entrevistada foi Azimar Santos Cruz, mais conhecido como Seu Azimar, hoje com 71 anos. Ele foi o segundo morador do bloco 18 quando seu pai veio de Cuiabá para morar no Rio de Janeiro. Ele contribuiu contando a história da construção do Getúlio Vargas e como foi passar a infância toda no bairro.

A terceira entrevistada foi Maria Luiza da Silva Melo, conhecida como Maria Luiza, ela hoje está com 73 anos. Foi uma das primeiras moradoras do bairro, passou pelas explosões do paiol e ainda trabalhou por 18 anos na Fábrica Remington.

O quarto entrevistado foi Almir Severino de Barros, conhecido por todos no bairro como Seu Almir. Hoje com 68 anos, é um morador antigo do bairro. O quinto entrevistado foi Itabira Correia. Hoje com 80 anos, é morador das casas balão e participou ativamente da construção do bairro. Itabira, como é conhecido,

chegou ainda criança ao bairro.

O sexto entrevistado foi Jonas dos Santos, conhecido no bairro como Jonas Camisa. Tem 57 anos e foi o fundador do grupo de bate bola Bolo Doído e morador ativo da favela do Muquiço até os dias de hoje. O sétimo entrevistado foi Eduardo Francisco da Silva, conhecido no bairro como Eduardo, hoje com 51 anos. Foi frequentador ativo do bloco de carnaval Namorar eu Sei e é integrante do Grupo de bate bola Bolo Doído.

O oitavo entrevista foi Eduardo Abreu, conhecido como Eduardo, hoje com 50 anos. Foi morador durante mais de vinte anos das casas de zinco. O nono entrevistado foi André Luiz, conhecido na infância como André Capeta, hoje está com 50 anos e foi um dos primeiros moradores dos apartamentos construídos pela Banco Nacional de Habitação.

A décima e última entrevistada foi Lucilia Martins de Albuquerque, conhecida como Lucília. Hoje com 60 anos, foi moradora dos apartamentos construídos pela Fundação da Casa Popular e trabalhadora da Fábrica Remington.

Abaixo segue uma planilha sobre os entrevistados:

Quadro 1 – Entrevistados

TABELA DE ENTREVISTADOS					
NOME COMPLETO	NOME NA TESE	IDADE	PROFISSÃO	PAPEL NA PESQUISA	DATA DA ENTREVISTA
Geracy Alves Machado	Dona Jura	93	Aposentada	Moradora Antiga do Bairro	01/04/2019
Azimar Santos Cruz	Azimar	71	Aposentado	Morador do Getúlio Vargas	21/04/2019
Maria Luiza da Silva Melo	Mria Luiza	73	Aposentada	Moradora Antiga do Bairro e Trabalhadora da Remington	19/04/2019
Almir Severino de Barros	Almir	68	Corretor de Imóveis	Morador Antigo do Bairro	
Itabira Correia	Itabira	80	Aposentado	Morador da Casa Balão	20/05/2022
Jonas dos Santos	Jonas	57	Estampador	Fundador do Bolo Doído	25/05/2021
Eduardo Francisco da Silva	Eduardo	51	Dinamizador Comunitário do Complexo do Muquiço.	Frequentador do Namorar eu Sei e do Bolo Doído	24/05/2021
Carlos Eduardo Abreu	Eduardo Abreu	50	Fiscal de ônibus	Morador das Casas de Zinco	22/05/2021
André Luiz	André Luiz	50	Segurança	Morador do BNH	15/05/2021
Lucilia Martins de Albuquerque	Lucilia	60	aposentada	Moradora da Fundação da Casa Popular e Trabalhadora da Remington	10/01/2022

Fonte: Elaboração própria (2022).

Além da presente introdução (capítulo 1), a tese possui mais três capítulos. No segundo capítulo, intitulado *História e Memória de Guadalupe: Um Bairro Suburbano*, trabalhamos o conceito de memória e de Subúrbio Carioca, apresentando já um pouco da história do bairro de Guadalupe.

No terceiro capítulo, intitulado *Guadalupe: Da Fundação da Casa Popular até o BNH*, a opção foi trabalhar sobre as políticas de habitação social presentes no bairro, aprofundamos o debate sobre a Fundação da Casa Popular e o Banco Nacional de Habitação. Aprofundamos, ainda, o debate sobre o Condomínio Getúlio Vargas, sobre as Casas Balão, as Casas de Zinco e as Casas de Blocos de Concreto.

Já no quarto capítulo, intitulado *Memória de um bairro Operário: da Explosão do Paiol até o baile Soul*, analisamos o papel que eventos como as Explosões do Paiol de Guadalupe e o Baile Soul impactaram na memória da população e forjaram a história local. Além disso, tratamos a questão da identidade local falando sobre experiências de lazer como o grupo de bate bola Bolo Doido e o bloco carnavalesco Namorar eu Sei.

Fernandez (2005, p. 159) nos apresenta as transformações históricas e sociais, que o conceito subúrbio vem sofrendo ao longo dos anos. Isso modificou o debate que durante muitos anos perdurou sobre a valorização do ser suburbano, transformando o caráter identitário e positivo de tal conceito para uma perspectiva pejorativa. Essa tese busca contribuir para um movimento contrário, ou seja, busca valorizar o conceito de subúrbio carioca a partir de Guadalupe. Tal realidade se dá na vivência dos moradores do bairro, que, ao compartilharem o mosaico de suas experiências, contribuem na construção de uma memória coletiva sobre Guadalupe e, de maneira mais ampla, sobre o subúrbio carioca.

2

História e memória de Guadalupe: um bairro suburbano

2.1.

Memória

A história do bairro de Guadalupe ainda não está escrita em livros ou jornais, mas permeia a memória daqueles que viveram e vivem no bairro. Uma de nossas entrevistadas, Dona Jura, traz à lembrança de que, quando chegou ao bairro, não havia “nada”. Ela relata que a principal memória que tinha de Guadalupe eram as pessoas que, junto com ela, construíram o bairro como temos hoje. Ela se coloca como parte da própria história do bairro.²

Outro entrevistado, Almir, relata não haver referências precisas para delimitar geograficamente o bairro no seu início. Todos os parâmetros acerca da localidade estavam mais nas pessoas e como elas se identificavam com o local. Assim, a perspectiva de pertencimento coletivo foi construindo as fronteiras e delimitando o entendimento de até onde alcançava o bairro de Guadalupe. Observamos, assim, que a memória seria a capacidade do ser humano de armazenar e transcrever momentos que ocorreram ao longo de sua vida. Se o ato de lembrar é pessoal, a produção da memória é a principal responsável pela construção do ser social, definindo como os indivíduos se comportam e interagem em sociedade.

Paul Ricoeur (2013) trata que a consciência do indivíduo é sempre fundamental para construção de sua memória. O ato de lembrar é individual. No entanto, um cuidado que Ricoeur tem ao analisar a memória é entender que as crenças, a experiência de vida, a forma de interação do indivíduo com a natureza sempre irá interferir na forma como a memória é construída, ou seja, assim como sustentado por Halbwachs (2013), a produção da memória é sempre um processo coletivo.

² As informações sobre os entrevistados e das datas de realização das entrevistas estão na introdução, mais especificamente no quadro 01, com a descrição de todas as pessoas entrevistadas no decorrer dessa pesquisa.

Para Le Goff (1990), a memória é também uma construção coletiva passada, principalmente, de forma oral entre determinadas pessoas de um grupo social. A historiografia formal, no entanto, foi sendo construída e forjada por grupos detentores de poderio econômico. Se tal entendimento da história pode influenciar o próprio processo coletivo de produção da memória, ele também pode contribuir para enquadrá-lo, ao menos de certos grupos.

Em primeiro lugar, porque há pelo menos duas histórias e voltarei a este ponto: a da memória coletiva e a dos historiadores. A primeira é essencialmente mítica, deformada, anacrônica, mas constitui o vivido desta relação nunca acabada entre o presente e o passado. É desejável que a informação histórica, fornecida pelos historiadores de ofício, vulgarizada pela escola (ou pelo menos deveria sê-lo) e os, mass media, corrija esta história tradicional falseada. A história deve esclarecer a memória e ajudá-la a retificar os seus erros. Mas estará o historiador imunizado contra uma doença senão do passado, pelo menos do presente e, talvez, uma imagem inconsciente de um futuro sonhado? (Le Goff, 1990, p. 23-24).

Sendo assim, ao contarmos a história do bairro de Guadalupe, baseada em grande parte na memória dos moradores, é necessário que haja um cuidado para não ser influenciado pela memória afetiva presente em suas falas, sobretudo pelo fato de ser também morador do bairro e comungar direta ou indiretamente parte dessa memória. Um exemplo claro desse cuidado é quando os moradores entrevistados relatam as suas experiências referentes a eventos que impactaram coletivamente o bairro e constituíram a identidade local. No caso de Guadalupe, não há como escapar da explosão do antigo Paiol do Exército, localizado no bairro.³ Entrevistados como Maria Luiza e Azimar relatam que nas noites das explosões caminharam longas distâncias com suas famílias, mas não sabem precisar a distância que percorreram, os dias de afastamento de suas casas, a dimensão das explosões ou se houve alguma forma de indenização pelos danos por parte do Exército. A memória apresentada é um misto de aventura e medo, até porque eram crianças à época.

O caso da explosão do Paiol será mais bem analisado no terceiro capítulo, mas ele é um exemplo de como a memória sobre esse fato construiu uma narrativa comum sobre o fato. Para o presente trabalho, mais importante do que identificar se caminharam horas e ficaram semanas fora de casa, é compreender como esse

³ O paiol do exército era então o maior da América do Sul e explodiu no dia 2 de agosto de 1958. Diante do número de armamentos, as explosões duraram dias, expulsando a população do bairro por vários dias de suas casas. Trataremos esse fato melhor no último capítulo da tese.

evento foi um marcador na construção de uma identidade de grupo, profundamente vinculado ao bairro. Assim, ao analisarmos as falas, devemos sempre pautar a nossa observação dos fatos distinguindo a objetividade da imparcialidade:

Deve estabelecer-se uma primeira distinção entre objetividade e imparcialidade: "A imparcialidade é deliberada, a objetividade inconsciente. O historiador não tem o direito de prosseguir uma demonstração, de defender uma causa, seja ela qual, for, a despeito dos testemunhos. Deve estabelecer e evidenciar a verdade ou o que julga' ser a verdade. Mas é-lhe impossível ser objetivo, abstrair das suas concepções de homem, nomeadamente quando se trata de avaliar a importância dos fatos e as suas relações causais. (Génicot, 1980, p. 112, apud Le Goff, 1990, p. 26).

Mais do que descrever fatos, o importante é compreender como eles impactaram a vida das pessoas e definiram um lugar. Esse é um dos maiores desafios encontrados nesta pesquisa, pois, assim como os entrevistados, eu também nasci e fui criado no bairro. Cresci ouvindo essas e tantas outras histórias que construíram o ser social que sou atualmente, contribuindo assim com a memória coletiva que tenho e que temos desse bairro.

Assim, não devemos pensar a memória apenas como algo estático do passado, mas como algo dinâmico e mutável com o passar dos anos. Se lembramos direta ou indiretamente fatos do passado, a memória é ancorada no tempo presente. Devemos sempre entender que existe sim uma relação entre a história contada e a memória, pois a história "é duração, o passado é ao mesmo tempo passado e presente", cabendo ao pesquisador um papel de observador crítico e científico.

Tal como as relações entre memória e história, também as relações entre passado e presente não devem levar à confusão e ao ceticismo. Sabemos agora que o passado depende parcialmente do presente. Toda a história é bem contemporânea, na medida em que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, aos seus interesses, o que não é só inevitável, como legítimo. Pois que a história é duração, o passado é ao mesmo tempo passado e presente. Compete ao historiador fazer um estudo "objetivo" do passado sob a sua dupla forma. Comprometido na história, não atingirá certamente a verdadeira "objetividade", mas nenhuma outra história é possível. (Le Goff, 1990, p. 42)

Nesse exercício de construir a história do bairro, a história oral é extremamente importante. A oralidade e a escrita coexistem em nossa sociedade, mas o acesso à oralidade se manifesta como uma chave metodológica importante nas margens da cidade, já que grupos e espaços às margens não constam com um

esforço de constituição de documentos escritos e acervos. Sendo assim, cabe ao historiador ser o responsável por contar as histórias com o critério e comprometido com os moradores que estão dispostos a abrir suas vidas e revelar suas experiências. Como analisa Le Goff (1990, p. 43), o historiador, no seu processo de análise, empreende modificações daquilo que observa. Como observador, o historiador se volta mais para o lugar dos "pequenos" na história, destrinchando e debatendo a vida cotidiana. (Le Goff, 1990, p. 43)

Azimar, nossa entrevistada, revela que nunca pensou que sua história pudesse interessar a alguém e que fosse contada, como nos revela na passagem a seguir:

Minha vida, dos meus pais e de meus irmãos nunca foi contada além dos nossos papos em família. Nunca pensei que contar a história da minha casa e de meus pais no bloco 18 seria alvo de uma entrevista. Nós crescemos contando histórias da infância para os nossos filhos e assim não deixamos a história ser esquecida. (Azimar).

Maria Luiza, outra entrevistada, revela que era tradição em sua família contar a história e ouvir seus pais relatarem suas experiências de vida. Os espaços de transmissão oral da memória, como as conversas ao pé da cama antes de dormir, eram espaços de produção de memórias coletivas e de construção de identidades.

Meu pai todas as noites nos reunia na mesa de casa e nos contava suas histórias de criança e de como decidiu vir morar em Guadalupe. Ele contava que quando veio conhecer o terreno em Guadalupe tudo que se via no bairro era mato e muito espaço vazio. Ele era muito caseiro, trabalha e voltava rápido para casa, por isso contar história era o que ele mais amava. (Maria Luiza).

Cabe a esta pesquisa garantir que essas vozes não sejam esquecidas e que possam eventualmente se contrapor a versões oficiais e consensuais de uma única narrativa histórica. Respeitar a história dessas pessoas foi o norte principal desta pesquisa. Não tenho a pretensão de dar voz a essas pessoas, pois elas sempre as tiveram, mas garantir que essas histórias tenham seu lugar de protagonismo na história do bairro.

As condições de produção do documento devem ser minuciosamente estudadas. As estruturas do poder de uma sociedade compreendem o poder das categorias sociais e dos grupos dominantes ao deixarem, voluntariamente ou não, testemunhos suscetíveis de orientar a história num ou noutro sentido; o poder sobre a memória

futura, o poder de perpetuação deve ser reconhecido e desmontado pelo historiador. (Le Goff, 1990, p. 91).

Jonas Santos, fundador do bloco Bolo Doido, grupo que será trabalhado mais a frente nos diz que:

Ao criar o Bolo Doido, o que queríamos era contar a nossa história, era demonstrar que havia carnaval aqui em Guadalupe e Deodoro. O Bolo Doido é um grupo que não se resume apenas a sair fantasiado no Carnaval, nós contamos a nossa história durante o ano todo, seja ajudando a comunidade com cestas básicas, seja empregando os moradores na produção da fantasia e o mais importante, nós tiramos a molecada da rua. (Jonas).

A história de um bairro suburbano, como Guadalupe, muitas vezes não aparece nos livros oficiais, mas a memória sobre o bairro continua sendo transmitida através das gerações. A tradição oral é uma forma importante de transmissão da memória de forma intergeracional. Isso não se faz sem dificuldades, pois em cada acontecimento, os testemunhos divergem segundo os afetos e lembranças de cada um (Le Goff, 1990, p. 94). Apesar das diferenças, há elementos, como a explosão do paiol, que se cristalizam na memória local, e mesmo aqueles que não vivenciaram diretamente o fato possuem uma memória consolidada daquilo que escutaram por anos. Os canais de transmissão e construção dessas memórias são vários e se dão nos eventos familiares, na sociabilidade do trabalho das fábricas do bairro ou em espaços de lazer, como as partidas de futebol nos inúmeros campos que existiam no local ou, por exemplo, no bloco de carnaval Bolo Doido.

Outro ponto que marcou as entrevistas realizadas para este trabalho foi o fato de que muitas histórias se misturam ao longo da fala dos moradores, muitas vezes eles contam suas histórias com uma similaridade muito peculiar. Um grande exemplo disso foi quando questionamos sobre o nome do bairro. Inicialmente eles se referiram como Guadalupe, porém ao falar da sua infância o nome do bairro se transforma em Fundação, termo influenciado pela Fundação da Casa Popular que literalmente construiu uma grande parte do bairro, conforme veremos nos próximos capítulos.

Outro ponto que se confunde nos relatos é que os entrevistados com mais de cinquenta anos de idade relatam o bairro com uma certa nostalgia. Já os mais novos relatam suas histórias muito mais pautadas nas brincadeiras de infância e de

como isso influenciou quem eles são hoje. André Luiz, hoje com cinquenta anos de idade, ao ser perguntado sobre as primeiras memórias que ele tem no bairro seu relato é:

Eu moro em Guadalupe desde muito novo, minhas lembranças são quase todas relacionadas a Guadalupe. Posso contar duas histórias que marcaram a minha vida. A primeira delas se deu quando eu e meus amigos decidimos construir um barco para atravessar o “Rio do Muquiço”, construímos o suposto barco com restos de caixotes que conseguimos aqui no apartamento. Combinamos que se desse algo de errado, cada um nadaria por sua própria conta e foi exatamente isso que aconteceu. Nós entramos no bairro e em menos de 1 minuto o barco afundou, foi uma loucura cada um nadando para um lado do rio e quando o susto passou notamos que um de nós não estava mais lá. Ele tinha sido levado pelo Rio. Nos desesperamos e começamos a pensar em como daríamos a notícia para seus pais, afinal de conta um de nós havia morrido afogado. Depois de uns minutos de desespero e preocupação eis que nosso amigo vem rindo e alegre da outra margem do rio, contando que havia ficado preso na barreira de lixo que havia no rio e que um senhor havia tirado ele de lá. (André Luiz).

Nessa história, observamos o Rio do Muquiço como um grande protagonista da história, porém ao mesmo tempo que ele representa o local de lazer, onde os amigos se reuniam para contar histórias e brincar, para os mais velhos, como Almir, ele era um lugar quase sagrado e de sustento como veremos a seguir:

A primeira referência que tenho quando chego no bairro é o “Rio do Muquiço”, ele era limpo e muito bonito. Lá em casa ele era muito importante, pois nós tirávamos uma boa parte da nossa renda de lá. Nós peneirávamos a areia na margem do rio e vendíamos para as lojas de construção do bairro que estavam com uma demanda muito grande, pois o bairro estava sendo construído e tinham muitas obras acontecendo. Então tenho uma nostalgia muito grande quando lembro dele e fico muito triste quando vejo ele poluído e abandonado atualmente. (Almir).

Fica evidente que ao compararmos as duas histórias elas são bem diferentes, porém a centralidade do rio Muquiço na vida dos moradores se mantém. Já a segunda história que o André relata é sobre a sua infância na escola.

Eu era conhecido aqui no bairro como André Capeta pelas peripécias que eu fazia aqui no bairro e a segunda história se deu na escola Rose Klabin que fica bem próxima aqui de casa. Um certo dia eu estava com meus amigos na hora do recreio e um vendedor passou do lado de fora da escola vendendo aqueles balões de Gás. Eu que não era fácil taquei pedra e furei todos os balões do homem. Na mesma hora ele foi até a escola e foi falar com a diretora, ela já imaginava que tinha sido eu. Me chamou e falou que eu só entraria na escola no dia seguinte e com a minha mãe. Aí vocês já sabem o que aconteceu quando eu cheguei em casa... A escola era um lugar maravilhoso, porém minha relação com ela era muito mais de brincadeira. (André Luiz).

Já Maria Luiza relata que sua experiência com a escola era algo muito afetivo:

Aqui no bairro só tinha uma única escola que era o Barracão, lá meu pai consegui me colocar para estudar e isso era muito importante para ele e para toda a nossa família. Eu e minha irmã nos arrumávamos e íamos sempre para escola. Esse momento era como se fossemos a um lugar especial, pois não tínhamos muitos lugares para ir e a escola era o local mais legal. Todas nós nos dedicávamos bastante a estudar. (Maria Luiza).

Essa relação ficou muito evidente quando ouvimos duas gerações diferentes e as suas relações com o bairro.

Ora, o tempo histórico, porque não se exprime 'a maior parte das vezes em termos narrativos, ao nível do historiador ou ao da memória coletiva, comporta uma referência constante ao presente, uma focalização implícita no presente. Isto é acima de tudo válido para a história tradicional, que durante muito tempo foi, preferencialmente, uma história-conto, uma narração. (Le Goff, 1990, p. 184).

Essa relação entre a memória coletiva e a memória de cada indivíduo e os fatos deve ser considerada na hora de construirmos uma narrativa que conte a história do bairro. A memória coletiva contribui na produção da história local quando identificamos uma continuidade consolidada da narrativa. Assim, mais do que analisar se tais fatos “ocorreram ou não”, a memória construída sobre eles participa da produção do bairro e de sua história. Podemos observar isso nos relatos supracitados sobre o bairro, que trazem a subjetividade, os sentimentos e as experiências das pessoas no processo de construção de uma narrativa sobre Guadalupe.

Historiadores ligados ao campo da história do tempo presente e sobretudo da história oral tem se preocupado em construir um espaço, no interior da narrativa histórica, de valorização da subjetividade, dos sentimentos e da experiência humana. Esta preocupação tem se traduzido, por um lado, no esforço constante de desvendar as mais sutis e camufladas relações de dominação entre os homens – estabelecidas, muitas vezes, a partir do próprio processo social de construção de memória(s); e, por outro, na intenção de resgatar memórias, experiências e vivências ocultadas e silenciadas. A nova historiografia dá voz àqueles que não aparecem no registro documental, proporcionando a recuperação da história dos grupos em pequena escala. Ela procura pelos relatos construídos ao longo do trajeto pessoal de cada indivíduo, os quais, embora parciais, têm profundidade e contornos morais ligados à subjetividade, elementos que escapam às demais análises. (Araújo & Santos, 2007, p. 104).

Não se trata, conforme já mencionamos anteriormente, de dar voz aos moradores de Guadalupe, mas de se apoiar em uma metodologia crítica que possibilite que

eles sejam os protagonistas de sua própria história. Outro desafio importante, já abordado anteriormente, é acerca da memória e de sua capacidade de recordar dados e acontecimentos de forma precisa ou mais próxima possível. Mais do que fonte para construção de uma precisão de datas, a memória em si já é um fato importante de compreensão.

Assim, a memória coletiva é uma construção dos moradores e se refere a todos os aspectos que conformaram uma narrativa sobre Guadalupe. Para Halbwachs (2013), o indivíduo que lembra é sempre um indivíduo inserido e habitado por grupos de referência. A memória é sempre construída em grupo, mas é também, sempre, um trabalho do sujeito. A memória é este trabalho de reconhecimento e reconstrução que atualiza os "quadros sociais" nos quais as lembranças podem permanecer e, então, articular-se entre si:

Na memória coletiva o passado é permanentemente reconstruído e vivificado enquanto é ressignificado. Neste sentido, a memória coletiva pode ser entendida como uma forma de história vivente. A memória coletiva vive, sobretudo, na tradição, que é o quadro mais amplo onde seus conteúdos se atualizam e se articulam entre si. A memória coletiva encontra seu lugar na tradição e, ao mesmo tempo, dinamiza as tradições, num processo semelhante ao que foi descrito com relação às lembranças no contexto dos quadros sociais. A memória coletiva tem uma forte tendência a transformar os fatos do passado em imagens e ideias sem rupturas. Ou seja, tende a estabelecer uma continuidade entre o que é passado e o que é presente, restabelecendo, portanto, a unidade primitiva de tudo aquilo que, no processo histórico do grupo, representou quebra ou ruptura. Desta forma, a memória coletiva apresenta-se como a solução do passado, no atual; apresenta-se como recomposição quase mágica ou terapêutica, como algo que cura as feridas do passado. (Schmidt & Mahfoud, 1993, p. 292-293).

A reflexão sobre a memória coletiva é importante, porém necessita de um cuidado especial. É necessário um estudo criterioso e que não busque apenas confirmar ou desmentir os relatos orais, mas compreender como tais relatos, em seu conjunto, refletem uma narrativa sobre o bairro.

2.2. O subúrbio carioca

A palavra subúrbio na historiografia brasileira sempre teve um significado simples e de fácil compreensão para maior parte da população. Ao abordar a definição de subúrbio, associava-se diretamente ao significado utilizado pelos

dicionários, como sendo uma região periférica e no qual se localiza parte significativa da população mais pobre das cidades. Tais espaços eram associados a uma espécie de territórios dormitórios dentro do fluxo pendular dos trabalhadores entre suas residências e local de trabalho. No entanto, falta obviamente um aprofundamento sobre a importância desses locais para seus moradores e, de forma geral, para o conjunto da sociedade.

Nos Estados Unidos da América, existe uma valorização dos territórios suburbanos. Ao contrário do que é normalmente convencionado no Brasil, são nessas regiões que se encontram a população de classe média alta nas metrópoles Estadunidenses. Regiões um pouco afastadas dos centros urbanos, com casas unifamiliares em bairros afastados, conectados ao centro por meio de transportes individualizados, ou seja, através do uso dos seus próprios carros. No caso específico da cidade do Rio de Janeiro, temos bairros que se assemelhariam ao subúrbio estadunidense, como os bairros da Barra da Tijuca ou do Recreio dos Bandeirantes. Apesar de distantes, esses bairros, no entanto, não são considerados parte do subúrbio carioca.

Quando encontramos a categoria subúrbio na historiografia, ela é aplicada de forma genérica, como se houvesse uma homogeneidade por parte de toda população independentemente de suas peculiaridades regionais. Em São Paulo, por exemplo, é comum a utilização da palavra periferia ao invés de subúrbio para indicar as regiões mais afastadas do centro da cidade na qual grande parte da população habita, porém devemos destacar que periferia não é sinônimo de subúrbio tampouco de favela. O uso do termo subúrbio em São Paulo se distancia do de Periferia para Tiaraju d'Andrea (2020, p. 28):

Denomina-se aqui subúrbio uma área intermediária entre a área central-sudoeste e a periferia. Para marcar as diferenças entre subúrbio e periferia, ressalta-se que subúrbio é composto por bairros mais antigos e com padrões urbanísticos com maior regulação. Quase sempre o crescimento desses bairros ocorreu pela presença de indústrias e de vias férreas. Os lotes dos bairros de subúrbio geralmente são maiores e as ruas mais largas. O padrão é o de casas baixas com quintais.

Assim, o subúrbio não se apresenta como um conceito geográfico específico, que poderia se reproduzir de forma relativamente homogênea para distintas cidades. O debate sobre subúrbios no Rio de Janeiro também apresenta suas especificidades. Trata-se, como abordaremos, de um constructo social.

É comum, quando se trata do Rio de Janeiro, que as representações sociais se voltem para duas vertentes da cidade: o primeiro deles seria a Zona Sul, aquele local que é visto como sendo o ideal urbano com um dos metros quadrados mais caros do país. Seria, de certa forma, o modelo de cidade: rica, com infraestrutura adequada, oferta consistente de infraestrutura e equipamentos públicos adequados. Já a segunda vertente se debruça sobre as favelas cariocas, representadas muitas vezes como locais violentos e abandonados e não como locais produtores de cultura e de história. Devido a um grande esforço de sua população, hoje se coloca como um local com representatividade histórica para a sociedade brasileira. O dualismo entre “asfalto” e “favela” vem sendo questionado pela produção acadêmica e cada vez mais as favelas vêm sendo compreendidas por espaços de potência.

Entendemos, no entanto, que o debate sobre os subúrbios cariocas não possui a mesma centralidade do que observamos, por exemplo, em relação às favelas. Nelson da Nóbrega Fernandes, em seu livro *O Rapto Ideológico do Subúrbio Carioca* (2010), trata o subúrbio como uma região que, em um determinado período, mais especificamente entre as décadas de 1950 e 1960, tem sua identidade roubada e transformada em uma região caricata. Segundo ele, a categoria deixa de ser usada na representação de todos os espaços nos arrabaldes das áreas centrais para se fixar exclusivamente naqueles, sobretudo da Zona Norte da cidade e cortados por ferrovias: os trens do subúrbio.

Em termos sociais, subúrbio passa a representar o espaço idealizado como lugar do proletariado e das indústrias, simbolizando o ambiente das classes sociais e das atividades rejeitadas da cidade. Essa mudança do significado da palavra subúrbio anuncia, simultaneamente, as transformações vividas pelo e no espaço da cidade, quando o subúrbio deixa de ser um lugar para “a vida feliz e cômoda dos afortunados da Corte” e passa a representar “o refúgio dos infelizes” (Fernandes, 2010, p. 58).

Sendo assim, Fernandes (2010) define subúrbio como a região na qual o trem corta a cidade do Rio de Janeiro, reforçando a ideia de que o subúrbio estaria profundamente relacionado com os ramais de trem. Para o autor, o intervalo entre a estação da Central do Brasil e a estação de Deodoro seria o limite territorial do

que denominamos como subúrbio carioca. Começando na região central da cidade e terminando no limite da região norte e oeste do Rio de Janeiro.

Não podemos desconsiderar essa definição de subúrbio carioca, afinal por muitos anos Nelson da Nóbrega Fernandes foi o único autor a se debruçar sobre uma reflexão do subúrbio carioca, apesar dessa noção ser muito presente nas definições de identidades e em manifestações culturais do Rio de Janeiro. Se levamos essa afirmação em consideração, o bairro de Guadalupe, lócus central da presente tese, não seria propriamente um bairro suburbano. Ele é cortado pela linha auxiliar do ramal Belford Roxo e faz divisa com o ramal Deodoro tanto em Marechal Hermes como em Deodoro, mas o trem não é um eixo central de transporte do bairro. Será que novas características se superpuseram à ideia de um subúrbio ferroviário?

Mais do que um espaço geográfico delimitado administrativamente, a noção de subúrbio é, como já afirmamos, uma construção social, que dialoga com seus aspectos espaciais, mas não se limita a eles. As ideias de fluxo e, de certa forma, de passagem parecem influenciar a construção desse conceito. A abertura da Avenida Brasil, como nos debruçaremos mais adiante, é um elemento incontornável para compreender as particularidades do subúrbio carioca.

Ainda na vertente de definição das delimitações do subúrbio carioca, Oliveira e Fernandes (2010) afirmam que o subúrbio vai além da Zona Norte do Rio de Janeiro e se prolonga por toda a extensão da linha férrea carioca, agregando os bairros da zona oeste como Bangu, Campo Grande e Santa Cruz. Ele ainda definiu que os bairros cortados pelas linhas de ferro auxiliares do Rio de Janeiro também integram espacialmente o subúrbio. No entanto, observamos que os moradores dessas zonas não necessariamente reivindicam a identidade suburbana. Entendemos que a identidade da Zona Oeste é distinta do que denominamos aqui como subúrbio, mas obviamente essas identidades possuem fronteiras variáveis e, como construções socioespaciais, estão em processos de produção de novas sínteses possíveis. De qualquer forma, para o presente trabalho, defendemos essa distinção entre subúrbio, como parte importante da Zona Norte da cidade e Zona Oeste, compreendendo os bairros de Deodoro a Santa Cruz.

Outra vertente, defendida por Torres (2017), afirma que a construção do subúrbio carioca não se deu somente pelo trem, mas também pela construção e concepção da Avenida Brasil, o que engloba uma nova gama de bairros e extensão do território. Ele afirma que com a abertura dessa avenida o caráter definidor de subúrbio muda no Rio de Janeiro. Na década de 1940, com a inauguração da Avenida Brasil, o fluxo para o subúrbio não mais era guiado apenas pelos “trilhos do trem” ou dos bondes, no sentido da zona norte e oeste da cidade. Expandiu-se a ocupação de bairros mais distantes do centro, como Santa Cruz, Campo Grande, Pavuna, Jacarepaguá, assim como cidades da Região metropolitana. A cidade começava, portanto, na década de 1940, a ganhar uma configuração mais metropolitana, próxima da escala que a conhecemos atualmente (Torres, 2017, p. 113)

Assim, Torres (2017, p. 155) nos mostra que o território suburbano não cabe apenas em uma definição e sim em múltiplas, porém sempre atrelada a ideia de um espaço ocupado pela classe trabalhadora, ou seja, o modelo suburbano das cidades estadunidenses não se fez presente em terras cariocas, mesmo que seja possível encontrar forte heterogeneidade social nos bairros suburbanos. Assim, na morfologia urbana do Rio de Janeiro, não cabem modelos únicos como “só existem subúrbios com trem”, ou os “subúrbios são locais de moradia operária”, ou de “moradia das elites”, ou de “localização de fábricas”, como caracterizado por Soares (1965) na definição de um “conceito carioca de subúrbio”. A ocupação do território ocorre em estreito vínculo com as redes de transportes, seja ele qual for, o capital imobiliário e uma forma específica de atuação do poder público. São, portanto, esses os principais agentes que promoveram os subúrbios, evidenciando a importância da articulação capital privado, poder público e planejamento do uso do solo.

Torres (2017, p. 155) sublinha o impacto nas práticas associativas com a abertura da Avenida Brasil. É nesse ambiente que vai emergir um associativismo comunitário representativo para lutar pelo Direito à Cidade. Foi considerável o poder de mobilização da população suburbana, em sua maioria presentes na extensão da Avenida Brasil, para eleição de políticos com discurso consonantes às suas demandas, assim como a formação de entidades, associações e federações. É interessante sublinhar, aqui, mais uma vez, que a reflexão da cidade pelo binômio

“asfalto” versus “favelas” não apreende uma série de dimensões espaciais significativas, ou seja, a experiência de um morador de uma favela no subúrbio é provavelmente diferente daquele que mora em uma favela da Zona Sul. Em que pese experiências semelhantes, a identidade suburbana também é um elemento identitário urbano importante tanto para moradores do “asfalto” ou dos morros da região.

Ribeiro (2016, p. 43), por sua vez, sublinha o caráter afetivo do subúrbio. Para o autor, existe uma categorização hierárquica e social para a definição do Subúrbio Carioca. Ele nos fala que o topônimo Subúrbio “toma o caráter de divisor social do espaço urbano no processo de metropolização” (Pereira, 2014, p. 625), abandonando o conceito de delimitação física da cidade, já que nenhum território, “por nenhum critério, - jurídico, administrativo ou geográfico – pode ser caracterizado como Subúrbio”.

Ele traz o fato que o Subúrbio Carioca é um local de disputa entre as classes sociais e que a população suburbana usufrui de seus espaços para a luta e a resistência. Nesse sentido, o próprio conceito de subúrbio estaria em disputa e em construção na cidade

Neste contexto, chegamos aos dias de hoje, onde perante a cidade território, que cria novas formas de compreender a fronteira, a construção de lugares, o topônimo Subúrbio Carioca se apresenta como uma arma de potência social de luta urbana, um devir. As relações que visam um lugar suburbano podem surgir ou se desfazer conforme a necessidade de um determinado recorte de agenciamentos. Lugares podem se construir em camadas, se sobrepor. As mais diversas singularidades podem habitar um mesmo espaço. (Ribeiro, 2016, p. 44).

Ele nos apresenta transformações nesses locais da cidade: o botequim se transforma em cinema, a barbearia se torna um bistrô e a rua vira campo de futebol, acrescento, como mudanças mais recentes, que o cinema que se transformou em farmácia ou Igreja. A cidade, a partir deste momento, passa a ser lida como um grande campo de disputas, disputas estas nas quais o suburbano está inserido a partir do seu corpo, da sua cultura e costumes, gerando uma rede de afetos capazes de manter o topônimo vivo a partir da tática e astúcia, e se ressignificando a cada nova manifestação (Ribeiro, 2016, p. 44).

A necessidade de lutar e resistir traz um caráter afetivo para o morador do Subúrbio Carioca, de modo que esse sentimento acaba se espalhando para outros

cantos da cidade. Dessa forma, esses moradores muitas vezes se definem como suburbanos apenas por morar em regiões periféricas. Esse entendimento alargaria o conceito para distintas áreas da cidade a partir de uma espécie de autoidentificação. Nesse sentido, devemos sempre analisar o Subúrbio Carioca com as devidas ressalvas apresentadas acima, levando em consideração seu contexto histórico pautado originalmente pelo eixo ferroviário. O termo Subúrbio Carioca, apesar de ainda em uso, apresenta uma diversificação de denominações nas diversas áreas da cidade. Ribeiro (2016) nos apresenta o fato de várias pessoas se considerarem moradoras dos Subúrbios apesar de referenciarem assim, mas a partir de outros territórios, por exemplo: moradores de bairros da Baixada que consideraram seu bairro suburbano, mesmo que o mais consolidado seja associar o subúrbio à grande parte dos bairros da Zona Norte do município do Rio de Janeiro.

Assim, pensamos que existe aqui uma provável ruptura entre uma compreensão racional constituída, que não se espelha diretamente no afeto, de forma que, ainda que a Zona Norte seja, para muitos entrevistados, uma representação do que se imagina por Subúrbio, a noção de Suburbano transpassa suas fronteiras (Ribeiro, 2016, p. 114). Assim, entendemos que há certo consenso geográfico do que seria o subúrbio carioca, mas a identidade suburbana poderia ultrapassar esse espaço, apesar de tê-lo como referência, ou seja, como um constructo social o conceito de subúrbio vai evoluindo, adquirindo, com o tempo, novas configurações.

Ora, ao menos nas últimas décadas, não há uma normatização definindo o que seria o subúrbio carioca e seus possíveis limites. Não há, portanto, uma definição propriamente administrativa. Defendemos, nesta tese, trabalhar com a categoria “Subúrbio Carioca” que seria uma síntese dos elementos abordados anteriormente. Subúrbio Carioca seria, nesse diapasão, uma região periférica, cortadas por ramais importantes de transporte, como as linhas férreas e a avenida Brasil, de parte das terras originárias das freguesias rurais e onde consta um caráter afetivo e identitário de sua população ao local, apoiado principalmente no conceito de pertencimento e de resistência na busca de melhores condições de propagação de cultura, educação, saúde e demais políticas públicas.

2.3.

Continuando a debater a noção de subúrbio carioca através do bairro de Guadalupe

O bairro ocupa atualmente um espaço de 382 hectares. Possui atualmente uma população de aproximadamente 48 mil pessoas e apresenta um dos piores IDH (Índice de Desenvolvimento Urbano) do Rio de Janeiro. Segundo o censo do IBGE de 2000, ele era de 0,810, sendo apenas o 80º melhor da cidade do Rio de Janeiro em um universo de 164 bairros.

Quanto a origem do nome do bairro, existe uma grande dúvida que paira os moradores do bairro. Existe três versões sobre o ocorrido e não existe consenso sobre o fato. Também não encontramos documentação que comprove as versões a serem apresentadas.

A primeira versão é que o nome seria derivado de uma homenagem a igreja de Nossa Senhora de Guadalupe, sendo um pedido pessoal do pároco da igreja à Eurico Gaspar Dutra que tinha ido ao bairro para a inauguração de uma piscina pública.

A segunda versão é a mais popular entre os moradores do bairro. A Senhora Darcy Vargas, esposa do presidente Getúlio Vargas, ao vir entregar algumas chaves de casas da Fundação da Casa Popular, teria feito a sugestão do nome em homenagem à padroeira da América Latina.

A terceira talvez seja a mais intrigante. Ao consultar os arquivos da Paróquia Nossa Senhora de Guadalupe, encontramos um livreto na qual continha uma versão para a nomeação do bairro e não era nenhuma das anteriores: uma família católica do bairro, em 1947, procurou os Padres Agostinianos da paróquia Nossa Senhora das Graças, em Marechal Hermes, para que celebrassem missa em seu lar. No dia 12 de dezembro, festividade de Nossa Senhora de Guadalupe, o Pe. Benedito celebrou essa missa. Ao fazer a anotação no livro de Missas, escreveu assim: "Missa na Capela de Guadalupe".

Todas as vezes que os Padres Agostiniano atendiam aos pedidos dos fiéis dessa localidade, registravam no livro de missas: "Missa em Guadalupe". Em 1954, o vereador e conregado mariano, Pedro Farias, requereu da Câmara dos Vereadores o Registro desse bairro com o nome de "Guadalupe", sendo aprovado

no mesmo ano. Ficou assim oficializado o nome de Guadalupe dado ao bairro (Mercedários, 1968, p. 98).

Consideramos Guadalupe um bairro tipicamente suburbano, localizado no extremo da Zona Norte do município do Rio de Janeiro. Ele faz fronteira com os bairros de Anchieta, Deodoro, Marechal Hermes, Ricardo de Albuquerque, Barros Filho, Costa Barros e Pavuna. Segundo a prefeitura do Rio de Janeiro, os limites de Guadalupe são: Do entroncamento da Avenida Brasil com a Rua Loasa, seguindo por essa (incluída) até o Rio Sapopemba ou Acari; pelo leito desse, até o Ramal Auxiliar da RFFSA; pelo leito desse, até a Avenida Brasil; por essa (incluído apenas o lado ímpar) até a Linha de Transmissão (Frei Caneca-Fontes); por essa, até encontrar a Rua Javatá; por essa (excluída) até a Rua Capri; por essa (excluída, excluindo a Rua Francisco de Andrade) até a Rua Moraes Pinheiro; por essa (excluída) até a Rua Pedra Rasa; por essa (excluída) até a Rua Fernando Lobo; por essa (excluída) até o Lago de Camboatá; por esse (incluído); Estrada de Camboatá (incluída); Rua Marcos de Macedo (incluída); Rua Condor (incluída); Rua Argos (incluída) até a Avenida Brasil; por essa (excluída) ao ponto de partida. Como podemos observar no mapa a seguir:



Mapa 1 – Bairro de Guadalupe.
Fonte: Elaboração de Vitória Lopes (2022).

Como mencionamos na introdução, entrevistamos 10 antigos moradores de Guadalupe, que nos relataram suas vivências e memórias no Bairro. Faremos, assim, a apresentação do bairro sob a ótica de suas memórias.⁴

Dona Jura, uma das primeiras moradoras do bairro, relata que Guadalupe era um lugar que “não havia nada, nem mesmo uma padaria para comprar pão” e que ela dependia de um padeiro, que vendia seus produtos de bicicleta. Dona Jura é que no período que ela veio morar no bairro, por volta do ano 1940, a favela do Muquiço ainda não existia. Ela lembra que ali existiam apenas algumas casas e que havia muito muito espaço no bairro para brincar com outras crianças.

Dona Jura nos relatou também festas tradicionais, que ela considera como típicas de áreas suburbanas, como a distribuição de doces no dia de São Cosme e Damião. Essa tradição era forte na cidade, sobretudo em áreas do subúrbio, quando moradores dos bairros distribuía doces, roupas, bebidas e brinquedos para as crianças no dia 26 de setembro. Essa tradição é uma prática sincrética e teria origem nas religiões de matriz africana, como um agrado para os gêmeos orixás Ibejis, filhos gêmeos de Iansã e Xangô. Com o avanço das Igrejas evangélicas, essa prática vem perdendo espaço. Dona Jura nos relatou que distribui doces há mais de 60 anos. Gerações diferentes relatam receber doces dela. Assim, é comum que crianças que pegaram doce com ela, cresceram e levavam seus filhos e, por vezes, seus netos para continuar a pegar doce da Dona Jura.

Por sua vez, Maria Luiza, que chegou ao bairro em 1953 ainda criança, nos relatou que Guadalupe era um lugar muito simples, com poucas casas e empreendimentos comerciais. Ela nos afirmou que o bairro era repleto de “terrenos abandonados e com muito mato” e que os únicos comércios existentes no bairro eram uma quitanda de frutas e um armazém, responsável por vender os produtos de subsistência das famílias. Outro ponto importante, relatado por ela, é que não havia transporte público no bairro e que as pessoas se deslocavam até a Variante, como era conhecida a Avenida Brasil, para pegar as chamadas lotações. Eram carros particulares que cobravam para levar os moradores do bairro até a estação

⁴ Como mencionamos em nota anterior, as informações sobre os entrevistados e das datas de realização das entrevistas estão na introdução, mais especificamente no quadro 01, com a descrição de todas as pessoas entrevistadas no decorrer desta pesquisa.

de trem de Deodoro ou em casos mais raros até o centro da Cidade.

Maria Luiza nos relatou que, quando chegou, a única escola do bairro ficava na região da Fundação da Casa Popular e que era conhecida como barracão. Segundo suas lembranças, todas as crianças do bairro estudavam lá. Conforme analisaremos mais detalhadamente no capítulo III a Fundação da Casa Popular teve um papel central na configuração do bairro.

Já Azimar, que afirma ser o segundo morador do Bloco 18 do enorme condomínio Getúlio Vargas,⁵ nos relata que sua chegada no bairro, no ano de 1956, é oriunda de um tio que morava aqui no Rio de Janeiro e que ficou sabendo da construção do conjunto. Esse parente informou ao seu pai que morava em Cuiabá. Ao saber da notícia, seus pais vieram ao Rio de Janeiro, na sede da Fundação da Casa Popular, localizada na rua Debret no centro da cidade, para realizar a inscrição na Fundação da Casa Popular. Quando o apartamento foi entregue, eles se mudaram para o Getúlio Vargas, no ano de 1956. Ele nos lembra que o apartamento foi financiado em 240 parcelas junto à Caixa Econômica Federal. Outro ponto interessante abordado por Azimar é que no Condomínio Getúlio Vargas havia vigias noturnos e diurnos “tomando conta da molecada”. Ela destaca, ainda, a centralidade da Igreja Nossa Senhora de Guadalupe para o bairro e que na variante ocorria a famosa feira de domingo, onde todos os moradores se reuniam, vindos de todas as áreas do bairro e mesmo de outros bairros da redondeza, para fazer suas compras da semana.

Já Almir, que chegou ao bairro alguns anos depois, em 1960, nos relata que, nesse período, as ruas de Guadalupe não eram pavimentadas e não havia ainda nenhuma forma de iluminação pública. A aparência ainda era de uma zona quase rural. Almir relata que morava próximo ao rio Acari, que corta a rua Luiz Coutinho Cavalcante e que esse rio era “limpo e com peixes”. Afirmou, inclusive, que desse rio a sua família tirou o seu sustento durante anos, principalmente recolhendo areia para ser usada em obras na região.

Almir e Azimar trouxeram de forma muito presente em suas lembranças a grande presença dos campos de futebol no bairro e que, segundo eles, eram

⁵ Esse bloco foi inaugurado no ano de 1953 pela Fundação da Casa Popular e, por muitos anos, foi considerado o prédio residencial mais longo da América Latina. Esse bloco será mais bem detalhado no capítulo III.

fundamentais para a constituição de redes de sociabilidade. Azimar relata que o bairro chegou a ter mais de 11 campos de futebol. Almir, por sua vez, nos contou ter jogado em pelo menos 10 campos. Relembro alguns relatos do meu falecido avô, Waldir de Albuquerque, que foi técnico de times de futebol amador no bairro e mesmo de equipes da segunda divisão carioca, que Guadalupe era um celeiro de jogadores por causa dos campos de futebol e que se não houvessem destruídos tais espaços a realidade social do bairro poderia ser outra. Infelizmente, já não pude entrevistar meu avô para a presente tese para que ele pudesse desenvolver suas impressões e teorias sobre os campos de futebol do bairro. Seja como for, recolhemos em vários relatos, a importância dos espaços de sociabilidade, que são mais escassos nos dias atuais.

Observamos, assim, que Guadalupe é um bairro tipicamente suburbano, localizado na zona norte do Rio de Janeiro, no extremo do subúrbio carioca e em umas das áreas mais pobres da cidade. Como mencionamos anteriormente, apesar da importância do subúrbio para a construção da identidade carioca ainda é um espaço relativamente pouco trabalhado na reflexão urbana da cidade. Normalmente, como já analisado, o termo subúrbio está atualmente associado a uma região localizada nas periferias dos centros urbanos, com alta densidade demográfica e tem sua função social limitada a ideia de dormitório dos trabalhadores.

No entanto, tanto as minhas próprias memórias de morador do bairro como aquelas recolhidas juntos aos meus interlocutores, nos trazem um outro desenho mais elaborado do subúrbio, onde os bairros que o compõem possuem significados distintos e são importantes para a identidade da cidade. Fica claro que existe uma grande diferença sobre o significado da palavra subúrbio dependendo de onde ela está sendo aplicada e o uso político que se pretende utilizar. Há, no caso do Rio de Janeiro, particularidades importantes em relação ao seu subúrbio, conforme analisaremos a seguir.

Primeiramente, devemos destacar que desde a formação da cidade do Rio de Janeiro, a prioridade era habitar e colonizar as suas áreas centrais (Enders, 2000). Com isso, o movimento natural seria afastar os pobres da região central da cidade. Movimento esse que foi reforçado com a abertura da linha férrea da Central do Brasil, que facilitou o deslocamento da classe trabalhadora para as regiões mais

afastadas do centro do Rio de Janeiro. As sucessivas reformas urbanas nas primeiras décadas do século XX contribuíram para o fluxo de moradores em direção as áreas mais periféricas.

Na tentativa de descrever então o que seria o subúrbio carioca, Nelson da Nobrega Fernandes (2011, p. 34-35) nos traz sua visão do carioca sobre:

1) A posição periférica e extramuros é invariante em sua história, garantindo uma homologia mínima entre a realidade e a palavra, o que é completamente abstraída quando convertida no conceito carioca de subúrbio. Esta perda de sentido, locacional e espacial o insólito aspecto urbano de nossos subúrbios visto por Lima Barreto é uma característica essencial do modo como é usada no Rio de Janeiro; 2) O segundo aspecto que conforma o conceito carioca de subúrbio é a sua referência exclusiva e obrigatória para os bairros ferroviários e populares do Rio de Janeiro; 3) O terceiro aspecto do conceito carioca de subúrbio consiste da não utilização desta palavra para designar os setores periféricos ocupados e identificados com a classe média e alta.

Como já mencionamos anteriormente, Torres (2018) não nega a origem ferroviária do subúrbio, evocada por Fernandes (2011). Torres concorda com a noção anunciada por Fernandes do rapto ideológico do subúrbio, ou seja, que o conceito carioca de subúrbio envolve uma questão simbólica que passou a conferir um sentido socialmente depreciativo a uma zona periférica da cidade. Para Torres (2018, p. 293):

Tal conceito se instalou a partir das primeiras décadas do século XX, pois antes disso eram as elites que habitavam os bairros suburbanos de São Cristóvão, Botafogo, Engenho Velho e Engenho Novo. Daí a frase, “o trem fez o subúrbio; o bonde, a zona sul”. Entretanto, Soares acredita que tais meios de transporte apenas materializaram uma ideologia concernente ao espaço urbano. De qualquer modo, no Rio de Janeiro, não é possível conceber uma modelagem fixa e uma mesma reconstrução analítica para o conceito de subúrbio.

Afinal, tanto existiram subúrbios habitados por aqueles que detinham algum recurso para habitar em áreas afastadas do centro e pagar o transporte até o trabalho, quanto subúrbios com bondes, ou sem qualquer sistema de transportes. Vale lembrar que o sistema de trens suburbanos da então capital federal é inaugurado em 1858, até Cascadura. A ferrovia, sozinha, não provocou um deslocamento imediato de indústrias para o subúrbio. (Torres, 2018, p. 293). No entanto, há um outro eixo mais contemporâneo que modelou também os bairros suburbanos, a Avenida Brasil, tornando-se um fator determinante, que também deve ser levado em consideração no debate.

Os chamados subúrbios da Avenida Brasil não possuem um desenvolvimento “clássico”. Como já destacado, o trajeto da Avenida não adentrava uma área densa ou habitada, distinguindo-se, portanto, dos subúrbios já formalmente estabelecidos na antiga capital federal, que seguiam o caminho da linha férrea. A ocupação e o povoamento do entorno da Avenida Brasil trouxeram nova dinâmica na produção da cidade e desafiaram os parâmetros do subúrbio, baseados na tríade: fábricas, operários e trilhos (trem/ bondes). Não se trata aqui de negar a importância e a validade dessa premissa, mas, ao contrário, de observar como o processo ocorre de forma distinta nessa região da cidade. A tríade repete-se em algumas áreas/bairros da cidade como Méier ou Madureira, por exemplo, mas não necessariamente, em um primeiro momento, nos bairros por onde passa a Avenida Brasil. (Fernandes, 2018, p. 294). Como relatam nossos interlocutores, o bairro de Guadalupe ainda era pouco ocupado, apesar do forte investimento em políticas habitacionais.

Sendo assim, como já definimos anteriormente, o Subúrbio Carioca seria uma região periférica, cortadas pela linha férrea e/ou pela avenida Brasil, das terras originárias das freguesias rurais e que consta no caráter afetivo de sua população, apoiado principalmente no conceito de pertencimento e de resistência, nos quais seus moradores buscam habitar, tendo o conceito de direito a cidade como elemento central na luta por melhorias para a propagação de cultura, educação, saúde e demais políticas públicas.

Não se trata somente de zonas periféricas dos centros econômicos da cidade, cortados por linha férrea ou por eixos rodoviários. O subúrbio carioca é um local composto por todas as opções anteriores e, como afirmamos, pelo caráter afetivo e de pertencimento de sua população. Observamos nas entrevistas realizadas, esse forte caráter de pertencimento ao bairro, apesar de pontuar algumas críticas sobre os rumos atuais do bairro.

Apesar de ser geograficamente identificável, o conceito de subúrbio carioca é mais amplo do que seus contornos propriamente espaciais. Seja pelo trem, linha 2 do Metrô ou pelo eixo da Avenida Brasil, o subúrbio é delimitado pelos eixos de transporte. O que interfere na dinâmica dos bairros que compõe essa região, afinal normalmente um dos lados se torna um local basicamente residencial, enquanto o outro mais comercial. A grande exceção é o bairro considerado o coração do

subúrbio, Madureira. Lá, podemos afirmar que existem três lados: um residencial, um comercial e um terceiro misto.

Outro ponto que devemos levar em consideração nessa definição é o pertencimento da população que habita esse local. É importantíssimo destacar que estar geograficamente inserido não significa que a população se sinta suburbana. O exemplo mais significativo é justamente o mencionado bairro da Tijuca, que está inserido na zona norte e tem o metrô cortando o bairro, mas não se considera como suburbano. No entanto, o bairro já era densamente povoado e consolidado quando construíam a linha do metrô e essa é subterrânea, como na Zona Sul, dialogando muito diferentemente com o espaço urbano. A ruptura que tais eixos de transporte provocam nos bairros suburbanos não se manifestam da mesma forma na Tijuca e nos bairros circunvizinhos.

Os bairros da Zona Oeste tampouco se caracterizam por suburbanos. Apesar de mais distante, não possuem ainda a mesma densidade populacional existente na Zona Norte. Mesmo que alguns bairros são muito antigos, como Santa Cruz, sempre foram caracterizados por suas características rurais. Mesmo que não exista mais zona rural no zoneamento da cidade desde o plano diretor de 2011 e que a zona Oeste tenha se configurado atualmente como o polo industrial da cidade, a forma de sua ocupação apresenta características históricas distintas da área que aqui chamamos de subúrbio carioca, inclusive sem a mesma densidade populacional. Defendemos, assim, que a Zona Oeste apresenta identidade própria e que carece também, como o subúrbio carioca, de uma reflexão mais densa sobre sua importância para a construção da identidade carioca.

Sendo assim, já temos três pontos bem definidos sobre o que seria esse Subúrbio Carioca; a localidade (grande parte da Zona Norte), ser cortado por uma via de transporte de massa (Avenida Brasil, Trem ou Metrô) e a questão do pertencimento da população. Defendemos, ainda, a importância de se sobrepor identidades. Ao mencionar a favela do Muquiço, Dona Jura identifica que algumas favelas surgiram no subúrbio quase que concomitantemente à consolidação do subúrbio. Isso nos traz uma reflexão importante sobre a presença de favelas no subúrbio, o que nos traz a possibilidade de forjar o conceito de favelas suburbanas. Mesmo reproduzindo identidades comuns de outras favelas, seus moradores possuem uma experiência urbana muito distinta daqueles

moradores de favelas da Zona Sul, por exemplo, ou seja, é possível e salutar para a pesquisa sobre a cidade do Rio de Janeiro sobrepor identidades urbanas.

Outro fator importante nos relatos de nossos interlocutores é a criação de redes de solidariedade entre a população suburbana no que tange a precariedade da atuação dos poderes públicos. A experiência comum de um espaço precariamente atendido pelos poderes públicos trouxe identidades comuns, que se forjaram nas formas de mobilização política. É normal que se criem estratégias de sobrevivência e que elas se tornem laços de afeto e de proteção. Estratégias para solucionar o desabastecimento de água (uma característica comum em muitos bairros do subúrbio), a ausência de creches e escolas integrais, a coleta de lixo precária, a ausência da segurança pública ou a escassez de transporte público de qualidade, mesmo sendo cortado por eixos de transporte de massa. Assim, podemos acrescentar na construção dessa identidade laços de solidariedade, forjados na união da sua população para superar as adversidades que o abandono governamental lhes impõe.

A escolha de Guadalupe, como já citamos, se deve muito pela riqueza histórica do bairro, que não aparece nos livros que contam a história da cidade. Como analisaremos de forma mais detalhadamente no capítulo III, Guadalupe foi o bairro que mais recebeu intervenções da Fundação da Casa Popular,⁶ mas pouco é citado nos trabalhos sobre a atuação dessa fundação. Dentre as distintas intervenções no bairro, duas são específicas de Guadalupe, o condomínio Getúlio Vargas e as Casas Iglus ou casas balão. Ambos os casos serão objeto de explicação mais adiante.

O Bairro de Guadalupe recebeu uma maior quantidade de casas da Fundação da Casa Popular do que muitos Estados do Brasil e, entendemos, que a atuação da Fundação foi central para a modelagem do bairro. A tabela abaixo identifica esses dados e como Guadalupe foi o principal laboratório de trabalho da Fundação. Podemos observar, na tabela abaixo, que Guadalupe sozinho tem mais unidades habitacionais que a maioria dos Estados do Brasil, ficando atrás apenas de São Paulo e de Minas Gerais.

⁶ Política de Habitação Social brasileira fundada em 1946, que tinha por objetivo construir unidades habitacionais de baixo custo fomentando o comércio local.

SEÇÃO DE CADASTRO - (DCD)

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS IMÓVEIS CONSTRUIDOS PELA F.C.P.

<u>ALAGAS</u>	-(1 cidade)				
	1 - Maceió	52 casas			
<u>BATA</u>	-(3 cidades)				
	2 - Andaraí	30 casas	} Entregues ao Inic		
	3 - Una	30 casas			
	4 - Ituberá	30 casas			
<u>CEARÁ</u>	-(2 cidades)				
	5 - Fortaleza	456 casas			
	6 - Sobral	70 casas			
<u>DISTRITO FEDERAL</u>	-(3 bairros)				
	7 - Benfica	482	} 162 - Ex-Combatentes 320 - Fundação 192 - Exército		
	8 - Decodoro	1362			
	9 - Guadalupe	2028			
<u>ESPIRITO SANTO</u>	- 2 cidades				
	10 - Cachoeiro do Itapemirim	50 casas			
	11 - Vitória	244			
<u>GOLAZ</u>	- 2 cidades				
	12 - Brasília	1340	} 500 - Em fase final de cons 840 - trução		
	13 - Goiânia	180		} 52 - 1ª Etapa 27 - 2ª Etapa 51 - 3ª Etapa 50 - 4ª Etapa	
<u>MARANHÃO</u>	- 1 cidade				
	14 - São Luiz	50 casas			
<u>MATO GROSSO</u>	- 2 cidades				
	15 - Corumbá	56 casas			
	16 - Cuiabá	104 casas			
<u>MINAS GERAIS</u>	- 36 cidades				
	17 - Além Paraíba	34 casas			
	18 - Araguari	99 casas			
	19 - Barbacena	137	} 22 - 1ª Etapa 115 - 2ª Etapa		
	20 - Belo Horizonte	1509		} 300 - Mato da Lenha 174 - Matadouro 635 - Carlos Prates 400 - Contagem	
	21 - Caldas	40 casas			
	22 - Carmo do Paranaíba	30 casas			
	23 - Cataguazes	50 casas			
	24 - Coronandel	24 casas			
	25 - Coronel Fabriciano	60 casas			
	26 - Diamantina	80 casas			
	27 - Estrêla do Sul	15 casas			
	28 - Itabirito	100 casas			
	29 - Itauna	50 casas			
	30 - Ituiutaba	70 casas			
	31 - Jacutinga	25 casas			
	32 - Juiz de Fora	415 casas	} 215 - 1ª Etapa 200 - 2ª Etapa		
	33 - Leopoldina	50 casas			
	34 - Monlevade	60 casas			
	35 - Monte Carmelo	20 casas			
	36 - Montes Claros	50 casas			
	37 - Oliveira	20 casas			
	38 - Pará de Minas	15 casas			
	39 - Passa Quatro	45 casas			
	40 - Patos de Minas	30 casas			
	41 - Patrocínio	30 casas			
	42 - Pirapora	30 casas			
	43 - Ponte Nova	46 casas			
	44 - Rio Pomba	40 casas			
	45 - Sabará	50 casas			
	46 - Sabinoópolis	15 casas			
	47 - Santos Dumont	16 casas			
	48 - São João Del Rey	80	} 24 - 1ª Etapa 56 - 2ª Etapa		
	49 - São João Nepomuceno	30 casas			
	50 - Sete Lagoas	20 casas			

- 2 -

	51	- Uberaba	250	{ 50 - 1ª Etapa { 200 - 2ª Etapa
	52	- Uberlândia	130	{ 50 - 1ª Etapa { 80 - 2ª Etapa
<u>PARAÍBA</u>		- 3 cidades		
	53	- Campina Grande	38	casas
	54	- Santa Rita	50	casas
	55	- João Pessoa	140	{ 100 - Jaguaribe - 1ª e 2ª Et. { 40 - Banauzinho - 3ª e 4ª Et.
<u>PARANÁ</u>		- 2 cidades		
	56	- Curitiba	41	casas
	57	- Monte Alegre	100	casas
<u>PERNAMBUCO</u>		- 5 cidades		
	58	- Caruarú	75	casas
	59	- Nazaré da Mata	50	casas
	60	- Olinda	249	{ 152 - 1ª Etapa { 60 - 2ª Etapa { 37 - 3ª Etapa
	61	- Recife	588	casas
	62	- Surubim	20	casas
<u>PIAUI</u>		- 2 cidades		
	63	- Parnaíba	45	casas
	64	- Terezina	29	casas
<u>RIO G. DO NORTE</u>		- 7 cidades		
	65	- Agui	25	casas
	66	- Areia Branca	24	casas
	67	- Martins	24	casas
	68	- Mossoró	35	casas
	69	- Natal	74	casas
	70	- Pau dos Ferros	34	casas
	71	- Portalegre	24	casas
<u>RIO G. DO SUL</u>		- 11 cidades		
	72	- Alegrete	100	{ 60 - 1ª Etapa { 40 - 2ª Etapa
	73	- Bagé	50	casas
	74	- Brechin	50	casas
	75	- Itaqui	30	casas
	76	- Jaguarão	58	{ 30 - 1ª Etapa { 28 - 2ª Etapa
	77	- Passo Fundo	50	casas
	78	- Pelotas	50	casas
	79	- Quaraí	68	casas
	80	- Rio Grande	82	casas
	81	- Santa Maria	90	casas
	82	- São Borja	25	casas
<u>RIO DE JANEIRO</u>		- 5 cidades		
	83	- Araruama	40	casas
	84	- Niterói	95	casas
	85	- Nova Friburgo	120	casas
	86	- Rio Bonito	46	casas
	87	- Três Rios	42	casas
<u>SANTA CATARINA</u>		- 2 cidades		
	88	- Lages	96	casas
	89	- Itajaí	100	{ 50 - 1ª Etapa { 50 - 2ª Etapa
<u>SÃO PAULO</u>		- 21 cidades		
	90	- Araraquara	172	casas
	91	- Batatais	40	casas
	92	- Baurú	200	{ Plínio Ferraz - 100 { Salv. Filardi - 100
	93	- Botucatu	67	casas
	94	- Campinas	562	{ 245 - 1ª Etapa { 317 - 2ª Etapa
	95	- Catanduva	24	casas
	96	- Cruzeiro	60	casas
	97	- Eldorado Paulista	50	casas
	98	- Franca	50	casas
	99	- Guaratinguetá	90	casas
	100	- Iguape	20	casas
	101	- Itú	120	{ 104 - 1ª Etapa { 16 - 2ª Etapa
	102	- Lins	88	casas
	103	- Lorena	42	casas
	104	- Mococa	12	casas
	105	- Pindamonhangaba	56	casas
	106	- Santa Cruz do Rio Pardo	113	casas
	107	- Santo André	400	casas
	108	- Santos	736	{ 536 - Bacia do Macuco { 42 - Liberdade { 40 - Fr. Joa. Murinho { 56 - Castro Alves { 25 - São José { 37 - Sinimbu
	109	- São Carlos	27	casas
	110	- Vera Cruz	30	casas
<u>SERGIPE</u>		- 1 cidade		
	111	- Aracaju	65	casas
		T O T A L	16.170	casas

T O T A L

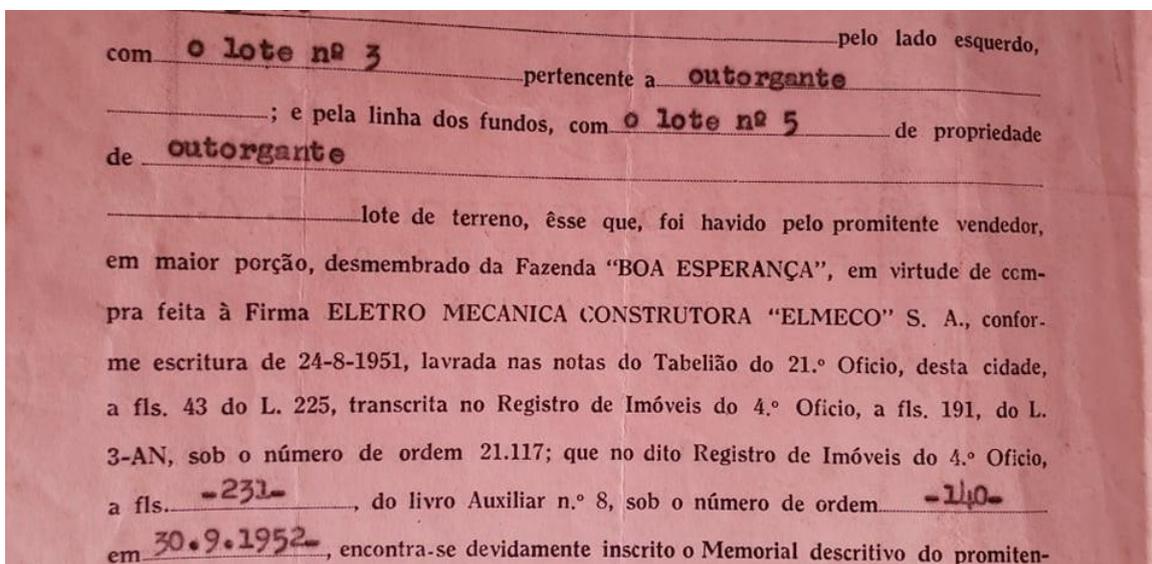
Em de outubro de 1959

Departamento de Administração Imobiliária
P. Carneiro

mm/ug

Vale destacar também que 1170 das 1362 unidades que constam na tabela como Deodoro pertencem, na verdade, a Guadalupe e são a continuidade do Condomínio Getúlio Vargas. No início das obras, o bairro utilizado como referência era Deodoro. Guadalupe só foi oficializado nos contornos atuais como bairro em 1954. Como podemos observar, somente em Guadalupe foram construídas 2028 unidades habitacionais. Esse número chega a 3.387 quando inserimos as unidades computadas como Deodoro.

Guadalupe tem sua origem no desdobramento das glebas da antiga fazenda da Boa Esperança na Freguesia de Irajá. Cravado no fim da zona norte do Rio de Janeiro, já próximo a Zona Oeste e a Baixada fluminense, o bairro tem sua composição atual construída por diversos programas de habitação popular como os Institutos de Aposentadorias de Pensões (IAPs), a Fundação da Casa Popular e o BNH, não esquecendo sua herança fabril. O trecho abaixo do contrato indica a compra de terreno da Eletro Mecânica Construtora Elmeco S.A. É interessante notar que a área foi desmembrada da fazenda Boa Esperança, conforme demonstra o documento abaixo.



Documento 2 - Contrato de Compra de lote.

Fonte: Foto cedida por integrantes do grupo de Facebook Guadalupe, ontem e hoje.

O parque industrial do bairro era bastante significativo, com indústrias como a Remington, a Melhoral, Pimaco, a Perdigão, a Brasvit e a Eternit. Hoje, ainda estão em atividade a Pimaco, a Perdigão e a Eternit, as outras foram transformadas em shoppings, supermercados e conjuntos habitacionais.

Abordaremos com mais detalhes o passado industrial de Guadalupe no capítulo IV. Através do relato de moradores, é possível identificar que o local não era somente um bairro dormitório. Se muitos se locomoviam até o centro para trabalhar, outros trabalhavam no próprio local, configurando um verdadeiro bairro operário.

3

Guadalupe: da fundação da Casa Popular ao BNH

3.1.

A Fundação da Casa Popular e o Bairro de Guadalupe

A Fundação da Casa Popular foi criada através do decreto nº 9.218 do dia primeiro de maio de 1946.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio autorizado a instituir uma fundação denominada "Fundação da Casa Popular".

Art. 2.º A Fundação destinar-se-á a proporcionar a brasileiros ou estrangeiros com mais de dez anos de residência no país ou com filhos brasileiros a aquisição ou construção de moradia própria, em zona urbana ou rural. (Brasil, Decreto-Lei, 9.218/1946).

Foi o primeiro órgão, de âmbito nacional, que se dedicou exclusivamente à construção de unidades de habitação popular para a população de baixo poder aquisitivo. Somente com a instauração da Fundação da Casa Popular, o Governo Federal instaurou um órgão público com o único objetivo de produzir unidades habitacionais, tanto na área urbana quanto na rural. Ao contrário da produção habitacional dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), essas unidades eram dirigidas a todas as pessoas e não somente aos trabalhadores filiados a determinado instituto. Seu projeto original previa a reunião dos recursos dispersos nos institutos previdenciários, criando, assim, as condições desejáveis para empreender uma política universal de forma a fazer frente à expansão da crise de moradia em meados dos 1940 (Botas & Coury, 2014, p.147-148).

A única experiência de produção de complexos habitacionais que o Brasil conhecia até então eram os comandados pelos IAPs, que, sendo vinculados às diversas categorias profissionais, contavam com seus distintos institutos (por exemplo, o IAP dos bancários (IAPB) ou o dos industriais (IAPI)). Como explica Lima e Zanirato:

[...] pelo fato de os IAPs atenderem justamente aos trabalhadores formalmente registrados segundo as distintas categorias profissionais então instituídas, os mesmos foram incapazes de incluir as classes populares, nas quais já predominavam empregos informais e de baixa remuneração (Lima & Zanirato, 2014, p. 2).

Assim, a produção habitacional dos IAPs se voltava única e exclusivamente aos seus associados, deixando de fora uma grande fatia da classe trabalhadora que não era filiada a nenhum instituto. Como analisa Bonduki (1994, p. 718), ao destacar que os IAPs

[...] não eram destinados especificamente a enfrentar o problema de habitação, e sim instituições previdenciárias, agindo complementarmente dentro de uma lógica marcada pela necessidade de investir os imensos fundos de reserva da Previdência Social para preservar seu valor.

Muitos fatores dão conta da origem da Fundação da Casa Popular, a primeira delas foi inspirada pela experiência do até então deputado federal por Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, teve a frente do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários de Minas Gerais. Segundo Azevedo (1982, p.216), a origem da Fundação da Casa Popular seria oriunda das intenções políticas do então deputado Juscelino Kubitschek.

Ele teria se baseado na iniciativa vitoriosa de um importante empresário mineiro na construção de casas populares através do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (IAPI) para formular a ideia de criação de uma entidade de cunho nacional destinada a produção de habitações populares. Segundo o depoimento desse empresário, que, mais tarde, no Governo Kubitschek, seria o superintendente da Fundação da Casa Popular (FCP), Juscelino o teria levado ao presidente Eurico Gaspar Dutra para que o ajudasse a persuadi-lo das vantagens políticas de uma iniciativa dessa magnitude (Azevedo, 1982, p. 216).

Bonduki afirma que a proposta da Fundação da Casa Popular era demasiadamente ampla e se propunha financiar, além de moradia, infraestrutura, saneamento, indústria de material de construção, pesquisa habitacional e até mesmo a formação de pessoal técnico dos municípios. No entanto, a carência de recursos e a desarticulação com os outros órgãos envolvidos com a questão habitacional travaram iniciativas com intuito de enfrentar de modo global o problema habitacional. A intervenção governamental foi, assim, pulverizada e

atomizada, longe, portanto, de constituir efetivamente uma política (Bonduki, 1994, p. 717-718).

Devemos destacar que apesar de ser de âmbito nacional e se propor a resolver o problema de habitação popular no Brasil, a Fundação da Casa Popular não teve o impacto social inicialmente pretendido. Como analisaremos, não conseguiu construir em escala nacional um volume significativo de unidades habitacionais. No contexto de criação da Fundação da Casa Popular, no pós-Guerra, existia uma enorme efervescência política no país, sobretudo devido a sempre presente influência do então deposto ex-presidente Getúlio Vargas, assim como de uma suposta ameaça comunista.

Nesse período, o Partido Comunista vinha aumentando sua influência, impulsionado principalmente pela sua influência junto a classe trabalhadora (Azevedo, 1982). Na eleição nacional de 1945, que resultou na eleição de Eurico Gaspar Dutra, o engenheiro e ex-prefeito de Petrópolis, Iedo Fiúza, teve aproximadamente 600 mil votos pelo Partido Comunista (Azevedo, 1982, p. 226). O Partido Comunista conseguiu eleger 14 deputados e 1 senador e, nas eleições locais de 1947, foi o principal partido na Câmara dos vereadores do Distrito Federal, elegendo um terço da Câmara da então capital da República.

Apesar de não militar junto ao partido comunista e nem se declarar comunista, a votação expressiva de Fiúza fez ascender um alerta na política brasileira. O sucesso comunista nas eleições locais do Distrito Federal reforçou o medo da ameaça vermelha. Como forma de enfrentamento a essa suposta ameaça comunista, o então presidente Gaspar Dutra resolveu tomar atitudes mais contundentes de enfrentamento ao partido Comunista. A principal delas foi declarar ilegal o partido Comunista, cassando o mandato dos seus parlamentares no final de 1947. Juntamente com essa atitude, Gaspar Dutra começou a realizar uma grande quantidade de ações como forma de atender a população, que simpatizava com o partido e ao mesmo tempo aumentar a sua popularidade e capilaridade junto à classe trabalhadora,

Visando atender à população e principalmente à classe trabalhadora e reproduzindo a importância que Vargas dava ao dia primeiro de maio, Eurico Gaspar Dutra anunciou, como mencionado, a criação da Fundação da Casa

Popular no dia 1º de maio de 1946. A política de Dutra era de cunho conservadora e tinha como estratégia não somente limitar a influência comunista, mas também esvaziar a influência dos sindicatos juntos aos IAPs. No entanto, a tentativa de Dutra de unificar as carteiras prediais na Fundação da Casa Popular não foi adiante, o que acabou limitando o impacto da Fundação da Casa Popular (Melo, 1990, p. 45).

Já Lima e Zanirato (2014, p.3) afirmam que a criação da Fundação da Casa Popular (FCP) se explica também pelo fato de os IAPs serem órgãos de gestão independente, o que dificultava um maior controle do Estado das orientações conduzidas pelos institutos. Assim, a produção habitacional dos IAPs não era diretamente conduzida pelo Estado, o que dificultava a formulação de uma política habitacional mais coesa e orgânica. A Fundação da Casa Popular poderia ser uma ferramenta política importante nesse sentido. Bonduki afirma que a FCP manteve relações clientelistas em prol de interesses específicos do governo (Bonduki, 2011, p. 3). Como sublinha Manoel, o objetivo central era centralizar e unificar a política habitacional no país:

A Fundação da Casa Popular, implementada durante o governo do Gen. Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), foi o primeiro órgão federal destinado a provisão habitacional de baixa renda no Brasil. Instituída com o objetivo de enfrentar o problema da moradia de forma mais decisiva e centralizada do que os diversos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensão, a Fundação representava a primeira tentativa de implementação de uma política habitacional nacional. (Manoel, 2016, p. 1).

A Fundação da Casa Popular contou também com o trabalho de Assistentes Sociais para promover o bem-estar da população e de fiscalizar as reais condições financeiras dos beneficiados pelas moradias da Fundação da Casa Popular. Elas também exerciam um papel de acompanhamento da população após a entrega das chaves no intuito de preparar os moradores beneficiados, o que demonstra o caráter de controle inerente às políticas de habitação.

A FCP se tornou também o principal órgão de pesquisa e estudo sobre o urbano e sobre a habitação do Brasil no pós-guerra. Tinha como prioridade a construção de unidades de habitação popular e o incentivo à pesquisa do espaço urbano e da criação de tecnologias, que buscassem o barateamento da produção dos insumos necessários em suas construções. Além disso, ela também passou a

ser o órgão responsável pelo financiamento das prefeituras nas iniciativas de construção de unidades habitacionais destinadas às camadas mais pobres da população.

Azevedo (1982, p. 236) sublinha que era ainda de sua competência:

[...] financiar as indústrias de material de construção, quando, por deficiência do produto de mercado, se tornar indispensável o estímulo de crédito [...], proceder a estudos e pesquisas de métodos e processos que visem ao barateamento de construção [...]; financiar as construções de iniciativa ou sob a responsabilidade de prefeituras municipais, empresas industriais ou comerciais e outras instituições, de residência de tipo popular destinadas à venda, a baixo custo ou a locação, a trabalhadores, sem objetivos de lucro” [...].

Vale ressaltar que além de assumir essa centralidade na questão habitacional, a Fundação da Casa Popular teve um papel preponderante na padronização do conceito de habitação popular no Brasil, de forma a:

[...] estudar e classificar os tipos de habitação denominados populares, tendo em vista as tendências arquitetônicas, hábitos de vida, condições climáticas e higiênicas, recursos de material e mão de obra das principais regiões do país [...]. (Azevedo, 1982, p. 240).

A Fundação da Casa Popular não conseguiu dar conta de tantas iniciativas ao mesmo tempo o que levou ao desgaste e ao fim de suas atividades. A tarefa era desproporcional à força, aos recursos e à maturidade institucional da FCP. Não eram apenas constrangimentos de ordem técnica, financeira e administrativa que tornavam inviável a abertura de tantas frentes de trabalho. No plano político, muitos desses objetivos poderiam ser considerados assuntos de “peculiar interesse” do município, faltando-lhe competência constitucional para atuar livremente nessas áreas (Azevedo, 1982, p. 253).

Essa empreitada de dar conta da construção de unidade de habitação popular, de construir infraestrutura e saneamento básico das cidades, financiar a pesquisa e o investimentos das prefeituras e de cuidar da assistência social da população durou até vinte três de maio de 1952, quando, por meio da portaria nº 69 do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o Governo Federal determinou que as atividades só seriam realizadas “quando de todo indispensável em face dos seus programas e realizações e de preferência nos municípios de orçamentos reduzidos, sob a garantia de taxas ou contribuições” (art. 1.º, item 5).

Essa portaria determinou praticamente o fim de todas as atividades que visassem o bem-estar da população e as obras de saneamento básico que a Fundação da Casa Popular estava disposta a atuar. Esse fato foi sentido de forma muito forte pela população atendida pela Fundação da Casa Popular, que fez com que muitos municípios não conseguissem finalizar projetos previstos e esperados pela população (Azevedo, 1982). Com a delimitação e redução da abrangência do alcance da Fundação da Casa Popular, houve uma mudança na forma de financiamento do órgão. Os recursos que vinham de doações e de empréstimos compulsórios foram interrompidos. A Fundação da Casa Popular passou a depender única e exclusivamente dos recursos destinados do orçamento do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. A partir do momento que o financiamento realizado pelas prefeituras foi cessado, muitas delas passaram a não se interessar mais pelas obras da Fundação da Casa Popular em seus territórios, inclusive não mais repassando os impostos devidos ao órgão. A Dependência ao orçamento limitou definitivamente a atuação do órgão.

A ideia inicial era custear as atividades da FCP com a taxação em 1% das atividades de transações imobiliárias. A autonomia dada aos Estados da cobrança da arrecadação desse 1% e que deveriam ser repassadas à Fundação da Casa Popular acabou dificultando o repasse e os recursos ficaram retidos nos próprios Estados (Bonduki, 2017). Esse imposto apesar de não representar necessariamente uma grande quantia de capital, poderia conceder certa autonomia da Fundação da Casa Popular para atuar, independente das dificuldades de orçamento do Governo Federal. Esse imposto foi finalmente revogado no dia vinte e quatro de maio de 1951. A impossibilidade da cobrança da taxa de 1% sobre as transações imobiliárias e a oposição dos IAPs à utilização das suas reservas pela FCP inviabilizaram uma atuação mais consistente da FCP (Bonduki, 1994, p. 725).

No caráter da construção de habitação popular, a FCP se propôs a realizar as construções por meio de duas iniciativas: empreitada e administração direta (essa acabou sucumbida e abandonada em prol da primeira) devido à dificuldade de sua administração. Azevedo (1982, p. 292) nos diz que:

A opção pela administração direta, nos primeiros anos, justificava-se pela necessidade de familiarizar os técnicos da instituição com os problemas da construção de conjuntos, além de permitir experiência com materiais não-tradicionais, para baratear o custo das obras. Tais experiências, levadas a efeito em

pequena escala, foram pioneiras no país. A mais importante delas foi realizada no Rio de Janeiro, entre os anos de 1949 e 1950, no bairro de Guadalupe.

O grande exemplo dessa iniciativa se dá na experiência da construção das casas balão, casas construídas em formato de ocas e que reduziram em um valor considerável a construção de habitações populares. Nesse conjunto, ao lado de edificações de alvenaria, construíram-se casas de madeira, bloco e placa de concreto, uma das quais, a denominada “balão”, se assemelhava a um iglu ou uma oca. (Azevedo, 1982, p. 298). Veremos sobre essa experiência mais adiante.

Já as empreitadas foram amplamente utilizadas pela Fundação da Casa Popular em suas obras, porém as licitações propostas contemplavam não só as grandes empreiteiras, mas as de pequeno e médio porte também. Em dezoito de novembro de 1952, uma reunião da comissão técnica exemplificou e definiu os objetivos e procedimentos a serem realizados. No desempenho de suas atribuições, é, muitas vezes, levada a abrir concorrência para a construção de um número elevado de casas, com prazo curto, em localidades onde existem poucas firmas construtoras, quase todas de reduzido capital e, portanto, impossibilitadas de concorrerem por não apresentarem condições satisfatórias para assumirem grandes responsabilidades, considerando ser de toda a conveniência, quer sob o ponto de vista econômico, quer pelos efeitos morais resultantes, que seja dada a oportunidade às boas firmas locais. Considerando que uma das medidas que permitiria a realização desse objetivo é fracionar a empreitada, adjudicando aos concorrentes, na ordem de sua classificação, pelo preço unitário da proposta vencedora, o encargo da construção de um número de casas que esteja de acordo com suas possibilidades. O objetivo era compartilhar os contratos no intuito de evitar que os concorrentes fizessem um acordo, combinando o preço mínimo a ser apresentado, a concorrência pública aberta para um número de casas compatível com as possibilidades dos construtores locais (Azevedo, 1982, p. 306).

Essa atitude possibilitou que as pequenas e medias empresas do ramo de construção civil não realizassem uma obra de grandes proporções sozinhas. Eles dividiam a empreitada, responsabilizando-se somente pelo número de unidades habitacionais que eram capazes de realizar no prazo estipulado. Assim, assumiam a construção levando em consideração o número de unidades e não o complexo inteiro previsto pela Fundação da Casa Popular. Atuando com uma política

habitacional social pautada na construção de pequenos núcleos habitacionais constituídos de casas térreas, isoladas ou geminadas, segundo uma concepção tradicional, destinadas à venda aos futuros moradores, a FCP construiu pequenos conjuntos habitacionais, que dificilmente ultrapassavam 100 unidades (Manoel, 2016, p. 2).

A visão urbanística por detrás dessa política habitacional da FCP se pautava nas questões levantadas pelos engenheiros sanitaristas desde as primeiras décadas do século XX. O combate às habitações coletivas e a defesa da residência unifamiliar isolada no lote foram os principais pontos levantados para a reeducação do trabalhador pretensamente acostumados a morar em locais insalubres que corrompiam a sua saúde física e a moral da sociedade (Manoel, 2016, p. 2).

Em 1952, o modelo de empreitada seria aplicado prioritariamente em complexos que tivessem um número maior ou igual a 50 casas. Resguardando a empreiteira vencedora, o direito de construir 50% das unidades. O restante deveria ser dividido entre as três melhores classificadas que não haviam vencido a licitação. Segundo Azevedo (1982, p. 315), esse processo popularizou a construção de unidades habitacionais e criou um parâmetro de custo e qualidade, estimulando empresas pequenas e médias. Grande parte das construções da FCP às margens da Avenida Brasil, em Guadalupe, seguiu esse formato de construção.

Outro mecanismo adotado foi de antecipar os vencimentos pagos à empreiteira, desde que esse recurso fosse direcionado para a compra dos insumos que seriam aplicados nas construções. Esses insumos deveriam ficar guardados exclusivamente dentro dos canteiros de obras e sobre a supervisão da própria Fundação da Casa Popular. Esse mecanismo, além de visar uma economia na compra de insumos, buscava também conter o impacto da inflação nas obras.

Um ponto que chama muito a atenção nas construções de habitação popular realizadas pela Fundação da Casa Popular é a sua arquitetura e padronização do tamanho das unidades. Os projetos eram idealizados diretamente pela Fundação da Casa Popular e não poderiam ultrapassar o tamanho de 70m².

Ao decidir construir um complexo habitacional, a Fundação da Casa Popular assinava um termo de compromisso com as prefeituras locais que seriam

as responsáveis pela cessão dos terrenos, e de resolver todos os problemas de saneamento básico dos locais escolhidos. Com esse modelo de gestão de escolha do local, onde os complexos habitacionais seriam construídos, e o grande interesse das prefeituras, houve inicialmente uma significativa procura por parte das prefeituras, mas que não necessariamente se converteram em projetos.

Como as unidades deveriam ser destinadas à população de baixa renda e sem muitos critérios definidos, essas obras eram utilizadas muitas vezes como barganha política por meio do Governo Federal junto às prefeituras a serem contempladas. Poderiam concorrer a uma dessas unidades habitacionais qualquer brasileiro que trabalhasse no setor privado ou no setor público e mais tarde foi incorporada um teto de renda de 60 mil cruzeiros por ano, além de estabelecer que a família deveria ser composta por no mínimo 5 pessoas. Azevedo (1982) afirma que esse teto era muito alto para os padrões da época. Ao não exigir níveis de renda mínima, poderia se considerar a lei como tendo um cunho eminentemente social, pois não excluía as parcelas menos favorecidas da população. Por outro lado, ao colocar tetos tão altos de renda, 12,8 salários mínimos líquidos mensais à época, acabava por permitir que uma camada com um certo poder aquisitivo disputasse com os de estratos sociais mais baixo as unidades de habitação social. Se isso não ocorreu em grande escala é porque houve uma exclusão voluntária dos setores médios, que não achavam condizente com a sua posição social habitar os conjuntos populares, sobretudo quando construídos em bairros mais distantes (Azevedo, 1982, p. 339).

Infelizmente nem sempre existia uma ampla divulgação dos processos de cessão da casa e de vendas dos imóveis. O “boca a boca” se tornou muitas vezes o principal meio de divulgação das obras. Conforme já mencionamos anteriormente, Azimar, morador do famoso bloco 18 do condomínio Getúlio Vargas, nos informou que sua família somente soube da construção do condomínio pelo fato de um primo ficar sabendo da oferta de moradias e escrever uma carta a seus pais informando sobre esse novo empreendimento. Ele informou que a família veio de Cuiabá para realizar a compra do apartamento e se mudaram definitivamente quando a obra foi inaugurada. Informou também que foram a terceira família a se mudar para o prédio e a segunda do bloco 18. Relatou, ainda, que a maioria ficou sabendo do imóvel por meio de um parente ou amigo muito próximo. Ele relatou

que isso facilitava a boa relação entre os moradores e permitia uma grande interação entre eles.

Azimar nos relatou também que a pessoa responsável por analisar as condições da família para aprovação final da compra era uma assistente social. Essa informação é corroborada por Azevedo (1982) quando relata que, superada a fase inicial da inscrição, eram conferidas as informações do candidato através da visita de uma assistente social. Essa profissional tinha um caráter inicialmente fiscalizatório, pois sua demanda de trabalho inicial era certificar-se do número de filhos, das condições de moradia, da situação jurídica do domicílio, se havia processo de despejo que justificasse atenção especial e se a família dispunha de algum outro bem imóvel. Concluída a visita, procedia-se à classificação dos postulantes, com a convocação dos selecionados para assinatura da escritura de promessa de compra e venda e posterior posse da casa (Azevedo, 1982, p. 353).

Nesse processo, evidenciamos que o papel da assistente social era acompanhar as famílias que se inseriam na Fundação da Casa Popular, buscando entender e qualificar o modo de vida delas, baseadas nos padrões da profissão da época. Outro fator em relação a entrega dos imóveis que não pode ser esquecida é a chamada “reserva técnica”, termo criado a época para justificar a reserva de alguns imóveis para os apadrinhados políticos dos políticos locais. Essas unidades eram reservadas em todas as obras, indicando que a Fundação da Casa Popular foi usada também para interesses clientelistas.

Nossos interlocutores nos relataram que as assistentes sociais eram as responsáveis também por verificar se as famílias estavam cumprindo as ditas “normas de bons costumes”, que constavam nas promessas de compra e venda. Nelas, o comprador poderia ser punido até com a perda do imóvel, caso esse não cumprisse com o comportamento social previsto pela sociedade da época. Outro fator importante é que o imóvel não poderia ser usado como instituição religiosa ou comercial:

A casa de tijolos, as instalações sanitárias, os tacos de madeira das salas, os vidros das janelas, os alvos prediletos da “fiscalização” dos conjuntos, não eram figuras estranhas à experiência urbana dessa população. Os compradores egressos de favela ou do meio rural eram de número insignificante, não justificando o paternalismo das medidas. (Azevedo 1982, p. 400).

Essa preocupação fica evidenciada quando o entrevistado Azimar nos fala que havia fiscalização no prédio durante o dia e a noite. Os guardas andavam com um apito e soavam-no quando viam algo que feria de alguma forma os bons costumes. O controle era mais rígido nas questões morais, o que demonstra o caráter paternalista da política habitacional, assim como da assistência social nesse período. Curiosamente, a inadimplência era algo que não era levado muito em consideração pelo órgão. Muitas vezes acordos eram feitos de forma a não prejudicar os “moradores de bem”:

Dispositivo de contrato previa meios para remediá-la mediante pagamento de juros de mora de 1% ao mês sobre as prestações em atraso. O resultado desse dispositivo jurídico, corroborado por decisões políticas, é que não se tem conhecimento de rescisão de contrato por atraso nas prestações. (Azevedo, 1983, p. 407).

Bonduki ressalta que o fracasso da FCP se explica não somente pela penúria de recursos, mas também pela “ausência de critérios sociais rigorosos para garantir o retorno dos investimentos realizados num período em que a inflação corroía os valores locativos e prestações. O autor identifica que práticas clientelistas e paternalistas reduziram e impossibilitaram a capacidade de ação dessas instituições (Bonduki, 1994, p. 726).

Quanto à localização das unidades habitacionais, o censo do IBGE de 1950 informa que 68% das unidades da Fundação da Casa Popular se concentravam nos grandes centros urbanos e as outras 32% ficavam distribuídas entre cidades médias e pequenas. Não houve empreendimentos habitacionais na região Norte do Brasil, o que nos deixa o questionamento se essa opção se deu devido à baixa densidade populacional ou pela pouca influência que essa região tinha na época.

Segundo Azevedo (1982), 70% das unidades habitacionais estavam localizadas na região Sudeste, 14% na região Nordeste e 5% na região Sul do país. Já os 11% presentes na região Centro Oeste se deu praticamente toda dedicada a construção de unidades em Brasília. Os estados que foram contemplados com o maior número de unidades são o antigo Estado da Guanabara e Minas Gerais, que sozinhos representavam mais unidades que a soma das unidades construídas em toda região Sul somada à região Nordeste. Esse privilégio de unidades habitacionais no Estado da Guanabara e em Minas Gerais são explicados pelo fato

de o Governo Federal estar sediado em um e o outro ser o berço político do então deputado e posteriormente presidente Juscelino Kubitschek.

A Fundação da Casa Popular construiu somente cerca de 10% das unidades habitacionais se comparada ao parque residencial erigido pelos IAPs (Bonduki, 2017). Se considerarmos os IAPs como parâmetro, seus empreendimentos eram exclusivos para os seus contribuintes, o que excluía, como já mencionamos, uma grande parte da população que não estava vinculada aos fundos de pensão. No entanto, no Rio de Janeiro, como já destacamos, grande parte dessas construções se concentraram no bairro de Guadalupe. Assim, apesar de ter tido um impacto relativamente pequeno para as unidades habitacionais construídas no país, a concentração de iniciativas em Guadalupe faz com que, nesse bairro, a Fundação da Casa Popular tenha sido um órgão de grande importância e cuja atividade impactou profundamente o bairro.

Segundo o Jornal Diário de Notícias, do dia 30 de setembro de 1948, as terras cedidas para as construções da Fundação da Casa Popular em Guadalupe vieram de doações do Ministério da Fazenda e que inicialmente seriam entregues 350 unidades de habitação de seis modelos diferentes. Os modelos seriam de (i) alvenaria tradicional; (ii) as chamadas casas balão, (iii) as casas feitas de placas de Zinco; (iv) madeira; (v) Eternit e (vi) placas de concreto. Essas iniciativas tinham a finalidade de baratear o custo da construção das casas e com isso aumentar o número de unidades que já tinham sido construídas por eles anteriormente. Esses modelos serão analisados nos próximos capítulos. Estima-se que até o fim de 1948 já haviam sido entregues aos moradores 470 casas desses modelos. Além dessas casas, foram levantadas unidades em pequenos blocos às margens da Avenida Brasil, assim como a construção do enorme bloco de apartamentos Getúlio Vargas.

A reportagem do Diário de Notícias, de 30 de outubro de 1948, relata que o presidente da república inaugurou as casas no dia 29 de outubro de 1948. A reportagem destaca que a FCP tomou por norma somente construir casas em terrenos que lhe fossem doados, o que possibilita a redução dos preços dos imóveis. Segundo a reportagem, o preço de cada uma poderia ser assim fixado: 25 mil cruzeiros para a casa de dois quartos e de 30 mil cruzeiros para de três quartos, ao passo que o preço de cada uma das unidades daqueles diferentes tipos

podem ser assim determinadas: de 29 mil cruzeiros a 39 mil cruzeiros para casa balão de um e três quartos; 37 mil cruzeiros a 43 mil cruzeiros para as casas de madeira de dois e três quartos; de 37 mil cruzeiros a 44 mil cruzeiros para as casas de alumínio de 2 e 3 quartos; de 41 mil cruzeiros a 50 mil cruzeiros para as casas de Zinco de 2 e 3 quartos e finalmente de 30 mil a 35 mil para as casas pré-moldadas. Também eram encontradas casas de dois pavimentos que custava de 25 mil cruzeiros a 32 mil cruzeiros.

Como já haviam feito em outros empreendimentos, contrataram o serviço de assistência social por meio de visitantes permanentes para a educação das mães e instrução das crianças. Destinaram uma das casas para esse fim, adquirida para a instalação de uma escola, que foi por muito tempo a única escola do Bairro. Reservou outra residência para a respectiva professora e inauguraram a título provisório uma cooperativa de gêneros alimentícios. A FCP procurou pensar nos contornos do bairro que se desenhava. Construiu um playground para diversões infantis e reservou um local para construir uma futura Igreja. A ideia é que esses locais recebessem diferentes tipos de comércio, assim como equipamentos, como creches, berçários, ambulatórios e postos de assistência médica.

3.2. Condomínio Getúlio Vargas

O Conjunto Getúlio Vargas, entregue em 1956, é um marco da arquitetura modernista. O conjunto, projetado pelo arquiteto Flávio Marinho Rego está localizado entre uma das margens da Avenida Brasil. Ele é composto por 26 blocos e 1314 apartamentos (Diniz, 2007) e que, como principal destaque, temos o bloco 19, prédio em formato de serpente, semelhante ao famoso Pedregulho, porém, maior, com 350 apartamentos (Manoel, 2016, p. 7), que se sobressai pela sua extensão, com 430 metros. Ele apresenta curvas semelhantes a outros dois marcos de conjuntos habitacionais modernistas do Rio: o Minhocão da Gávea e o Conjunto Pedregulho, em Benfica.

O primeiro projeto desenvolvido para a área era constituído de 500 casas térreas, atendendo aproximadamente 3.500 pessoas e não previa nenhum equipamento coletivo. Já o segundo projeto, apresentado pelo mencionado

arquiteto Flávio Marinho Rego era constituído por blocos térreos com aproximadamente 1.440 apartamentos, estando incluídos no programa, uma escola, uma praça esportiva e o Serviço Social. No projeto final do arquiteto, temos a inclusão de alguns equipamentos, sendo dois deles sinuosos e com sete pavimentos, e os demais com três pavimentos (Manoel, 2016, p. 7).

Esse projeto da Fundação da Casa Popular valorizou o espaço coletivo. O projeto de Marinho Rego procurou aproveitar ao máximo a área do terreno, utilizando o adensamento através da verticalização e evitando movimento de terra no terreno, de caída de até quinze metros, com o emprego de pilotis e a construção dos dois blocos sinuosos para contornar um aclive do terreno. Os demais 24 blocos estavam alinhados paralelamente e distantes 20 metros entre si, mantendo condições ideais de ventilação e iluminação.

Neste projeto, diferentemente dos outros construídos pela Fundação, a noção de propriedade privada se perde devido à ausência do lote, ainda que as unidades sejam adquiridas pelos moradores. Toda a área não edificada do conjunto é de uso coletivo dos moradores. Esta postura justifica o uso de pilotis nos blocos residenciais para a liberação do solo possibilitando a livre circulação de pedestres. (Manoel, 2016, p. 8).

Foi o maior bloco de apartamentos quando construído e figura, ainda, na lista de maiores prédios de habitação popular da América Latina. Segundo Diniz (2007, p. 9), os 1314 apartamentos ficaram distribuídos em 26 blocos. Dois curvos ao longo das curvas de nível do terreno com acesso por um pavimento intermediário livre e 6 pavimentos; três para baixo e três para cima, o que permitiu aumentar a verticalização sem ser necessário, por exemplo, a presença de elevadores, o que encareceria o projeto e a manutenção posterior.

Destacamos que a construção do condomínio respeitou a formatação do terreno, como nos afirma Diniz (2007, p. 9):

Os blocos serpenteantes foram localizados respeitando toda vegetação existente no terreno, representada no caso por um bosque de cerca de duzentas mangueiras adultas, razão pela qual o bloco maior em um trecho, corta as curvas de nível, pegando um plano acima e perdendo os três pavimentos inferiores.

Os demais blocos da parte mais alta do terreno possuem três pavimentos sobre colunas e se situam dentro do movimento natural do terreno, evitando movimento de terra.

É importante afirmar que, nesse período, a construção dos modelos habitacionais da Fundação da Casa Popular em Guadalupe respeitou a formatação do território e a necessidades dos futuros moradores. O projeto tem declarada influência do Conjunto Residencial de Pedregulho, promovido pela Prefeitura do Rio de Janeiro e projetado pelo premiadíssimo arquiteto Affonso Eduardo Reidy, em 1947. O Pedregulho também apresenta um bloco principal de apartamentos, que foi implantado procurando respeitar a topografia acidentada do terreno, resultando num edifício sinuoso, com um pavimento intermediário livre, que dá acesso ao edifício (Manoel, 2016, p. 8)⁷

Os blocos foram dispostos da seguinte maneira: agrupados em fila indiana os blocos: 3,4,5 e 6, em outra fila os blocos 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17, já os blocos 1, 2, 7 e 8 estão localizadas as margens da Avenida Brasil. Os blocos em forma de serpente são os 18 e 19.

No Conjunto de Deodoro, dois blocos principais sinuosos acompanham o movimento do terreno e um bosque de mangueiras, fazendo uma composição equilibrada. Esses dois blocos também possuem um pavimento intermediário livre, pelo qual se acessa ao edifício, seguindo um dos princípios de Le Corbusier, presente na Unidade Habitacional de Marselha, que estabelece uma grande área de convívio e circulação para os moradores dentro do edifício. No entanto, no projeto para Deodoro não foi previsto nenhum equipamento de uso comunitário para qualificar esse espaço, como acontece no projeto de Le Corbusier em Marselha, e no projeto de Reidy para Pedregulho. O maior desses dois blocos sinuosos, 450 m de extensão, corta a topografia em determinado momento para proteger a vegetação local, perdendo assim, três pavimentos abaixo da rua interna. (Manoel, 2016. p. 8).

⁷ O Arquiteto Affonso Eduardo Reidy projetou também o Conjunto Residencial Marquês de São Vicente, localizado na Avenida Padre Leonel Franca e conhecido também como minhocão. Inaugurado em 1952, possui características parecidas com os conjuntos minhocão e Getúlio Vargas.



Figura 1 – Condomínio Getúlio Vargas – Vista do alto (a).

Fonte: Foto cedida por integrantes do grupo de Facebook Guadalupe, ontem e hoje.



Figura 2 – Condomínio Getúlio Vargas – Vista do alto (b).

Fonte: Foto cedida por integrantes do grupo de Facebook Guadalupe, ontem e hoje.

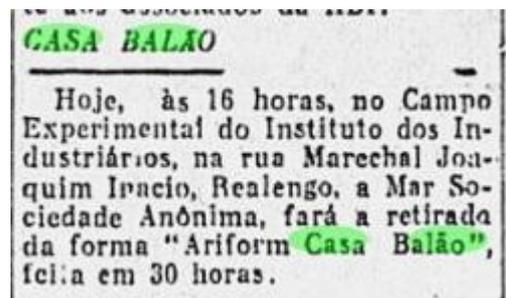
Azimar nos relatou que o condomínio sempre foi um lugar tranquilo e que a sua família foi a segunda a receber a chave do seu apartamento, no bloco 18. O condomínio era visto como um local de elite no bairro, pois foi o primeiro a receber iluminação pública, água encanada oriunda da CEDAE e ser o primeiro local do bairro a ter linhas telefônicas, algo bem raro na ocasião. Ele relata, ainda, que o Varandão (espaço composto por pilotis que dividem o prédio) era o principal local de encontro entre os moradores e que nele aconteciam todos os tipos de atividades.

3.3. Casas balão

Do outro lado da Avenida Brasil, a Fundação da Casa Popular construiu outro modelo pioneiro e audacioso, as chamadas “casas balão” ou “casas iglus”. Na sua formação original, eram compostas por sala e quarto ou sala e dois quartos, cozinha e banheiro, sendo o único tipo de construção da antiga Rua 3 do bairro, hoje denominada rua Calama.

Para atingir esse modelo arquitetônico de casa, enchiam um balão de lona plástica e as portas e as janelas eram marcadas com fôrmas de madeira. Após esse processo tudo era revestido por uma tela metálica e recoberto por cimento (Rocha et al., 2022).

Esse modelo de construção, denominado de AIRFORM, foi desenvolvido pelo arquiteto estadunidense Wallace Neff. Esse cedeu ao governo brasileiro e a fundação da Casa Popular um primeiro protótipo de sua invenção, que consistia em um bloco de concreto armado e que prometia ficar pronta em até 30 horas. As casas possuem o formato de uma semiesfera, procurando trazer uma forma de habitação mais higiênica, barata e de rápida construção. Em 1947, o arquiteto norte-americano Wallace Neff visitou o Rio de Janeiro para participar de técnicas sobre a construção das casas balão. O subúrbio carioca foi escolhido para dar continuidade ao projeto das casas, contudo por sua estrutura ser feita de concreto, o calor das casas foi um objeto de muitas críticas.



Documento 3 – Reportagem sobre as casas balão.
Fonte: Jornal A Noite, 4 de julho de 1947, p. 12.

O formato das casas é feito inflando um balão de lona plástica, as portas e as janelas eram demarcadas com madeira, assim revestindo toda a estrutura por uma tela metálica e cobrindo de cimento por fim. A repartição dos cômodos é feita em formas quase triangulares, as paredes não chegam ao teto com exceção do banheiro. É difícil aproveitar o espaço interno, sobretudo para a inserção de móveis.



Figura 3 – Casa Balão Vista de dentro.
Fonte: Acervo pessoal (2022).

Nesta foto fica evidenciado a estrutura interna da casa balão, a parede que divide a sala e a cozinha do quarto não chega até o teto. Essa disposição pretendia aumentar a circulação de ar, sobretudo pela presença de uma espécie de claraboia no centro da casa, que permitia a circulação de ar e a entrada de luz.

No entanto, o senhor Itabira no relatou que o problema dessa configuração é a falta de privacidade. Qualquer ruído na casa é ouvido por todos. Ele é morador da casa desde sua inauguração, tendo chegado ainda criança, quando seu pai comprou a casa junto à Fundação da Casa Popular. Ele nos descreveu que os lotes com as casas foram entregues aos moradores sem muros e que toda a atual Rua Calama era coberta por casas balão.

Segundo Sr. Itabira, além da dificuldade de alocar móveis convencionais na casa, o calor era insuportável no verão pelas poucas janelas existentes e pelo fato da casa não ter telhas tampouco forros. Esse fato faz também que a casa seja fria e úmida no inverno, já que não há nenhum revestimento que faça um revestimento térmico. Na foto a seguir, é possível identificar a dificuldade de se colocar um sofá de tamanho convencional.



Figura 4 – Interior da casa balão.
Fonte: Acervo pessoal (2022).

O senhor Itabira nos relatou, ainda, que sua família nunca pode ter móveis criados sobre medida por causa dos custos elevados e sempre precisou dar um “jeitinho” para que os móveis dessem no local.



Figura 5 – Cozinha da casa balão.
Fonte: Acervo pessoal (2022).

Devido a particularidade da conformação interna, sempre foi complicado alocar, por exemplo, uma geladeira na cozinha. Os moradores acabam por colocá-la na sala que já é pequena ou construir um anexo à casa para servir de cozinha e área de Serviço por trás da casa, retirando, assim, a cozinha do projeto inicial da casa-balão. Foi, por exemplo, a solução empreendida pelo Sr. Itabira. Assim, a porta original de sua casa dá para esse apêndice que funciona como cozinha de fato.



Figura 6 – Banheiro da Casa Balão.
Fonte: Acervo pessoal (2022).

Em relação ao banheiro, é possível identificar que o chuveiro fica localizado bem na curva da construção da casa, o que impossibilita pessoas altas de tomarem banhos com certo conforto. O banheiro também ficava dentro do quarto da casa, como uma espécie de suíte. Dessa forma, qualquer pessoa que desejasse ir ao banheiro da casa, seria obrigada a passar pelo quarto do casal. Como as paredes do banheiro vão até o teto, é o único cômodo completamente privativo da casa.

Como já mencionamos, esse modelo de casa apresenta problemas no que tange a ventilação, o barulho interno e a temperatura. Sr. Itabira nos relatou durante a visita que seu pai sempre precisou realizar adaptações na casa e que isso nunca foi um problema para a Fundação da Casa Popular. Segundo ele, não havia uma fiscalização por parte da FCP na manutenção do projeto original. Aliás, há poucas casas em pé na rua e, aquelas ainda existentes já sofreram alguma forma de modificação.

Veremos agora dois exemplos referentes as janelas da casa balão, que sofreram modificações com o tempo. Na primeira foto abaixo, foi mantida a janela original, de madeira e muito bem arrumada e desenhada. A parte central dessa janela é fechada, já que é o espelho interno do banheiro. As casas balão

foram entregues com esse modelo de janela. O fato de a janela não abrir por inteiro aumenta ainda mais a sensação de calor no interior das casas.

Essa casa se encontra dentro de uma escola privada do bairro. Reparem que há uma construção por cima da casa balão. No caso em tela, trata-se de dois andares de salas de aula. A casa balão original fica no andar térreo e é usada para o trabalho da equipe administrativa da escola. Quando visitamos essa escola, a funcionária nos disse que tentaram colocar uma sala de aula na casa balão, mas o eco produzido pelo barulho das crianças impossibilita qualquer tipo de trabalho. A Caixa d'água se localizava por fora da casa balão em uma estrutura independente.

Ainda em relação as janelas, podemos observar na segunda foto da casa do Sr. Itabira, que a janela foi modificada ao longo dos anos, com a finalidade de melhorar a circulação de ar e a temperatura do ambiente.



Figura 7 – Janela original de uma casa balão.
Fonte: Acervo pessoal (2022).



Figura 8 – Janela modificada de uma casa balão.
Fonte: Acervo pessoal (2022).

Observa-se, assim, que muitos moradores modificaram ou puseram abaixo suas casas para construir modelos mais tradicionais de moradia, que estariam mais bem adaptados às suas necessidades. Como a casa ficava no centro do terreno e os moradores dispunham, ainda, de uma parcela significativa de terreno nos fundos, muitos moradores construíram casas nessa área e mantiveram as casas balão na frente dos terrenos, às vezes, como mencionamos, com algumas adaptações. Para tentar escapar do calor muitas casas construíram o famoso “puxadinho” e com isso cobriram a casa com telhados, construíram outras casas em cima e até mesmo demoliram a casa para a construção, no lugar, de outra habitação.

Observamos certo fascínio dos moradores por morarem em uma casa experimental e única, que é praticamente desconhecido pelo restante da cidade. No entanto, como mencionamos, há fortes críticas ao modelo. A ideia de construir em grande escala habitações populares pouco tinha refletido sobre os impactos dessas construções no cotidiano dos moradores. De qualquer forma, não

identificamos nenhum tipo de projeto de tombamento das casas balão. Aliás, essas casas são pouco conhecidas pelos moradores da cidade, mesmo para arquitetos diretamente envolvidos com estudos ou políticas habitacionais.

A casa "balão" é uma das casas construídas pela MAR S/A em terrenos da Fundação da Casa Popular. Sua construção foi imposta pelo Edital de Concorrência e sem ônus para a referida Fundação. A opinião geral é favorável à Casa Balão.

MAR
 SOCIEDADE ANÔNIMA
 Rua de Janeiro, 100 - 2º andar - Rio de Janeiro

Concessionária exclusiva para o Brasil da
CASA BALÃO
 Do Arquiteto WALLACE NEFF, membro do
 American Institute of Architects de Washington
ESTA É UMA CASA BALÃO

A fotografia acima, é da Casa Balão, construída pela MAR S/A em Marechal Hermes, em terrenos da Fundação da Casa Popular. Sua construção foi imposta pelo Edital de Concorrência e sem ônus para a referida Fundação. A opinião geral é favorável à Casa Balão.

Documento 4 – Anúncio da Casa Balão.

Fonte: Correio do Amanhã, 2 de novembro de 1947. p. 18.

Como é possível observar na propaganda do recorte de jornal acima, a casa foi entregue originalmente desta forma.



Figura 9 – Abertura de outra janela.
Fonte: Acervo pessoal (2022).

Nesse exemplo, ainda a casa de uma escola privada do bairro, foi construída um prédio novo por cima da casa balão, onde funciona a escola. Não houve alterações significativas na estrutura da casa com exceção da construção de uma segunda janela.



Figura 10 – Construção de telha sobre a casa balão.
Fonte: Acervo pessoal (2022).

Essa foi a modificação mais realizada. O objetivo era manter a casa balão, mas evitar o calor excessivo. Como é possível observar, foi construída outra casa por detrás, que dialoga com a casa balão, constituindo um novo conjunto. Hoje existem somente 15 casas.

3.4.

A experiência das casas de zinco e de blocos de concreto

Duas experiências que não obtiveram êxito no bairro de Guadalupe foram as que tinham por objetivo construir unidades habitacionais com materiais alternativos. Essas casas foram construídas com folhas de zinco ou por blocos de concretos armados.

Um dos nossos entrevistados, Eduardo Abreu, nasceu e foi criado em uma dessas casas. Para ele, “elas eram praticamente impossíveis de se morar.” Ele nos conta que no inverno a casa era muito fria, pela falta de isolamento térmico, o que causava nos moradores um frio intenso e contínuo. No verão, acontecia o inverso um calor absurdo e que segundo ele “era quase desumano”. As folhas de zinco faziam toda a estrutura da casa, inclusive o teto. Existia uma espécie de drywall entre duas placas, mas não era suficiente para isolar a casa.

É preciso reforçar o fato que essas casas ficam próximas da favela do Camboatá. Algumas possuem os fundos diretamente para essa floresta, onde se encontrava o paiol do exército e que será objeto de análise no último capítulo, já que as explosões que ali aconteceram fazem parte de uma espécie de memória coletiva do bairro. A presença desse último resquício de Mata Atlântica em planície na cidade faz com que essa parte do bairro tenha uma temperatura mais amena, o que é notório quando comparamos com as partes do entorno diretamente às margens da Avenida Brasil. A manutenção dessa área verde é extremamente importante para o bairro.



Figura 11 – Entrada da casa de Zinco (a).
Fonte: Acervo pessoal (2022).



Figura 12 – Entrada da casa de Zinco (b).
Fonte: Acervo pessoal (2022).



Figura 13 – Lateral da casa de zinco.
Fonte: Acervo pessoal (2022).

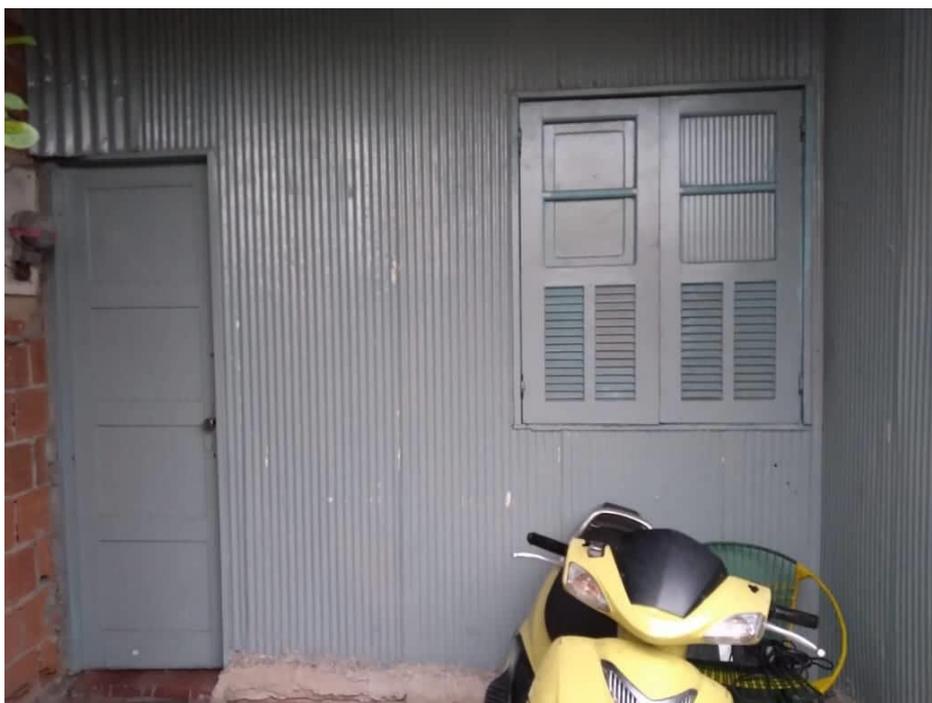


Figura 14 – Entrada da casa de Zinco (c).
Fonte: Acervo pessoal (2022).

Não encontramos documentos, tampouco relatos dos moradores que identificasse o número exato de casas de Zinco construídas. Elas significam mais uma tentativa da FCP de produzir moradias alternativas e baratas para os

trabalhadores. Como as casas balão foram muito criticadas pelos moradores pelos incômodos de viverem nessas habitações, Só encontramos três casas que mantiveram a construção original. As que ainda estão intactas são compostas de dois quartos, sala, cozinha e banheiro. Na altura do banheiro era o único local que havia uma coluna de concreto, onde a caixa d'água ficava sustentada.

Assim como das casas balão, as janelas eram sempre de madeira. Os moradores nos relataram que era para baratear a construção. Eduardo Abreu nos revelou que lembra da Rua Argos, conhecida pelos moradores como Rua 17, tomada por casas de Zinco. No entanto, todos os moradores que adquiriram uma melhor condição financeira desmontavam as casas de zinco para construir outra de alvenaria, que, na maioria dos casos, eram maiores e mais adaptadas às demandas familiares.

Além do frio e do calor relatados anteriormente pelo entrevistado, outro ponto sempre destacado pelo Eduardo abreu era o barulho presente dentro da casa, principalmente em dias de chuva e de ventania. Ele relata que o barulho não deixava ninguém dormir.

Outro modelo ainda existente são as casas de bloco de concreto. Só identificamos uma casa existente. Elas não são tão diferentes que as demais casas e os moradores não identificavam visualmente a diferença entre elas e as de alvenaria tradicional. Só existe uma que se encontra exatamente como no momento de construção, porém não há nenhum morador habitando nela. Diferente das casas de zinco, elas continham um bom isolamento térmico, porém em contatos informais na rua, alguns moradores nos relataram que não gostavam do modelo, pois pareciam “casas de lego”, sem identidade própria.

Seria equivocado considerar que o governo Vargas e os que se lhe seguiram chegaram a formular uma política habitacional articulada e coerente. No entanto, o pretense fracasso da Fundação da Casa Popular como órgão central e coordenador da política habitacional, não retira o fato de ter sido a primeira experiência governamental a se dedicar exclusivamente à provisão de moradias para a população de baixa renda. Trouxe à tona o reconhecimento de que o Estado brasileiro deveria enfrentar diretamente o grave déficit habitacional no país (Bonduli, 1994, p. 717-718).



Figura 15 – Casas de Blocos de concreto.
Fonte: Acervo pessoal (2022).



Figura 16 – Casa de blocos de concreto.
Fonte: Acervo pessoal (2022).

A única casa que permanece intacta se encontra na Rua Santo Anselmo e parece que terá o mesmo destino das demais, já que se encontra parcialmente abandonada.

É difícil de identificar o número exato de casas construídas desses diferentes formatos. Conforme descrevemos, alguns conjuntos de casas preenchem a

extensão de ruas. A reportagem do Diário Carioca, de 30 de setembro de 1948 (p. 11), descreve, por exemplo, que o engenheiro Cid Rache, superintendente da Fundação da Casa Popular, recebeu o presidente da República e lhe apresentou as 586 unidades habitacionais da FCP em Guadalupe. Isso é um número tão significativo que representava, segundo a reportagem, quase um terço de todas as construções presentes no bairro. O mapa abaixo indica a zona de intervenção da FCP no bairro⁸:



Mapa 2 – Zona de intervenção da FCP em construções alternativas Guadalupe (área em vermelho).
Fonte: Elaboração de Vitória Lopes (2022).

Toda essa área em vermelho são as unidades de habitação popular alternativas, construídas pela Fundação da Casa Popular, enquanto a mancha azul representa o conjunto Getúlio Vargas. Na área em vermelho, está marcada a atual rua Calama, onde se encontram as casas balão.

Seria equivocado considerar que o governo Vargas e os que se lhe seguiram chegaram a formular uma política habitacional articulada e coerente. No entanto, o pretense fracasso da Fundação da Casa Popular como órgão central e coordenador da política habitacional, não retira o fato de ter sido a primeira experiência governamental a se dedicar exclusivamente à provisão de moradias para a população de baixa renda (Bonduli, 1994, p. 717-718).

⁸ Essa área em vermelho é conhecida localmente como Fundação, por causa da influência da FCP na sua constituição.

3.5.

A experiência mais tardia do BNH no Bairro de Guadalupe

Com a crise da Fundação da Casa Popular, o governo Federal decide criar o Instituto Brasileiro de Habitação; que pretendia aumentar o volume de construções. O Instituto Brasileiro de Habitação seria uma espécie de precursor do Banco Nacional de Habitação. Com o IBH, segundo Azevedo (1981), visava-se um novo modelo, em que o instituto se tornaria o coordenador e definidor da política que os demais protagonistas da habitação deveriam atuar:

Pretendia-se a centralização do planejamento, conjugando em um único órgão os esforços despendidos por todas as entidades públicas e privadas. Não se desconhecia, por outro lado, o risco que poderia advir do planejamento centralizado, com tendência a uniformização, muitas vezes em detrimento das características locais e regionais. O projeto deixava clara a necessidade de encontrar para a política habitacional soluções que combinassem “diretrizes de âmbito nacional” com as “peculiaridades de cada região”. (Azevedo, 1981, p. 776).

O intuito era organizar a política habitacional de forma que se pudesse ganhar em escala de produção, respondendo parte das críticas feitas à FCP. Essa ideia visava também responder a “situação revolucionária” com um corajoso programa de reformas que respondesse às justas demandas sociais dentro de um quadro de ordem: “Ou o governo, atende aos anseios populares, ou estes organizarão suas reivindicações em bases revolucionárias, à margem ou contra a ordem social.” Azevedo (1982, p. 698).

O Governo Federal então não teve outra saída além de propor um novo programa habitacional que privilegiaria a propriedade privada para a população, e que para se ter acesso a esse programa os trabalhadores deveriam prover de certa condição financeira. Como deveriam arcar com os custos da moradia, a função da política habitacional indiretamente poderia prevenir greves e motins com a sombra do desemprego e pela perda da casa própria.

Subjacente está a ideia de que a propriedade pode ser fator de estabilidade política. Através da casa própria o trabalhador lograria não só ascensão social, como também “civildade”, conforme acentua a justificativa do novo plano habitacional. [...] o status de proprietário dá ao trabalhador um senso mais elevado de responsabilidade, levando-o a fazer todos os sacrifícios e opera no trabalhador, desejoso de, egresso do inferno, nunca mais a ele retornar. (Azevedo, 1981, p. 700).

Foram esses os argumentos que nortearam, como analisaremos a seguir, a

criação do Banco Nacional de Habitação (BNH). Após o golpe militar de 1964, uma das primeiras iniciativas da ditadura foi reestabelecer um órgão específico para tratar da política habitacional. Conforme descreve Gonçalves (2013, p. 217-218), a constituição do Banco Nacional de Habitação trouxe algumas inovações. Em primeiro lugar, tratava-se de um banco, o que demonstrava o esforço do regime militar em solucionar o problema de falta de recursos da Fundação da Casa Popular. Da mesma forma, a nova política não visava subvencionar diretamente a moradia. Prova disso é, conforme identifica Gonçalves, a implantação de um mecanismo de correção monetária que corrigia automaticamente os financiamentos, por meio de índices da inflação, assegurando assim o retorno dos investimentos.

Nesse contexto, foi criado o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) pela Lei federal nº 4380 de 1964 que instituiu a correção monetária e o Banco Nacional da Habitação (BNH) e que se tornou o órgão central, orientando e disciplinando a habitação no País. O Banco Nacional de Habitação caracteriza o espaço urbano como centro da política de desenvolvimento no país e permite mudanças na imagem das cidades, seu processo de produção se apoia no desenvolvimento no mercado imobiliário. Dessa maneira, foram priorizados os investimentos na construção intensiva de casas para venda, estimulando a construção civil e amenizando o desemprego, já que era capaz de absorver mão-de-obra qualificada nos grandes centros (Rubin & Bolfe, 2014). Como sublinha Rubin e Bolfe (2014, p. 208):

[...] o BNH buscava adquirir o apoio das massas populares urbanas e criar uma política permanente de financiamento, que estruturasse o setor da construção civil habitacional. O BNH se estruturava com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e tornou-se uma das principais instituições financeiras do país e a maior instituição mundial voltada para o problema habitacional.

Gonçalves (2013, p. 219) explica que os meios empregados pelo regime militar para aplicar a política habitacional tornaram-se mais importantes do que os próprios objetivos dessa política. A estrutura do BNH orientou o uso da poupança em direção a investimentos de longo prazo - o que atenuou assim um possível processo inflacionário -, mas também permitiu o desenvolvimento da indústria da construção civil, ampliando o mercado de trabalho não qualificado. Estimulou o

mercado imobiliário, não somente pela construção de moradias, mas também viabilizando grandes projetos de remoção de favelas em áreas de interesse do mercado imobiliário. A ditadura tratou a política habitacional como uma forma de estimular a economia, mas não como um fim em si. Ao invés de distribuir as riquezas, com a oferta de moradias a baixo preço, essa política reforçou a concentração do capital, reconfigurando o espaço urbano das grandes cidades brasileira.

Como descreve Rubin e Bolfé (2014, p. 208), a produção do BNH foi notável. Durante sua vigência, financiou 4,8 milhões de habitações, em torno de 25% das moradias construídas no país entre 1964 e 1986. As habitações financiadas se destinaram a todas as faixas de renda, pela promoção privada das Companhias de Habitação Popular e pela incorporação imobiliária. No entanto, a população de baixa renda foi responsável por apenas 20% dos financiamentos, muitos deles em áreas distantes e para viabilizar remoções de favelas. Além das habitações, foram financiadas obras de infraestrutura urbana e equipamentos sociais, vinculados aos empreendimentos habitacionais. Ao final da ditadura, a produção habitacional do BNH já tinha sido profundamente diminuída e muitos dos mutuários encontravam dificuldade em arcar com os financiamentos, revelando os limites da atuação do BNH.

Voltando ao caso de Guadalupe, o BNH construiu dois conjuntos habitacionais, conforme podemos identificar no mapa abaixo.



Mapa 3 – Localização dos conjuntos habitacionais do BNH no Bairro de Guadalupe.
Fonte: Elaboração de Vitória Lopes (2022).

O primeiro deles está localizado na rua Amboina próximo à rua Calama. Ele é construído por 8 prédios e foi inaugurado em nove de novembro de 1974.

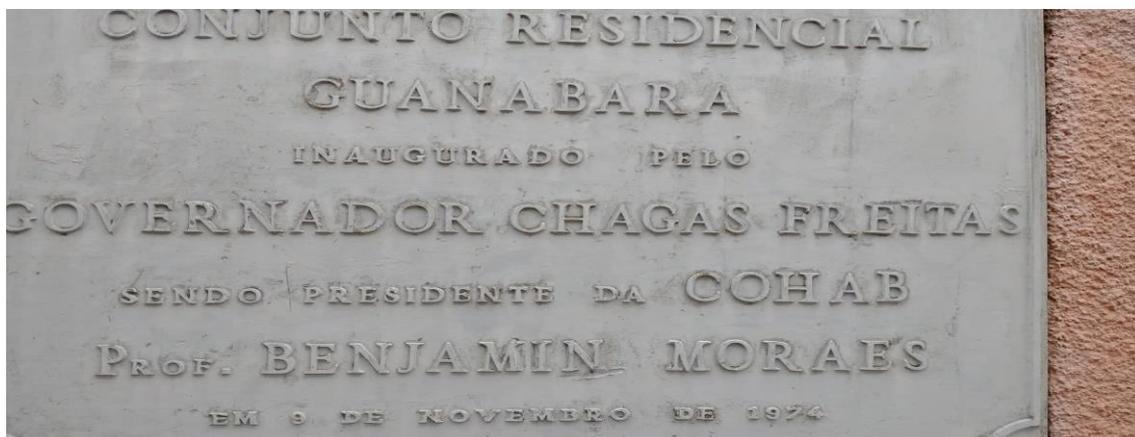


Figura 17 – Placa de inauguração do conjunto do BNH.
Fonte: Acervo pessoal (2022).

Os prédios são compostos por quarenta apartamentos, divididos em dois blocos de vinte apartamentos (cinco pavimentos com oito apartamentos).

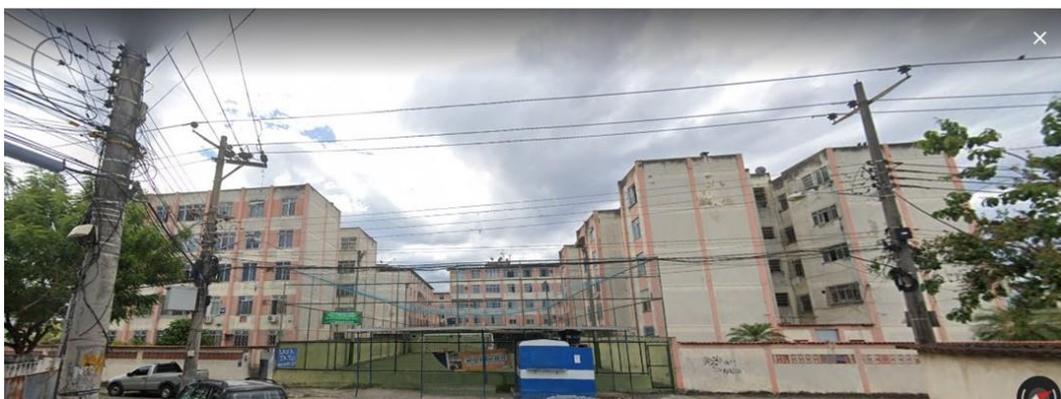


Figura 18 – Condomínio do BNH – Rua Amboina.
Fonte: Acervo pessoal (2022).

Já o segundo empreendimento está localizado as margens da rua Luís Coutinho Cavalcante, na outra margem da Avenida Brasil. É um conjunto consideravelmente maior. São cinquenta e nove prédios divididos entre um quarto e de dois quartos, distribuídos pelas ruas Matiola, Matricária, Reginópolis, Renascença, Mimoso do Sul, Ribeiro do Amparo, Mimoso do Sul, Mineiros do Tietê e Nova Cruz. Ao todo são dezenove blocos de um quarto que totalizam trezentos e quatro apartamentos e quarenta blocos de dois quartos que totalizam

mil duzentos e oitenta apartamentos. Como poderemos observar na planilha abaixo:

Quadro 2 – Condomínio do BNH

CONDOMÍNIO						
	Blocos	1 Quarto	Apartamentos	2 Quartos	Apartamentos	Total de Apartamentos
Matiola	7	0	0	7	224	224
Matricária	6	2	32	4	128	160
Reginópolis	7	5	80	2	64	144
Renascença	7	7	112	0	0	112
Mimoso do Sul	12	0	0	12	384	384
Ribeiro do Amparo	7	5	80	2	64	144
Mineiros do Tietê	9	0	0	9	288	288
Nova Cruz	4	0	0	4	128	128
	59	19	304	40	1280	1584

Fonte: Elaboração própria (2022).



Figura 19 – Prédios dois quartos.

Fonte: Acervo pessoal (2022).

Podemos observa, nesta imagem, que os blocos de dois quartos são divididos em duas entradas cada. Existe também um vão interno de circulação entre as entradas.



Figura 20 – Fachada do prédio de dois quartos.
Fonte: Acervo pessoal (2022).

Nessa foto podemos observar mais de perto os prédios que diferem dos localizados na rua Amboina tem apenas quatro andares.



Figura 21 – Apartamento de um quarto.
Fonte: Acervo pessoal (2022).

Essas iniciativas, somadas as experiências da Fundação da Casa Popular, caracterizam o morar em Guadalupe. As diferentes camadas de políticas habitacionais foram centrais para definir o que o bairro é hoje. Compreender tais políticas é importante para analisar o cotidiano desses bairros e as formas de resistência desenhadas por seus moradores.

Não existe como definir Guadalupe sem falar das “Casas Balão”, dos “Aps. do Galinheiro”, do “Conjunto do bloco 18” e dos “Aps. da Luís Coutinho”. As pessoas se identificam e se referenciam no bairro pelos seus locais de moradia. Guadalupe se manifesta um laboratório de políticas habitacionais ainda pouco estudado no Rio de Janeiro.

4

Memórias de um bairro operário: da explosão do Paiol ao Baile Soul

Se, nos dois primeiros capítulos, trabalhamos a emergência do bairro, tendo como eixo importante a intervenção da Fundação da Casa Popular, o presente capítulo se volta mais para as experiências dos próprios moradores na produção de sentidos para o seu bairro. Aqui, recuperamos o debate sobre experiência, a partir da perspectiva de Thompson (1981, p. 214). A reflexão histórica sobre a experiência cotidiana nos bairros suburbanos é extremamente importante: as estratégias de negociação, as formas de associação e mobilização, as práticas de lazer... A importância da reflexão histórica da experiência se explica pelo fato, como sublinha Martins (2011 p. 89), que o cotidiano não tem sentido, divorciado do processo histórico que o reproduz. As formas de protesto dos trabalhadores, por exemplo, ampliam sua percepção como classe, seja no chão de fábrica seja nos espaços onde moram.

Da mesma forma, sociabilidades construídas ao redor de um campo de várzea também trazem aspectos políticos no debate de experiências comuns dos moradores onde vivem. A falta de água, a ausência de transporte ou, então, a precariedade de escolas ou equipamentos de saúde são elementos presentes no cotidiano local. A mobilização em prol de melhorias se manifesta em espaços institucionais, como associações ou comitês de moradores, mas também em espaços de sociabilidade voltados ao lazer, ou seja, a retomada de tais experiências é importante na produção de sentidos, que conformaram politicamente o bairro e consolidaram identidades locais.

É importante, repetimos, compreender essas formas de organização que não se limitam as instâncias institucionais típicas, como sindicatos ou associações de moradores de bairro. Sidney Chalhoub (2012 p. 257) descreve a associação do espaço fundamental de lazer dos trabalhadores na Primeira República, mais especificamente, no caso da análise do autor, o botequim, com rótulos estigmatizadores de seus frequentadores, do tipo de desordeiros e vadios e que não eram compatíveis com o modelo de trabalhador que o projeto burguês de

acumulação de capital forjava para a cidade e seus moradores. Esses espaços, no entanto, foram espaços de resistência ao projeto de cidade e, como analisa também Leonardo Pereira (2017, p. 70) em relação aos clubes dançantes da primeira república, não é de se “admirar, por isso, que muitas vezes esses clubes deixassem de lado sua rotina de bailes e festas para evidenciar sua proximidade e solidariedade com as causas que afetavam o conjunto dos trabalhadores cariocas”.

O bairro de Guadalupe, por exemplo, é um bairro repleto de memórias, que forjaram a própria identidade do bairro. Ao conversar com os moradores fica claro que grandes eventos produzem significados específicos para cada morador e família, mas que acabam produzindo significados coletivos. Tais significados suscitam identidades, que se fazem presentes no imaginário popular dos moradores.

As memórias dos moradores não são apenas uma recordação verbalizada, mas se inscrevem nos gestos, na audição, nos sotaques, no paladar, no olfato, nos cheiros (Martins, 2011, p. 129). Em reflexão anterior sobre os subúrbios paulistas, Martins sublinha (2008, p. 59) que, nos subúrbios, a memória não se reduz à lembrança do sofrimento, como muitas vezes domina os relatos acadêmicos da classe operária: “a memória é também a memória do prazer do trabalho e dos momentos de alegria, que dão sentido ao trabalho e às privações dele decorrentes” (2018, p. 59).

Destacamos, como principais elementos para a construção dessa memória, eventos que foram comuns nas falas dos entrevistados: como a explosão do paiol do exército; a experiência dos operários no bairro, sobretudo através dos relatos dos trabalhadores da fábrica da Remington e seu impacto na vida de todos os moradores de Guadalupe e de adjacências e, por fim, os espaços de lazer tão presentes e marcantes para os moradores de Guadalupe, sejam eles os bailes no Guadalupe Country Club, os desfiles do grupo Namorar eu Sei, do Grupo de Bate Bola Bolo Doido e as velhas do Muquiço.

A explosão do Paiol, a herança fabril e as representações culturais do bairro devem ser tratadas como eventos fundadores do bairro de Guadalupe. Silva (2002) nos apresenta que eventos marcantes ou traumáticos formam à identidade coletiva de uma sociedade pautada nas memórias da sua população. A identidade dos

moradores de Guadalupe é repleta de significados, sendo assim, ela é rica em memórias e construções sociais. Essa experiência de Guadalupe traz elementos importantes para compreender outras experiências suburbanas.

4.1.

As explosões como uma experiência de identidade coletiva

As explosões do antigo paiol do exército localizado em Guadalupe é um dos assuntos mais presentes no imaginário de quem mora em Guadalupe. Quase todos os moradores que deram seus depoimentos para a tese em algum momento traziam lembranças diretas ou indiretas, através de relatos familiares, sobre esse evento. Essas explosões compõem o imaginário local, sendo um evento que já pertence à memória coletiva do bairro de forma que muitos, com mais de 70 anos, relatam a sua história no bairro começando invariavelmente a partir das explosões. Essas explosões acabam sendo um marco inicial para os moradores de sua trajetória no bairro. De certa forma, elas se tornaram uma espécie de referencial temporal, que baliza as narrativas.

A primeira explosão do paiol, como analisa Nascimento (2015, p. 58 e seguintes), aconteceu no dia 15 de abril de 1948, às 14 horas e 35 minutos, quando os paióis do Depósito de Material Bélico do Exército explodem, provocando a morte de cerca de 30 pessoas, entre civis e militares, ferindo centenas de pessoas. O autor ainda descreve (2015) um cenário no entorno da floresta de Camboatá, onde se encontrava os paióis. Os bombeiros só conseguiram apagar o incêndio às 10 horas do dia seguinte.

No entanto, nossos interlocutores fazem mais menção à segunda grande explosão, ocorrida no dia dois de agosto do ano de 1958. Segundo Luiz Antônio Simas, o paiol do Exército possuía sessenta depósitos de armamentos divididos em dez grandes galpões. Para o historiador, o volume de armamento era capaz de explodir grande parte da cidade. As explosões foram sentidas em bairros distantes, como Vila Isabel, Tijuca e mesmo bairros da Zona Sul.⁹ Nascimento (2015, p. 72)

⁹ Luiz Antonio Simas, “O bombardeio em Deodoro”. In: *Jornal O Dia*, 10 de maio de 2014. Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/diversao/2014-05-10/luiz-antonio-simas-o-bombardeio-em-deodoro.html>>. Acesso em: out. 2022.

afirma, com base em jornais da época, que as explosões foram sentidas a mais de 26 quilômetros do local. Os moradores abandonaram suas casas às pressas e as explosões duraram dias com bombas caindo em casas e terrenos do bairro. Mesmo moradores de bairros distantes, como o Meier, distante 12 quilômetros do epicentro das explosões, também ficaram em pânico e saíram às ruas em busca de proteção (Nascimento, 2015, p. 73).

A reportagem do Jornal do Brasil, do dia 4 de agosto de 1958, traz imagens similares a um conflito de Guerra nas ruas de Guadalupe.

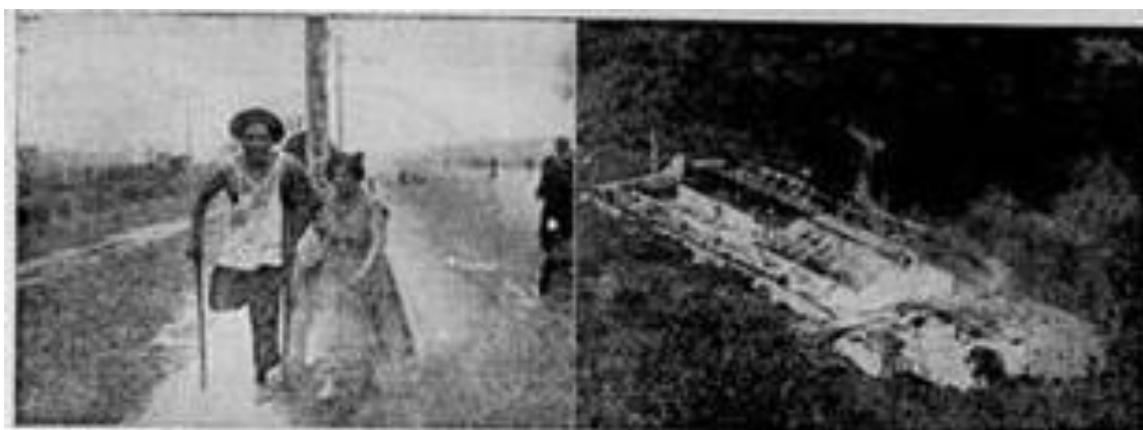


Figura 22 – Primeiras imagens da explosão do paiol (a).
Fonte: Jornal do Brasil, 4 de agosto de 1958.



Figura 23 – Primeiras imagens da explosão do paiol (b).
Fonte: Jornal do Brasil, 4 de agosto de 1958.

No dia dezesseis de agosto de 1958, o jornal o Cruzeiro publicou essa foto emblemática na qual temos o condomínio Getúlio Vargas ao fundo e um dos

armazéns do Paiol ainda em chamas e com muita fumaça, ou seja, duas semanas depois da primeira explosão o paiol continuava em chamas.



Figura 24 – Paiol em chamas.
Fonte: O Cruzeiro, 10 de agosto de 1958.

Muitos dos nossos entrevistados trazem memórias muito nítidas sobre a explosão do paiol, mesmo quando não eram questionados sobre o assunto. Toda conversa sobre o bairro, em algum momento, tinha que passar por essa história e de como sobreviveram ao evento. Nossa entrevistada Maria Luiza, por exemplo nos deixou o seguinte relato sobre as explosões:

A primeira explosão aconteceu na madrugada, meu pai que trabalha de noite e em casa ficávamos eu, minha irmã e minha mãe em casa. Nós tínhamos um filho de vizinha que dormia aqui para fazer companhia. Nesse dia aconteceu a explosão e nós saímos correndo, só que ao invés de corrermos para baixo, nós correramos para cima. Ao invés de corrermos para a rua, nós correramos para o morro. Na época a parte que fica atrás da casa era morro, e nós correramos para lá. Assim, poderíamos

correr para Costa Barros que era um bairro próximo. Só que em cima do morro as balas passavam perto da gente, porque estávamos no alto. Nós víamos as pessoas na rua até de camisola, elas saíram de suas casas do jeito que levantaram de suas camas, foi uma destruição. Muitas casas foram destruídas, a nossa não foi afetada, porém muitas outras foram totalmente destruídas.

Ela relata também que foi um desespero muito grande por parte dos moradores que ali estavam, pois, segundo ela, ninguém sabia ao certo o que estava acontecendo.

Foi assustador, todos acordamos com o barulho da explosão e com os vizinhos gritando, pedindo socorro. Depois disso só no dia seguinte pela manhã que nós conseguimos retornar para a nossa casa, porém a Variante (Antigo nome da hoje conhecida como Avenida Brasil) estava toda cercada pelas forças armadas e só poderiam entrar quem realmente era morador, para evitar confusão. (Maria Luiza).

As surpresas não cessaram apenas com a explosão do paiol. Quando ela retornou para casa, teve uma “pequena surpresa”:

A segunda explosão ocorreu durante o dia, nós estávamos nos arrumando para ir para escola e como já estávamos preparados, foi mais organizado. Quando nós voltamos encontramos uma granada enterrada em nosso quintal, bem na divisa com a casa do vizinho, bem no meio da cerca que dividia o terreno. Tivemos que correr para chamar o exército para retirar e desarmar a granada. Que susto. (Maria Luiza).

Por sua vez, Azimar nos conta sua história sobre aquele dia e nos mostra também como esse evento foi marcante em sua vida:

Na noite da explosão nós estávamos dormindo no Getúlio Vargas [conjunto habitacional], quando as explosões começaram, como era muito perto o barulho era muito alto e assustador. Nós saímos de casa do jeito que estávamos. Meu pai era mestre de obras e estava construindo Brasília, então estávamos em casa eu, meu irmão e minha irmã. Foi assustador inclusive eu me perdi da minha mãe na fuga do prédio. No trajeto até hoje não sei como minha mãe me achou e nos levou para a casa de uma tia em Marechal Hermes. Lá eu tinha um primo do exército que nos levou até a casa de uma tia na Penha.

A reflexão de Nascimento (2015, p. 76) corrobora com os mencionados relatos. Com base nas edições dos dias 3 e 4 de agosto do Jornal do Brasil, a autora descreve que moradores saíram às ruas de pijama, deixando tudo para trás e que centenas de crianças se perderam de seus pais. Azimar nos relata que em sua volta para casa, o prédio parecia que tinha sofrido um bombardeio.

Foi assustador voltar e ver que todos os vidros das janelas estavam quebrados, não apenas do nosso apartamento mais de todos os apartamentos do conjunto Getúlio Vargas. Muitas casas tiveram inclusive móveis destruídos pela explosão. Nunca

tinha ouvido algo tão assustador. O exército arcou com os custos básicos das explosões. Porém muita gente achou que o mundo estava acabando naquela noite.

Outro morador antigo do bairro, Almir, relata também o quanto a explosão foi marcante para a sua família.

As explosões ocorreram sim, foram duas ou três vezes. [...] nós tínhamos a sensação de que as casas Balão foram construídas para aguentar essas explosões. Nós morávamos em Turiaçu nesse período. Porém, mesmo de lá, nós víamos as bolas de fogo no céu. Nós viemos para cá quando aconteceu, pois, minha tia morava aqui e meu tio era do exército. Nós entramos em um caminhão de carga. Esse caminhão nos levou para a casa de uma tia na Penha. O mais assustador era que ao chegar lá nós ainda víamos as bolas de fogo no céu.

Almir foi o primeiro que nos relatou que morreram muitas pessoas nesse dia.

Morreram muitas pessoas nesse dia, não somente pela explosão. Muitos morreram atropelados no desespero da fuga, outros perderam braços e pernas. Houve muitos acidentes durante essa noite. Inclusive, na segunda vez, nós já morávamos aqui novamente e parecia guerra. Eu acho que muita gente morreu lá dentro, porém ninguém sabe realmente o que aconteceu. Na volta para casa, tudo estava destruído. Muita gente que não saía de casa por medo de saque.

Apesar de medidas tomadas pelo Exército para evitar saques, muitos casos de roubos foram registrados. Almir relata que infelizmente não houve um apoio militar suficiente no bairro, ele relata que não houve indenização para as famílias dos mortos, apenas pequenos consertos nas casas atendidas. Sr. Itabira, morador das casas Balão desde 1949, relata que as explosões foram assustadoras, sobretudo pelo fato de sua casa se localizar muito perto do paiol.

Quando chegamos no bairro o exército ocupava todo o espaço do paiol, então quando houve a explosão parecia que estávamos em guerra. As explosões aconteceram e nós saímos correndo e deixamos a casa toda aberta, foi um desespero.

Ele relata que também teve uma experiência bem assustadora quando retornou para casa no dia seguinte a explosão.

Quando chegamos aqui o nosso muro estava arrebentado e um obus (granada explosiva arremessada por boca de fogo própria) estava aqui, ele tinha atravessado o nosso muro. Por pouco ele não chegou na nossa casa. A casa da frente quase foi destruída, lá não deram muita sorte e um OBUS acertou a casa em cheio. Danificou toda a estrutura da casa. (Sr. Itabira).

Diferentemente dos outros entrevistados, ele relata que a segunda explosão foi muito pior, ela ocorreu no dia 02 de outubro de 1958. “Na minha opinião a segunda explosão foi muito pior, nós fugimos de casa e fomos andando por aí. Aqui em casa nós fomos até Coelho Neto. Foi muito assustador. Tanto na primeira quanto na segunda parecia que estávamos em Guerra” (Sr. Itabira).

Lucília, que ainda não tinha nascido, relata que esse assunto era muito comum nas reuniões de família.

Eu não era viva nesse período, porém minha mãe Nélia e meu pai Waldir sempre contavam como esse dia foi marcante em suas vidas. Eles contavam que na madrugada da primeira explosão, eles saíram de casa de pijama e camisola e que foram andando até a casa de parente em Coelho Neto. Meus pais falavam que esse dia foi o dia mais assustador da vida deles. Eles moravam nos apartamentos da Rua um e o apartamento ficava no terceiro andar.

Já a mídia oficial, capitaneada pelo Jornal do Brasil, revelou que as explosões foram ouvidas até no bairro do Leblon. Os relatos dos jornais mostram o pavor vivido pelos moradores:

Os moradores do Conjunto Residencial da Casa Popular que dá face para o paiol de munição, saíram de suas casas com roupas de dormir entre gritos de mulheres e choros de crianças. Durante o dia seguinte muitas explosões ainda estavam ocorrendo. [...] As fotos tiradas no dia seguinte mostram as árvores completamente desfolhadas, parecendo um campo de guerra. O prejuízo ainda não sabemos o quanto será. (Jornal do Brasil, 03 de agosto de 1948).

Uma terceira explosão aconteceu 60 dias depois, na tarde do dia 2 de outubro de 1958. Assim como afirma Nascimento (2015), identificamos também junto aos nossos entrevistados que essa terceira explosão deixou menos traços na memória, apesar de ser evocada também por alguns moradores. Por ser véspera das eleições de 1958, foi cogitado a possibilidade de um atentado e essa narrativa foi amplamente difundida sobretudo contra os comunistas. As investigações não levaram a nenhum culpado, mas as explosões forçaram a transferência do paiol do exército para Paracambi nesse mesmo ano (Nascimento, 2015).

Como relatamos, as explosões do paiol são um trauma para os moradores, mas que, paradoxalmente, contribuíram para forjar uma memória coletivo do bairro. Os diferentes testemunhos, com suas particularidades, se sobrepõem na produção de um relato comum. É difícil definir a objetividade de tais testemunhos, mas, para o objetivo da presente tese, mais do que compreender os

impactos objetivos das explosões na vida dos moradores, é identificar como o conjunto de tais relatos contribuíram na formação de uma identidade comum ao bairro de Guadalupe.

4.2.

A herança fabril e o legado da Remington

Para começarmos a entender a importância da herança fabril de Guadalupe é importante lembrar que até 13 de maio de 1888 o Brasil ainda era um país que tinha toda a sua economia pautada na escravidão. Destacamos que o fim da escravidão não vem por uma dádiva da monarquia e sim de lutas populares que contou com apoio de certas camadas da população e da resistência do povo preto. O Brasil foi o último país das Américas a acabar com a escravidão institucionalizada.

Os séculos de escravismo deram ao trabalho uma conotação negativa. Para grande parte da população este era “coisa de escravo” e não estava associado ao prazer. A República tinha então que transformar esta realidade, redefinindo o conceito de trabalho, que deveria ser visto como algo bom, uma virtude, enquanto a ociosidade estaria na categoria dos vícios. A herança da escravidão fez com que grande parte da população ligasse o trabalho, a grande virtude segundo o governo, ao desprazer, e a ociosidade, o pior vício pela ótica governamental, à possibilidade de felicidade. Mudar essa mentalidade era uma das metas da Primeira República, o que exigia um grande esforço, pois não havia um histórico de tradição trabalhista no Brasil, posto que, antes da abolição da escravidão, trabalho era coisa de escravo. (Freitas, 2005, p. 32).

Em 1889 a população do Rio de Janeiro assistiu à Proclamação da República (Freitas, 2005), porém não existe um consenso sobre a participação popular nesse processo.

As matérias publicadas em jornais no dia da proclamação e nos subsequentes possuem um caráter contraditório. Algumas ressaltam a surpresa e a falta de participação popular. Outras afirmam que o povo percorreu as ruas da cidade, festejando o evento. Era comum que os jornalistas aumentassem, inventassem fatos extravagantes e enfeitassem as notícias. Mas, apesar da população não ter participado do ato da Proclamação da República, mostrou-se ativa no decorrer dos primeiros anos do regime. (Freitas, 2005, p. 11).

Esse processo demonstra que a população já começa a se organizar no período da Primeira República, que tinha como objetivo central no processo a transformação dessa população que acabava de ser liberta da escravidão em um

grupo assalariado de trabalhadores disponíveis para esse novo modelo econômico vigente no Brasil.

O regime republicano nascente tinha como projeto político mais urgente a transformação do homem livre em trabalhador assalariado, de acordo com a onda de modernização que assolou o país. Entretanto, tal projeto esbarrava em muitos obstáculos, como, por exemplo, o preconceito contra o trabalho braçal, herança da escravidão. Mudar essa mentalidade era uma das tarefas da Primeira República (Freitas, 2005, p. 12)

Esse era o papel do novo Regime brasileiro, muito semelhante ao que se viveu na Europa do século XVI com as Work House, na qual era necessário transformar em crimes o processo de ócio, modelando um modelo de trabalhador ideal.

Cabia então ao novo regime dar nova forma a essa realidade, redefinindo o conceito de trabalho, dignificando-o. Precisava também transformar a ociosidade num vício, num defeito, numa contravenção. Ao mesmo tempo, a República promovia a marginalização da vadiagem, que entendia como o oposto ao trabalho, associando-a ao homem pobre que não trabalhava. Era o vadio, pertencente às classes perigosas. (Freitas, 2005, p. 12)

Romulo Mattos (2009) corrobora com essa reflexão ao analisar as representações impostas aos trabalhadores das favelas da primeira República. Ao analisar as lutas dos moradores no contexto das grandes reformas urbanas do período Pereira Passos, o autor descreve a construção de um discurso que associava sistematicamente os trabalhadores das favelas às classes perigosas:

[...] além de demolições e leis draconianas, os trabalhadores cariocas – em especial os favelados – foram também alvo de uma campanha sistemática de estigmatização de seus padrões comportamentais na grande imprensa, o que contribuía para a legitimação daquelas ações realizadas no âmbito da sociedade política (Mattos, 2009, p. 164).

As reformas urbanas, no decorrer da primeira metade do século, levaram parte da população para os bairros suburbanos, assim como forçou a realocação de muitas atividades industriais ainda concentradas nas áreas centrais. Dessa forma, concomitante às reformas nas áreas centrais, há um adensamento do subúrbio. Aliás, esse processo só veio consolidar um movimento que já estava acontecendo. Entre 1890 e 1906, a população das freguesias rurais já tinha duplicado, de 93 mil para 186 mil, passando de 17,8% para 23,1% da população da cidade (Gonçalves & Sochaud, 2019, p. 61).

Esse processo de ocupação dos subúrbios no decorrer do século XX não se deu somente de forma passiva como uma pretensa solução à escassez e carestia de moradias no centro, mas também por políticas públicas de moradia de transferência da população para zonas mais distantes. Isso vai se dar, por exemplo, com parte das intervenções dos IAPs, como foi o caso do IAPI de Realengo (Aravecchia-Botas, 2016) ou o caso específico da intervenção da Fundação da Casa Popular, analisado no capítulo anterior.

Se a população chegou muitas vezes primeiro, houve um grande esforço de industrializar o subúrbio posteriormente. Obviamente, houve processos distintos, como foi o caso da América Fabril de Magé (1878) ou a Companhia Progressos Industrial do Brasil em Bangu (1889), que foram responsáveis pelo adensamento posterior das áreas praticamente rurais onde se instalaram. No entanto, observa-se também um espraiamento da mancha industrial nos bairros mais próximos do centro, como São Cristóvão e Tijuca para ocupar paulatinamente os bairros do subúrbio da Leopoldina. A abertura da Avenida Brasil conduzirá um novo vetor de expansão industrial em direção a Irajá e Inhaúma e, posteriormente, para a Zona Oeste, passando também pelo bairro de Guadalupe.

Assim, a industrialização teve um papel central na ocupação da cidade e na conformação de uma nova ordem social.

Em sua proposta de valorização do trabalho, o governo republicano contava com um precioso aliado: a fábrica, espaço da ordem e do trabalho. Isso, no momento em que o Rio de Janeiro era o palco principal do surto industrial pelo qual passava o Brasil, com um quantitativo significativo de estabelecimentos fabris, que contribuíam para realizar os ideais de progresso, modernidade e dignificação do trabalho da República que despontava. (Freitas, 2005, p. 12).

A capital da jovem República deveria desempenhar o papel de vitrine dos novos tempos, da modernidade e do progresso que se pretendia implantar no país. Civilização, beleza, higiene, progresso e modernidade eram características que a capital do novo regime deveria expor interna e internacionalmente. As sucessivas reformas urbanas das primeiras décadas do século XX tinham justamente essa ambição de transformar a sociedade brasileira a partir da reconfiguração de sua capital.

Já durante a República Velha, o Brasil experimentou um processo de transformações econômicas pautada principalmente na industrialização do país. A cidade do Rio de Janeiro foi certamente a primeira capital que sofreu esse surto industrial ainda na Primeira República. Nesse período não havia ainda um claro arcabouço político de proteção aos trabalhadores e as primeiras formas de sindicatos começam a se formar para pressionar por direitos.

Um fenômeno que aconteceu no Brasil e que merece ser destacado é o fato da formação dessa classe de trabalhadores predominantemente de imigrantes europeus fortemente influenciados pelos princípios anarquistas e comunistas. Foi com essa influência que os primeiros líderes da classe trabalhadora brasileira surgiram e que futuramente seriam os primeiros líderes sindicais no Brasil. Com o passar do tempo, as reivindicações teriam maior volume e, dessa forma, as manifestações e greves teriam maior expressão.

O aumento da classe operária brasileira se deu durante a primeira década do século XX, nesse período o Brasil já tinha aproximadamente 100 mil trabalhadores ativos nas fábricas, sendo a grande maioria concentrada nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Já nesse período as demandas tomavam um caráter mais próximo das lutas trabalhistas que observamos nos dias de hoje, melhores salários, melhores condições de trabalho, diminuição da carga horária de trabalho, entre outras.

Esse processo de industrialização do Rio de Janeiro será um pouco diferente de como ocorreu em São Paulo, pois ele será impulsionado principalmente pelos bancos e o comércio, diferente do que ocorreu em terras paulistas, que foi diretamente influenciado pelos capitais decorrentes da cultura cafeeira.

A industrialização brasileira não sofreu uma evolução linear, seu processo foi marcado por flutuações, a partir do surto que teve início na década de 1870. Na verdade, o binômio economia cafeeira-industrialização não é a única forma de analisarmos o surto industrial da Primeira República. No Rio de Janeiro, o capital proveniente do comércio e dos bancos foi o mais importante para o desenvolvimento de sua industrialização. (Freitas, 2005, p. 38).

Juntamente como o aumento do comércio as indústrias têxteis foram uma grande potência no que tange a industrialização do Rio de Janeiro desde o final do século 19, como as mencionadas fábricas de Magé e Bangu. Outras fábricas têxteis

se estenderam pela cidade e parte desse patrimônio industrial permaneceu, transformado em centros comerciais. Tais fábricas exerciam forte controle sobre seus trabalhadores, que se manifestavam na configuração do lazer e do cotidiano dos moradores. Assim, muitas dessas fábricas possuíam vilas operárias, inclusive com equipamentos culturais aos seus trabalhadores, ou seja, tais serviços se manifestavam ao mesmo tempo como benesses e como meios indiretos de controlar possíveis reivindicações e manifestações. Perder um posto de trabalho significaria não somente a perda do salário, mas também da casa e de benefícios indiretos.

A indústria têxtil apresenta a peculiaridade de exercer um grande controle sobre a mão-de-obra, construindo vilas, bairros, e, inclusive, cidades, submetendo o trabalhador dentro e fora da fábrica, controlando todas as esferas de sua vida. Isto era mais rígido quando a fábrica encontrava-se em áreas isoladas ou rurais. Assim, nasceram as vilas ou bairros operários, que concentravam a vida do trabalhador próximo às fábricas e isolando-os dos centros urbanos onde se instalavam as atividades comerciais e os bairros burgueses. Com isso, a fábrica controlava todas as situações possíveis do cotidiano de seus operários. (Freitas, 2005, p. 43-44).

Em Guadalupe não teremos um bairro propriamente operário como o da Fábrica Bangu, porém é possível observar forte influência das fábricas ali existentes sobre o cotidiano de seus moradores, como é possível observar no caso da Fábrica da Remington. Como já mencionamos anteriormente, Guadalupe era mais do que um subúrbio dormitório, já que possuía muitas fábricas. A memória dessa herança fabril foi muito evocada por nossos interlocutores, que trabalharam ou cujos pais foram operários das fábricas locais. Daremos uma especial atenção ao caso da empresa Remington, uma multinacional que no período que teve sua fábrica em funcionamento no bairro foi uma das maiores produtoras de Máquinas de Escrever do país.

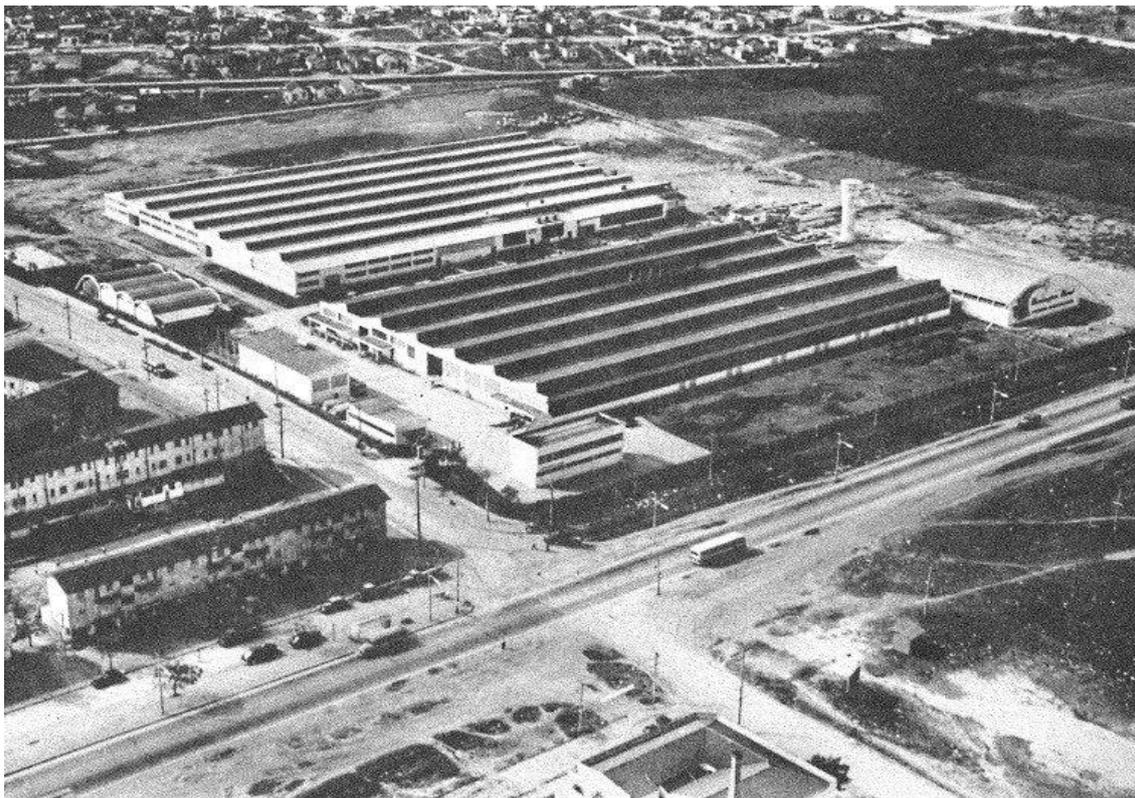


Figura 25 – Foto aérea da Remington – 1957.

Fonte: Acervo Facebook Memórias Cariocas (Acesso em outubro de 2022).

O terreno que abrigou a Remington era enorme e possuía 81 mil metros quadrados com 43 mil metros quadrados de área construída. A herança fabril do bairro acompanhou a Fundação da Casa Popular e chegou ao bairro no final da década de 1950, mais precisamente quando o então presidente Juscelino Kubitschek esteve no bairro para inaugurar oficialmente suas instalações (Albuquerque, 2007).

Foi então no dia 28 de outubro de 1957, com a presença de autoridades, como o Presidente Juscelino Kubitschek, o prefeito do Distrito Federal, Negrão de Lima, e o bispo auxiliar Dom Helder Câmara, que inauguram a primeira fábrica brasileira de máquina de escrever. O papel que a Remington teve para o Brasil foi muito relevante, pois ela preencheu uma demanda latente no projeto desenvolvimentista na produção de móveis, cofres e caixas militares que até então eram importados da França.

Até o ano de 1957, as instalações da Remington vinham produzindo os artigos mais variados com destaque para os móveis de escritórios em aço e cofres/caixas militares. Antes de serem fabricados no Brasil, os produtos Remington eram importados pela Casa Pratt desde 1907. Após a inauguração do parque fabril em

1957 pode-se dizer que o bairro e a fábrica se desenvolveram paralelamente com a rápida expansão urbana verificada ao longo das décadas de 1960 e 1970. (Albuquerque, 2007, p. 74).

Essa expansão foi muito importante para o desenvolvimento do bairro, Maria Luiza e Lucília, duas ex-funcionárias da fábrica, relatam que “eles sempre davam preferência aos moradores do bairro”. Podemos afirmar que no seu auge ela foi a maior empregadora de moradores de Guadalupe, sendo assim responsável direta por uma grande fatia da economia local. Em 1979, a Remington passou por um processo de nacionalização e alguns dos seus diretores compram parte acionária da Divisão Sperry Rand e a empresa passa a se chamar Remington Indústria e Comércio de Sistemas para Escritório. Mesmo fora do escopo temporal do presente trabalho, retomamos a descrição de Albuquerque sobre as reviravoltas que aconteceram no controle acionário da empresa, que passou, inclusive, por uma experiência autogestionária:

Em março de 1990, o controle acionário passa para a Quality Synthetics do Brasil em uma operação financeira confusa e com o aval do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Ainda em 1990, no mês de agosto, o controle acionário da Remington é assumido pela Associação dos Funcionários da Remington. Em novembro de 1993 é decretada a falência definitiva da empresa, mantendo-se a administração da Massa Falida sob controle da Associação dos Funcionários. Em agosto de 1994 o interventor designado pelo Juiz da 3ª Vara de Falência, desconsidera quase completamente as decisões administrativas da Comissão de Fábrica. (Albuquerque, 2007, p. 75).

Essa constante troca acionária da empresa, o advento do computador e os grandes desvios financeiros deram fim a empresa que chegou a empregar 2.500 trabalhadores no auge de sua produção, o que fez que a Remington tivesse uma forte identidade com o bairro. Maria Luiza nos relata que:

Trabalhar na Remington era o objetivo de todos os moradores de Guadalupe, afinal de contas era perto de casa e uma excelente empresa para trabalhar. Eu tentei trabalhar na Melhoral (SANOFI) e não consegui, porém por intermédio de um amigo eu consegui trabalhar na Remington e lá foi meu único emprego. Entrei na empresa em 1973 e fiquei 18 anos lá.

Por sua vez, Lucília relata também sua experiência na fábrica:

No ano de 1986 eu estava desempregada e uma amiga minha era secretária no departamento pessoal e me indicou para uma função do que hoje seria equivalente a estagiária. Em menos de 1 mês já teve uma prova interna para auxiliar de escritório e assim tive o contrato de trabalho e minha carteira assinada, e lá eu trabalhei por 6 anos.

Outro ponto que se destaca na fala delas era o bom ambiente de trabalho, Lucília destaca que “o ambiente de trabalho era excelente e saudável, todos os trabalhadores se conheciam e acabavam por criar laços para a vida toda. Muita gente que trabalhou lá convive até hoje. Tenho grandes amigas como a Maria Luiza que hoje é como uma irmã”.

Maria Luiza corrobora com a fala da Lucília dizendo que:

Tudo na Remington era maravilhoso, os salários eram muito bons, sempre pagos em dia, tinha um excelente refeitório para todos os funcionários, o clima era tão legal que conheci o meu marido no chão da fábrica. As festas internas eram muito boas, principalmente as festas em comemoração ao Dia das Crianças.

As festas nos permitem compreender o fascínio que a Remington exerceu sobre os moradores. Como privilegiava sempre contratar moradores locais, o bairro estava em peso representado nessas festas. Maria Luiza relata que as festas da Remington eram, na verdade, eventos do bairro. Quando eles anunciavam que teria festa de Dia das Crianças ou natal todos os moradores já se organizavam. Uma das festas mais famosas foi a festa de Natal do ano de 1988 que segundo Maria Luiza teve aproximadamente umas 5 mil pessoas. Esse dia, curiosamente, estive presente, porém ainda muito criança, como poderão ver na foto a seguir. Eu sou a criança que está no centro da foto sem camisa e ao meu lado a nossa entrevistada Maria Luiza.



Figura 26 – Festa de Natal – 1989.
Fonte: Acervo pessoal.

Ao analisarmos os relatos apresentados pela Maria Luiza e Lucília, fica claro que a influência da Remington nas vidas dos moradores de Guadalupe vai para além do trabalho em si, tendo influenciado também o cotidiano do bairro. Ao perguntarmos sobre os possíveis pontos negativos de trabalhar na fábrica, a memória de nossas entrevistadas sempre foi muito positiva:

Eu não tenho nada a reclamar do meu tempo na Remington, lá o clima era ótimo. Lá eu era reconhecida e pude fazer amizades que duraram até hoje. O meu marido trabalhava lá quando eu o conheci e não teve tampouco problema algum. Ela foi boa até mesmo depois que faliu, pois quando recebi a indenização comprei a minha casa. A casa que foi do meu pai. (Maria Luiza).

Meu período lá foi ótimo, eles empregavam sempre os moradores do bairro. Foi lá que tive a minha melhor experiência em uma empresa. Ganhava bem e era tratada com muito respeito. (Lucília).

A única reclamação citada por elas se deu já no fim do período ativo da Remington. Poucos meses antes da fábrica falir houve um atraso de salário que durou alguns meses, pois havia uma briga dos donos e quem sofreu foram os funcionários. Lucília nos relatou que demorou quinze anos para receber a indenização. Albuquerque (2007, p. 33), em seu trabalho, também trouxe a questão do atraso de pagamentos, que começou a partir de 1988.

É importante relatar que a Remington teve uma tentativa muito importante e diferente das que as empresas tinham quando entravam em processo de falência, os trabalhadores se organizaram e montaram um comitê de autogestão da Fábrica. Em que pese os aspectos inovadores dessa experiência, foram enormes as dificuldades dessa experiência, que existiu entre 1990 e 1994:

As dificuldades foram imensas ao longo dos quase quatro anos do sonho autogestionário. Gerir uma empresa de grande porte, com cerca de dois mil trabalhadores, não é tarefa das mais fáceis. Pagamentos em atraso, falta de financiamentos bancários, dívidas com fornecedores, entre outros contratemplos, não faziam parte do cotidiano de funcionários assalariados. A autogestão traz consigo uma nova forma de enxergar a empresa da qual o trabalhador deixa de ser parte integrante e passa a ser executor de políticas. (Albuquerque, 2007, p. 36).

Essa experiência não foi exitosa em salvar a fábrica, que acabou fechando as portas definitivamente em 1995. Muitos funcionários não conseguiram receber suas indenizações e somente após 10 anos, com a venda do terreno para a

iniciativa privada, os funcionários receberam suas indenizações. Hoje no terreno estão instalados 3 condomínios residenciais e o supermercado Atacadão.

Para além da Remington, outras fábricas se instalaram no bairro de Guadalupe, das quais podemos destacar a SANOFI (produtora do remédio Melhoral), inaugurada em 1965, alcunha essa que até hoje denomina uma parte do bairro; a Eternit (grande produtora de Caixa D'Água), inaugurada em 1949, a Perdigão (produtos alimentícios), inaugurada em 1969; a Pimaco (artigos de papelaria), inaugurada em 1987, a Cibrapel (produção de papel), inaugurada em 2009 e a IFF(produção de essência), inaugurada em 1966.

Dessas fábricas, somente as Eternit, CIBRAPEL e a IFF ainda funcionam no bairro. A SANOFI encerrou suas atividades em Guadalupe em 2000 e somente em 2009 o terreno foi vendido e no local hoje se encontra o Shopping Jardim Guadalupe, inaugurado em 2011, já no espaço que era ocupado pela Remington foi fracionado e no local se encontram três condomínios da empreiteira MRV e uma Unidade do supermercado ATACADÃO. Por fim, o espaço que era ocupado pela Perdigão foi fechado em 2017 e não há nenhuma atividade no terreno atualmente.

4.3. Guadalupe e a importância do lazer

Guadalupe, como já mencionamos anteriormente, é um bairro repleto de memórias e de grandes acontecimentos, sejam eles grandes atos de resistência do movimento “Black Soul”, sejam os famosos Bate Bolas tão representados no bairro pelo “Bolo Doido” ou pelo saudoso bloco carnavalesco “Namorar eu Sei”.

Na sociedade contemporânea observamos que o bem-estar e a boa qualidade de vida são o que almejamos para a nossa vida, mas ao mesmo tempo são deixados em segundo plano ao serem confrontados com a organização do mundo do trabalho e as necessidades familiares, religiosas e sociais desta sociedade. (Rocha & Delconti, 2020, p. 2)

Essa busca por qualidade de vida é algo tão importante que ela norteia a vida dos moradores dos subúrbios. Esse conceito aparece pela primeira vez em

1964 e desde então é protagonista nos debates sobre o viver. Segundo Monteiro et al. (2011, p. 568):

A expressão qualidade de vida foi empregada, com repercussão, pela primeira vez, em 1964, pelo presidente dos Estados Unidos à época, Lyndon Johnson, ao declarar que “os objetivos não podem ser medidos através do balanço dos bancos. Eles só podem ser medidos através da qualidade de vida que proporcionam às pessoas”. Desde então, a qualidade de vida é, sem dúvida, um dos temas mais comentados e discutidos na atualidade.

Já Minayo et al. (2000, p. 8) nos traz a informação que mais do que um desejo do ser humano, a qualidade de vida também está ligada a questões de saúde:

Dizer, portanto, que o conceito de saúde tem relações ou deve estar mais próximo da noção de qualidade de vida, que saúde não é mera ausência de doença, já é um bom começo, porque manifesta o mal-estar com o reducionismo biomédico. Porém, pouco acrescenta à reflexão.

Com base nesse debate é normal associar qualidade de vida com a definição atribuídas à noção de lazer (Rocha & Delconti, 2020, p. 2), pois em uma sociedade deve se buscar um equilíbrio entre trabalho e lazer. Rocha e Delconti (2020, p. 3) continuam esse debate trazendo o papel da qualidade de vida na sociedade:

Assim, um maior entendimento do lazer na sua relação com a qualidade de vida, pode subsidiar uma atuação profissional mais integrada, no sentido de favorecer a melhoria da vida em sociedade de um modo geral. Ainda ressalta que o arcabouço teórico do lazer não se aplica apenas às áreas que possuem uma intervenção direta no tempo disponível da população, mas, também, aquelas áreas que objetivam a melhoria do nível cultural da população como um todo.

Já Minayo et al. (2000, p. 8) nos faz refletir que qualidade de vida também está atrelado a um grau de satisfação que está inserido no íntimo do ser humano.

Qualidade de vida é uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial. Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar. O termo abrange muitos significados, que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades que a ele se reportam em variadas épocas, espaços e histórias diferentes, sendo, portanto, uma construção social com a marca da relatividade cultural.

Baseado em todos esses conceitos, compreendemos que o lazer para os moradores de Guadalupe, além de melhorar a qualidade de vida, constituiu-se em uma forma de mobilização política. Sr. Almir relata que:

[...] quando eu era jovem só tínhamos duas coisas para fazer em Guadalupe realmente prazerosas, a primeira delas era jogar bola, tínhamos mais de 11 campos aqui, e a outra eram os bailinhos, sejam eles no Guadalupe Country Club, no Botafoguinho ou até mesmo na quadra no Nacional.

Já Jonas nos diz que foi através do lazer que ele superou as dificuldades da vida diante dos desafios de morar na favela do Muquiço. Ele relata que o Bate Bola o ajudou muito. Maria Luiza e Lucilia afirmam também a importância de espaços de lazer do Bairro. Elas nos descreveram que frequentavam as matines do Guadalupe Country Club. Era, segundo elas, o maior point do bairro. Relembra com muito saudosismo dos shows que assistiram no clube quando crianças.

Com base nesses relatos, vamos aprofundar um pouco o debate sobre três espaços específicos de lazer do bairro: o Baile Soul, o grupo de bate bola Bolo Doido e o bloco carnavalesco Namorar eu Sei.

4.3.1. O Grande Baile Soul de 1976

A cultura atrelada ao Baile Soul surge nos anos 1970 por influência do orgulhonegro do Brasil e tem seu ritmo musical oriundo da cultura de resistência africana (Pedretti, 2022). Esses bailes normalmente aconteciam nas Zonas Oeste e Norte da cidade do Rio de Janeiro, confrontando a cultura da supremacia das elites culturais da época que estavam todas localizadas na Zona Sul da cidade. “Embora já se realizassem desde o início da década, o fato de terem lugar nos subúrbios tornava-os, virtualmente, invisíveis às elites intelectuais e políticas, simbolicamente concentradas na próspera e culta Zona Sul da cidade” (Pedretti 2022, p. 12).

Peixoto e Sebadelle (2017, p. 24) descrevem como foi o processo de surgimento desse movimento nos subúrbios cariocas:

A história do Movimento Black Rio se encaixa, de certa maneira, numa situação muito parecida com os escassos registros históricos da cultura negra nacional,

nesse contexto de costumes e valores pouco registrados, obliterados pela amnésia reinante da memória imaterial, característica comum desse país. Pouco se sabe, ou se recolheu e guardou de forma conveniente, sobre o que foi a influência do soul americano no subúrbio do Rio de Janeiro no início dos anos 1970. Alguns afirmam não ter sido um movimento autêntico, organizado. Outros alegam que foi apenas um brilhante momento em que a juventude negra resolveu dançar uma música diferente. Um fenômeno de massa raro e desconcertante para os padrões da época, que envolvia negros e mestiços, na sua maioria de bairros suburbanos do Rio de Janeiro. Negros não. Eles se chamavam Black.

Esse movimento era unanimidade na hora de desagradar tantos os movimentos de direita conservador da época que o vinham como uma ameaça constante e a esquerda por ser observar essa manifestação cultural como uma eventual concorrente ao mundo do Samba.

Para a direita, isso representava a chegada ao Brasil das ideias de grupos radicais afro-americanos como os Panteras Negras. Já para a esquerda, e seus acólitos no mundo do samba, que viam no soul um concorrente, tratava-se, pura e simplesmente, de mais uma execrável manifestação do imperialismo americano cujo objetivo seria solapar a sacrossanta cultura nacional. (Pedretti 2022, p. 12).

Esse fator pode ter contribuído demais para esse movimento de resistência da população negra carioca tenha relativamente caído no esquecimento com o passar dos anos. É preciso destacar que esse Movimento aconteceu em pleno auge da ditadura civil-militar do Brasil (Peixoto & Sabadelle, 2017, p. 39) e mesmo assim foi de relevância nacional e se manteve na mídia por muito tempo.

O histórico Movimento Black Rio, como ficou conhecido, que por tantas vezes fora taxado ou questionado como movimento de autenticidade cultural (especificamente por agregar valores estrangeiros, alvo certo de críticos contumazes), gerou, em última análise, uma transformação profunda na sociedade carioca, a ponto de provocar uma revolução de ideias. Refutado como fenômeno genuíno de mobilização, o Black Rio permaneceria em destaque na grande mídia por tanto tempo, que acarretaria níveis demasiados de exposição, com alcance nacional e internacional.

Os bailes souls emergem do movimento Black Rio, que teve início no fim dos anos 1960 com seu auge em 1976, quando foi publicada a controvertida reportagem “Black Rio – O orgulho (importado) de ser negro no Brasil” no Jornal do Brasil (Peixoto & Sabadelle 201, p. 40). Essa reportagem trazia em sua capa a seguinte mensagem:

Um novo “poder” já está em afirmação na Zona Norte da cidade e em outras áreas periféricas do Grande Rio, mobilizando mais de um milhão de rapazes e moças orgulhosos de sua cor e espiritualmente mais próximos do Harlem do que das quadras de samba. Eles se tratam de Brothers, se autointitulam de Black, seguem um ritual coreográfico de saudação, identificam-se pelas roupas coloridas de

modelo próprio e têm como ponto principal a música soul, a única que escutam e tocam em seus bailes, alegres encontros de até 15 mil dançarinos. É o soul Power que tem no artista americano James Brown seu ídolo e que está se preparando para recepcionar, em agosto, outro astro soul, Arché Bell. No dia 31, um baile no Mourisco marcará na Zona Sul a chegada desse movimento, um dos mais intrigantes fenômenos sociológicos do Rio de hoje. (Peixoto & Sabadelle 201, p. 41)

Essa matéria tão importante no período é motivo de muitos debates até os dias de hoje por ser ambígua em sua execução, pois ao mesmo tempo que dava espaço para o movimento, ele também reforçava um caráter um tanto exótico ao tratar o movimento. Pedretti (2022, p. 12) já tem uma visão mais amena dessa reportagem e afirma que ela foi importante ao fazer propaganda do movimento.

Em 17 de julho de 1976, o Caderno B do Jornal do Brasil publicou uma reportagem de quatro páginas sobre um fenômeno que estava ocorrendo nos subúrbios das zonas Norte e Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Assinado pela jornalista Lena Frias, sob o título “Black Rio: o orgulho (importado) de ser negro no Brasil”, o texto tinha como cena os bailes frequentados por centenas de milhares de jovens negros a cada fim de semana, ao som da soul music, gênero musical associado à cultura afro-americana e à afirmação da negritude.

Esse movimento de resistência é algo muito comum nos bairros periféricos e Guadalupe não ficaria de fora desse movimento, e foi aqui que em 1976 aconteceu o que seria considerado por muitos o baile de Black Soul mais importante do Rio de Janeiro.

A festa é no Guadalupe Country Clube, localizado no bairro de mesmo nome, na Zona Norte, nas margens da avenida Brasil, perto de uma passarela. O local comporta cerca de cinco mil pessoas, mas isso já não é suficiente para a massa Black fã da Soul Grand Prix, que começa a chegar aos montes e logo lota o clube. Como não cabe mais ninguém do lado de dentro, alguns forçam o portão e outros relaxam e dançam na passarela ou até mesmo nas pistas da avenida, que naquela altura já está praticamente interditada. Se por um lado aquele é o maior baile da noite, por outro, certamente não é o único. Por final de semana, os bailes reúnem algo entre quinhentos mil e um milhão e meio de jovens. (Pedretti, 2022, p. 43).

No baile da noite de 16 de março de 1976, quando aproximadamente 15 mil pessoas se divertiam no baile no Guadalupe Country Club, a polícia chegou ao local e tentou violentamente dispersar as pessoas na base do cassetete. Peixoto e Sabadelle (2017) trazem um relato importante de Dom Filó (importante representante do movimento Black in Rio) à Comissão nacional da Verdade. Apesar de extenso, trazemos na íntegra para que possamos melhor compreender o que se passou naquela noite:

Aconteceram vários fatos, mas alguns que balançaram realmente. Foi quando nós fizemos o lançamento do nosso LP pela Warner. Depois de ter fechado dez mil pessoas no Portelão, depois de ter ocupado o Lespan na avenida Brasil, aí resolvemos fazer o lançamento em um clube médio, que dava umas seis mil pessoas. Só que tinham 15,9 mil fechando a avenida Brasil. No Guadalupe Country Clube. Se vocês forem em Guadalupe, esse clube é na beira na av. Brasil, aí tem uma passarela. Você imagina as pessoas dançando em cima daquela passarela, a av. Brasil fechada, arrebentaram a porta do clube, a piscina estava vazia e eles dançaram dentro da piscina. Conclusão: a tropa de choque da aeronáutica veio para dispersar. Foi um negócio terrível. Aí chegaram acendendo a luz. Aí o capitão veio caminhando com aqueles catarinas, na época eram aqueles catarinas, os caras não eram nem do Rio de Janeiro, todos amarelos, vermelhos, doidos para bater. Aí quando ele veio na minha direção eu peguei o microfone, era um festival de equipes, estava na minha hora, uma hora da manhã mais ou menos, e eu falei: olha galera, vocês fiquem tranquilos porque a polícia... eu falei polícia, porque pra mim, quando eu vi, era polícia, mas não era polícia, era aeronáutica, pior ainda, porque polícia a gente tinha um medo, era na época da Invernada de Olaria, um negócio mais barra-pesada, a gente tinha medo da Invernada, que eram os sete homens de ouro, sumia mesmo, negócio barra-pesada. Eu tinha mais medo da Invernada do que da aeronáutica. Porque até então a aeronáutica para mim era outra história... enfim, ele chegou até o palco, eu peguei o microfone, fui acalmando, e ele chegou até mim e falou: “Olha, muito obrigado, você fez um grande favor, me ajudou bastante, porque a ordem que eu tinha era para acabar com o baile e meter o pau em geral.” Eu falei: “Capitão, nós temos aqui seis mil aqui dentro e lá fora deve ter o dobro, olha, por favor o senhor não faça isso. Não acaba esse baile agora não, deixa ele ir acabando devagarinho.” E ele disse: “Tudo bem, mas depois o senhor vai ter que me acompanhar.” E eu: “Quem vai ter que acompanhar? Eu? Eu não, o senhor tem que falar com o dono do clube. O clube que me contratou.” Eu tinha o discurso todo já preparado. (Peixoto & Sebadelle, 2017, p. 184-185).

Por fim relataram que algumas pessoas foram agredidas no entorno do Club e as que não foram agredidas foram obrigadas a se retirar. Destacamos que mais de 15 mil pessoas, em sua grande maioria negra, estavam curtindo seu lazer e foram “convidadas” a se retirar. Os bailes souls traziam, assim, o risco de uma conscientização política, sobretudo de cunho racial, o que era muito malvisto pelas autoridades da ditadura.

Um de nossos entrevistados, Eduardo, nos relatou que frequentou muito os bailes do Guadalupe Country Club, porém ele não se recordou sobre o movimento Black in Rio:

Eu desde muito novo vou aos bailes do Guadalupe, não me lembro se fui em algum baile especificamente de Soul, lembro sim que esses bailes eram lotados e que tinha gente até do lado de fora. Frequentar o Guadalupe era o auge do bairro junto com [o bloco] Namorar eu sei.

Já Jonas diz que não se lembra muito desse dia, porém ele relata em suas falas que sempre que podia frequentava os bailes do Guadalupe, porém como era

mais novo só poderia frequentar as matinês. Ele fala também que muitas vezes, ao sair das matinês, ele via o pessoal do Black chegando. Independente de qual era o evento, os bailes do Guadalupe Country Club marcaram uma geração de moradores de Guadalupe.

4.3.2. O Bolo Doido em Guadalupe

O carnaval talvez seja a maior manifestação cultural do Brasil e em Guadalupe esse movimento não poderia ser esquecido. Mais recentemente, em 1991, surgiu o Grupo de Bate Bola “Bolo Doido” um dos mais tradicionais do Rio de Janeiro e principalmente no subúrbio carioca. Trata-se de um esforço de retomada de uma prática cultural muito popular nos subúrbios. Os bate-bolas são personagens tradicionais do carnaval do Rio de Janeiro:

Os bate-bolas são fantasiados tradicionais nos carnavais populares do estado do Rio de Janeiro. Em linhas gerais, pode-se defini-los como personagens que usam trajes peculiares e que empreendem brincadeiras típicas. A manifestação dos bate-bolas contemporâneos revela, entre outras características marcantes, ser uma prática multifacetada e dinâmica. Os grupos de bate-bolas que circulam nos carnavais atuais (chamados de “turmas de bate-bolas”) podem ser muito diferentes uns dos outros e, além disso, apresentam características bastante distintas das associadas aos bate-bolas de outrora, descritos em estudos acadêmicos e periódicos. (Pereira, 2016, p. 166).

Seus trajes e performances característicos geram alegria e felicidade por onde passam. Lembro que na minha infância eu aguardava o ano todo para ver os bate bolas colorirem as ruas de Guadalupe e adjacências.



Figura 27 – Desfile do grupo Bolo doido – 1991.
Fonte: Foto cedida pelo grupo Bolo Doido.

As fantasias são as mais variadas possíveis, elas podem ter muito brilho, plumas e casacas extravagantes. As vestimentas também são compostas por luvas, meias coloridas e seus indispensáveis acessórios: leques, sombrinhas e as famosas bolas penduradas numa corda para bater no chão. As máscaras também são essenciais: geralmente uma espécie de palhaço assustador.

As fantasias das turmas de bate-bolas parecem ser exemplos bastante elucidativos para se compreender as fantasias de carnaval da forma como Da Matta as define. Elas se atualizam constantemente, a despeito da suposta rigidez que algumas descrições dos bate-bolas, encontradas em estudos mais antigos, costumam lhes atribuir. (Pereira, 2016, p. 166).

Veremos a seguir exemplos de como essas fantasias são compostas.



Figura 28 – Casaca do Tio Sam/Desfile de 2020 –
Releitura do primeiro desfile.
Fonte: Foto cedida pelo grupo Bolo Doido.

Nessa foto pode-se observar as famosas casacas que compõe os Bate Bolas. Elas vêm sempre repletas de plumas e carregam o tema do grupo para o ano. Todos os grupos escolhem um tema, que são trabalhados meses antes do desfile.



Figura 29 – Modelo inicial do Bolo Doido.
Fonte: Foto cedida pelo grupo Bolo Doido.

Nessa outra foto, podemos observar além da casaca as famosas sombrinhas que estão presentes nos bate bolas modernos, elas fazem uma alusão aos chapéus da realeza na época do renascimento.

A origem dessa tradição dos bate-bolas é frequentemente direcionada para à grande influência da colonização portuguesa e outras festas de origem europeia, como Folia de Reis, os bailes de máscaras franceses e tradições medievais. Também existem versões que remetem o legado dos bate-bolas do Rio de Janeiro ao simbolismo que tem raízes na luta pela liberdade de festejos dos recém libertos,

que por vezes eram perseguidos injustamente pela polícia e somente fantasiados conseguiam brincar livremente.

Atualmente as bolas barulhentas são feitas de borracha e plástico, mas no início elas eram produzidas por bexigas de bois e porcos que eram fornecidas por matadouros. O ato de bater a bola no chão potencializa a performance assustadora e a sensação de agressividade, contudo, seguindo a ligação de origem aos escravizados libertos, a atitude também carrega uma simbologia de protestar contra a opressão e se revoltar. Jonas, fundador do Bolo Doido, nos conta que:

Quando eu era criança eu não tinha dinheiro para comprar a bolo para sair do bate bola, eu e meus amigos íamos no abatedouro de Santa Cruz e ficávamos esperando eles descartarem as bexigas de boi que não estava apta para a venda. Nós as trazíamos, tratava e enchíamos para o nosso carnaval. Tinha que ter cuidado, pois se estourasse acabou. (Jonas).

Como relatado anteriormente o Bolo Doido, nasce com um grupo de amigos para curtir o carnaval de 1991. O nome bolo doido veio de um grupo de pagode que o Jonas (fundador do Bolo Doido) tinha com uns amigos. Ele Relata que na época havia muitos grupos de pagodes “marrentos”, então eles se juntavam e cantavam como o Bolo Doido Sem Marra. Esses mesmos amigos que foram os primeiros integrantes do Bolo Doido e decidiram dar o mesmo nome do Grupo de Pagode, porém sem a palavra “Marra” que não combinava com o carnaval. Eles têm a sua sede dentro da favela do Muquiço e tinham a ideia original de durar apenas um ano, porém Jonas nos relata que “com a organização que eles tiveram foi fácil manter o grupo unido até hoje”. Outro fato destacado por Jonas é que eles sempre privilegiavam os trabalhadores da favela.

Um dos fatos que me faz acreditar que o Bolo Doido é tão querido aqui no Muquiço é o fato que nós sempre privilegiamos os trabalhadores do bairro. A máscara é feita por artistas locais, a costura do bate bola é sempre com as costureiras daqui e eu sempre busco ajudar a comunidade. (Jonas).

Eduardo, que também foi um dos primeiros integrantes do Bolo Doido, revela que:

O Bolo Doido sempre foi mais que uma família. Nós sempre ajudamos a comunidade, o Jonas até hoje faz campanha do Gás, da cesta básica para quem precisa no Muquiço. Por isso digo que a presença do Bolo Doido é necessária até os dias de hoje.

Aqui é algo importante para ser valorizada. As formas de associação voltadas para o lazer permitem a construção de sociabilidades e encontros, que não se limitam as atividades recreativas em si. Assim, em contexto de dificuldades, é possível observar que tais espaços se convertem também em espaços de apoio. É interessante sublinhar que a experiência do cotidiano do bairro é partilhada entre os moradores através da mediação de atividades de lazer. É bem provável que os membros do grupo Bolo Doido não se encontrassem ou tivessem necessariamente afinidades, mas a mediação do grupo permite a construção de uma identidade local e a constituição de redes de autoajuda.

Veremos agora algumas fotos que contam a história do Bolo Doido.



Figura 30 – Grupo Bolo Doido com o conjunto Getúlio Vargas ao fundo – 1999.
Fonte: Foto cedida pelo grupo Bolo Doido.

Esta foto emblemática do Bolo Doido mostra o Grupo iniciando o seu desfile de carnaval com o Condomínio Getúlio Vargas ao fundo. Jonas nos relata que ele tem um carinho muito grande por essa foto. Foi do seu segundo ano de desfile e que ele considera um dos seus favoritos.



Figura 31 – Primeira versão do Tio Sã – 1992.
Fonte: Foto cedida pelo grupo Bolo Doido.

Esta foto mostra o grupo iniciando o seu desfile dentro da favela do Muquição e o tema era o Tio Sam. Na foto a seguir vemos por outro ângulo a fantasia do Tio Sam, eleito por alguns como a mais bonita até hoje.



Figura 32 – Fantasia do desfile sobre o Tio Sam de outro ângulo.
Fonte: Foto cedida pelo grupo Bolo Doido.

Segundo Jonas e Eduardo um dos grandes legados do Bolo Doido para o bairro é passar para as crianças a importância de se curtir o carnaval de forma feliz e ordeira. Jonas relata que:

Todo ano o Bolo Doido doa uma fantasia completa para alguma criança aqui do bairro que não tenha dinheiro para comprar a fantasia. É um compromisso nosso. As crianças já ficam esperando quem será o sorteado da vez. Eu falo que para receber a fantasia tem que ir bem na escola, não desobedecer aos pais e principalmente não pode se envolver com coisas erradas. Com isso vejo que muitas crianças não migram para o tráfico (Jonas).

Veremos algumas fotos que trazem essas crianças:



Figura 33 – Crianças com fantasia do Bolo Doido (a).
Fonte: Foto cedida pelo grupo Bolo Doido.



Figura 34 – Crianças com fantasia do Bolo Doido (b).
Fonte: Foto cedida pelo grupo Bolo Doido.



Figura 35 – Crianças com fantasia do Bolo Doido (c).
Fonte: Foto cedida pelo grupo Bolo Doido.

Desde 1993, o Bolo Doido desfila na Marques de Sapucaí pelas escolas de samba Caprichosos de Pilares, Porto da Pedra (1994 e 1995) e a parceria mais duradoura com a Viradouro (1997 até os dias de hoje). Jonas nos relata que sempre foi do Samba e que conheceu uns integrantes da Caprichosos de Pilares, que o convidaram para desfilarmos. Ele nos relata que o desfile foi um sucesso, porém a Caprichosos desceu para o Grupo de acesso e com isso não poderia continuar com o apoio que a escola deu na fantasia.

Surgiu posteriormente o convite da Porto da Pedra, porém depois de dois anos de desfile, quiseram desfigurar a fantasia e tirar o bate bola do desfile, assim, decidiram abandonar essa escola e fecharam uma parceria com a Viradouro para o carnaval de 1997, que se mantém desde então.

Em novembro de 1996 a Porto da Pedra quis tirar a fantasia de bate bola do desfile, nós não concordamos e acabamos brigando lá. Foi então que o meu chefe da época era responsável pela iluminação da Viradouro. Ele me levou lá e me apresentou ao presidente e ao Joazinho Trinta [importante carnavalesco do carnaval carioca já falecido] que me pediu para mostrá-lo como era a fantasia. Sai correndo do barracão, peguei um 300 (ônibus) vim em casa e peguei uma fantasia. Levei para lá com um rapaz de modelo e ele adorou. Foi assim que chegamos na Viradouro. (Jonas).

Ele relata, ainda, que no primeiro desfile, em 1997, faltou um destaque e que o Joazinho trinta o pediu para que cinco integrantes subissem no carro para representar o destaque.

Joazinho estava nervoso pois um destaque de um carro alegórico havia faltado no desfile, foi então que ele me viu e pediu se nós poderíamos subir em um carro alegórico. Fomos em cinco e eles colaram uns adesivos na roupa para diferenciar dos que desfilariam no chão. Fomos pé quentes e vencemos o desfile. Depois dessa nunca mais saímos de lá. (Jonas).



Figura 36 – Integrante do Bolo Doido próximo a um carro alegórico.
Fonte: Foto cedida pelo grupo Bolo Doido.

A representatividade que esse grupo tem com o bairro e o legado de carnaval que ele deixa para os mais novos representa muito bem o espírito suburbano e a herança cultural de Guadalupe.

O grupo de Bate Bola Bolo Doido representa uma identidade forte para o morador de Guadalupe, pois ele representa um grupo de amigos que persistiu durante anos curtindo o carnaval e ajudando os moradores da Favela do Muquiço. Outro ponto importante se dá pela autoestima que a população do bairro tem ao ver o grupo desfilando com destaque na Marques de Sapucaí todos os anos, levando o nome do bairro.

O grupo desfila todos os dias de carnaval, sendo o desfile principal (Saída do Grupo) sempre no sábado de Carnaval. Nesse dia eles privilegiam desfilando com suas fantasias pelo bairro, como uma forma de representar o bairro e marcar território como um símbolo local.

Depois desse primeiro dia, eles desfilam pela cidade do Rio de Janeiro, menos no dia de desfile na Marques de Sapucaí. Ainda segundo Jonas, não há um

local certo para eles irem, porém o centro da cidade e a zona sul são os preferidos. Jonas nos relata que o Bolo Doido já teve mais de 150 pessoas em um único desfile, porém a média nos últimos anos tem sido entre cinquenta e sessenta participantes.

4.3.3. Namorar eu Sei

Como já relatamos anteriormente o carnaval é um elemento cultural muito forte para a nossa cidade, assim como para Guadalupe. Durante os anos de 1980 e 1990, as festas Juninas e de Carnaval da Rua Marcos de Macedo (principal rua de comércio de Guadalupe) eram frequentadas por todos os moradores, inclusive de bairros do entorno. Essas festas eram muito concorridas em toda a região, pois era comum que grupo musicais realizassem shows nas noites de festa, que atraíam uma quantidade enorme de pessoas.

Outra atração que gerava muita expectativa e que atraía muita gente eram as apresentações dos grupos de Bate Bolas e de fantasias em Geral. Essas apresentações eram muito concorridas e atraíam grupos de outros bairros como Anchieta, Ricardo de Albuquerque, Pavuna, Marechal Hermes, Bento Ribeiro, Oswaldo Cruz e até mesmo de Madureira. Hoje devido à violência e a insegurança da cidade não há nem mais as famosas festas da Rua Marcos de Macedo e muito blocos carnavalescos desapareceram.

No entanto, Guadalupe já teve um importante carnaval de rua, com um bloco Carnavalesco bem conhecido, o *Namorar eu Sei*. O Grêmio Recreativo Bloco Carnavalesco Namorar Eu Sei tem seu CNPJ reconhecido e registrado em 1977, e foi importante durante um curto período. Chegou a desfilar na Avenida Rio Branco como poderemos ver na foto a seguir.



Figura 37 – Porta bandeira e mestre sala do bloco Namorar eu Sei – 1967.
Fonte: Foto cedida por Eduardo.

Eduardo relata que o bloco de carnaval Namorar eu Sei era o point de quem gostava de carnaval em Guadalupe:

O ensaio do Namorar eu Sei era um evento para quem morava em Guadalupe, todas as quartas feiras nós íamos para a sede da escola e defendíamos com todas as forças as cores da escola. Muitas vezes fomos desfilar na Avenida Brasil, na Intendente Magalhães, Na Avenida vinte oito de setembro e até mesmo na Avenida Rio Branco.

O Namorar eu Sei ficava em uma rua que dá acesso ao Muquiço, por isso Jonas nos fala que quando era Jovem e estava dando seus primeiros passos no Samba, o Namorar eu Sei foi o local certo para ele. Além de ser um espaço de apoio local aos moradores do Muquiço, seus ensaios eram ótimos.

Eduardo também relata que o Namorar eu Sei era muito presente para os moradores de Guadalupe e não ficava restrito somente ao período de carnaval, tinham ações que ocorriam o ano todo, como podemos verificar nessa reportagem do Jornal Correio do Amanhã.

"Namorar eu sei" oferece feijão amigo

Sábado próximo a crônica carnavalesca receberá mais uma homenagem. Caberá ao popular Bloco Carnavalesco "Namorar eu Sei", com sede no bairro Guadalupe, Fundação da Casa Popular, oferecer um "feijão amigo" aos jornalistas, às 13 horas.

Após o almoço, haverá uma apresentação do grupo de passistas e pastores dessa agremiação, que darão o "tope" do entusiasmo reinante para os folguedos momescos.

Documento 5 – Reportagem sobre o Bloco Namorar eu sei.
Fonte: Correio do Amanhã, 31 de janeiro de 1961, p. 10.

Vale destacar também que na reportagem acima a menção à Guadalupe vem também o nome Fundação da Casa Popular, pois parte do bairro onde tinha o maior número de casas construídas pela FCP foi, como já mencionamos anteriormente, por um tempo conhecido assim. Foi no carnaval de 1992 que aconteceu o último desfile oficial do Namorar eu Sei. Eduardo relata que:

Em 1992 o Namorar eu sei já estava acabando, a violência já estava se espalhando pelo entorno do Muquição e muita gente não frequentava mais a sede do Bloco. A crise financeira estava muito forte e se tornou inviável manter o Bloco funcionando.

Com isso foi decidido que o bloco fecharia as portas e não teria mais nenhuma ação ocorrendo no local, A casa foi finalmente vendida e a experiência do bloco persiste somente na memória dos moradores do bairro. O espaço da cidade é um local de reconstituição de memórias de determinados grupos e os contextos sociais de produção dessa memória não estão somente no passado, mas também no presente.

O samba ocupou o lugar de principal representação nacional brasileira. No entanto, concordamos com a análise de Fernandes (2012), que o mundo do Samba não foi somente apropriado pela elite, mas que tal processo foi também uma bela e rara vitória dos vencidos. Nesse sentido, a memória musical de Guadalupe traz uma ressignificação do próprio bairro e obviamente está em constante mudança. Como afirma Solis (2021, p. 256), a “cidade está sempre em permanente disputa também em seus discursos, de tal modo que a memória do samba constantemente pode se modificar, ainda que determinadas visões se calcifiquem sobre ele ao longo dos anos.”

Como analisamos no decorrer do capítulo, o lazer é fundamental para construir a história do bairro de Guadalupe. Ele remete a memórias afetivas e traz a questão de identidade do bairro para um fator de destaque no cotidiano dos moradores. Como analisa Chalhoub (2001, p. 51) na abordagem da questão do controle social sobre a experiência cotidiana da classe trabalhadora, as relações distintas de sociabilidade, tais como os espaços de lazer, são sempre relações de luta, ou seja, as práticas não se restringem aos movimentos reivindicatórios organizados, como os movimentos operários clássicos.

5 Considerações finais

Esta tese teve por objetivo contar a história do bairro de Guadalupe e de que maneira os projetos de habitação popular influenciaram na construção social do bairro como conhecemos hoje. Assim chegamos à conclusão que a presença de uma política de habitação social, voltada realmente para a classe trabalhadora, interfere em todas as esferas da história de um bairro periférico.

O direito à moradia em uma sociedade capitalista na maioria das vezes não é respeitado e muitas vezes negligenciado pelo poder público. Esse direito só foi garantido no Brasil, na Constituição de 1988, mais recentemente com a emenda constitucional nº 26, de 14 de fevereiro de 2000.

Não há como desvincular Guadalupe dos projetos habitacionais ali realizados, sobretudo daqueles da Fundação da Casa Popular e, em menor escala, do BNH. Como analisamos no decorrer desse trabalho, a Fundação da Casa Popular não provocou maiores impactos na garantia desse direito na escala do país, tendo construído um número pequeno de moradia. No entanto, Guadalupe foi provavelmente o local que mais recebeu investimentos da FCP, tornando-se uma espécie de laboratórios de suas iniciativas.

A ligação entre a Fundação da Casa Popular e os moradores antigos como Maria Luiza, Almir, Azimar e Dona Jura é intensa. Muitas vezes, ao se referirem ao bairro, o chamam de Fundação ao invés de Guadalupe. Eles relatam que durante muito tempo era normal se referir ao bairro assim e, ainda hoje, parte do bairro é conhecido assim, sendo visível essa associação nas indicações de ônibus, nos comércios ou mesmo Igrejas.

É importante destacar novamente que a Fundação da Casa Popular foi a primeira iniciativa Federal a dedicar esforços na construção de habitações populares para a classe trabalhadora como um todo, superando o modelo dos IAPs que privilegiavam determinados trabalhadores com base em seus fundos de pensão (Rocha et al., 2022).

Mais à frente, o BNH veio suprir novamente a necessidade da construção de habitações populares em Guadalupe com a construção de conjuntos habitacionais que foram ocupados, em sua grande maioria, pelos filhos dos primeiros moradores das unidades habitacionais da Fundação da Casa Popular, como foi, por exemplo, o meu caso.

É indispensável para a memória do bairro de Guadalupe a conservação e a manutenção, por parte do poder público, das experiências de habitação popular trazidas pela Fundação da Casa Popular.

Não existe nenhuma interferência do Governo seja ele nas esferas municipal, estadual ou federal, que busque preservar, por exemplo, as Casas Balão. Essa experiência em sua concepção só foi implementada pela Fundação da Casa Popular em Guadalupe, porém tais construções vêm sendo destruídas, aliás, pela inadequação dessas construções com o cotidiano dos próprios moradores. Mesmo que o debate de patrimônio ultrapasse a proposta desse trabalho, seria interessante imaginar como conciliar a patrimonialização dessas casas com as demandas dos próprios moradores. Algumas experiências realizadas por moradores foram exitosas em manter tais construções, mas adaptando em parte para as suas necessidades.

No entanto, infelizmente, grande parte das casas já foram destruídas. Elas ocupavam uma rua inteira e algumas poucas se mantêm em pé. Seria interessante o esforço dos poderes públicos em preservar ao menos parte dessas casas, que são pouco conhecidas pelo restante da população. Como mencionamos na introdução desse trabalho, provavelmente o interesse por tais construções seria distinto se estivessem situadas em algum bairro da Zona Sul carioca. Será que o Estado não teria realizado o tombamento e organizado formas de preservação para manter essa história viva?

As experiências inovadoras e únicas no bairro não pararam por aí e o descaso do Governo, com essa memória, também não. As experiências das casas em blocos de Zinco também estão em extinção, só sobrando três e as de bloco de concreto só há uma única de pé. Da mesma forma, outros condomínios curvilíneos modernistas da cidade, como o Pedregulho, já passaram por obras de restauração, enquanto o enorme condomínio Getúlio Vargas continua em péssimas condições.

Outro ponto importante a ser destacado é que com a ausência de fiscalização por parte do Estado, o condomínio vem se descaracterizando ainda mais. Nos locais de convivência comum, no térreo dos prédios, os pilotis agora estão encobertos por construções ilegais e informais, casas e comércios foram construídos de forma desenfreada. Azimar nos revelou que o seu apartamento, que antes tinha uma vista do bairro, hoje está com a visão completamente obstruída por essas construções.

Isso evidencia que atualmente não existe uma política de habitação social que realmente impacte o bairro e por causa da crise financeira que o país vem enfrentado a autoconstrução passa ser a única opção para a população do condomínio Getúlio Vargas. Hoje somente a área conhecida como “varandão” dos blocos 18 e 19 se encontram preservados, o que não garante que os moradores possam usufruir do local, pois com o avanço do tráfego no local, esses espaços se tornaram um ponto estratégico para a segurança do poder paralelo.

E mesmo com todos esses problemas já evidenciados acima, Guadalupe é sim um território valorizado pelos seus moradores. Todos os entrevistados relataram que tem orgulho de sua infância ter acontecido no bairro.

Essa identidade é muito forte para os moradores do bairro e, quando informados que um dos objetivos da entrevista era que eles pudessem contar a história do bairro, todos demonstraram empolgação com a oportunidade de que seus filhos e netos, no futuro, tivessem acesso a suas memórias e assim à história de Guadalupe.

Além das experiências habitacionais, grandes eventos demarcaram a história do bairro de Guadalupe. Dentre tais eventos, sublinhamos sobretudo as famosas explosões do paiol. Grande parte dos entrevistados fizeram alusão a esse evento, mesmo que não tenham vivido diretamente, ou seja, é uma espécie de memória que se passa localmente por gerações. Quem vivenciou esses fatos, ou até mesmo quem cresceu ouvindo essas histórias, foram marcados por ela. A memória desses dias e dos impactos que eles trouxeram na vida das pessoas é algo que norteou as entrevistas.

A herança fabril também se provou muito importante para a história de Guadalupe. Dentre as diferentes fábricas locais, a presente pesquisa se focou

sobretudo no caso da fábrica Remington, que além de proporcionar emprego e renda para parte da população, foi um local de forte sociabilidade local pelas festas que ali eram organizadas.

Já o lazer é sem dúvida o ponto central da construção da identidade de quem nasceu em Guadalupe. Todos os entrevistados ao serem questionados sobre como era Guadalupe na sua infância e/ou juventude, traziam as experiências que tiveram no bairro. Bailes que ocorreram no Guadalupe Country Club, manifestações culturais como o Bolo Doido e o extinto bloco carnavalesco Namorar eu Sei são citados por eles como um ponto importantíssimo na sua formação social.

Segundo Brum (2015, p. 316), a história e as memórias são contadas não apenas por pesquisadores. Essa história é pautada na transformação do vivido, das percepções e representações sobre o passado, produzindo conhecimento coletivamente. Esse conhecimento produzido pelas memórias dos moradores é importantíssimo para construir a experiência do ser suburbano de Guadalupe. Apesar das especificidades dessa experiência, tal processo pode ser reproduzido na produção de outros territórios suburbanos do Brasil. Através dos conceitos sobre memória, história oral ou micro história, compreendemos como os invisibilizados se tornaram protagonistas de suas próprias histórias.

Os moradores de Guadalupe enfrentam diariamente o preconceito imposto aos territórios periféricos. Ouvir essas pessoas me proporcionou construir uma narrativa diferente de Guadalupe. Guadalupe é um bairro riquíssimo de história. Iniciativas como essas são ferramentas políticas capazes de reconstruir novas narrativas de forma que seus moradores possam se sentir ainda mais protagonistas de suas próprias histórias.

6

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, A. N. **A memória dos trabalhadores metalúrgicos do Rio de Janeiro na perspectiva da autogestão: o caso Remington.** Rio de Janeiro, 2007. 129 p. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

ARAVECCHIA-BOTAS, Nilce. Estado, arquitetura, desenvolvimento. A ação habitacional do IAPI. **PosFAUUSP**, São Paulo: UNIFESP, v. 24, n. 43, p.162-165, 2016.

BONDUKI, N. G. Origens da habitação social no Brasil. **Análise Social**, v. 29, p.711-732, 1994.

BRASIL. Projeto de Lei nº 1050, de 1 de janeiro de 1959. **Orçamento Geral da Fundação da Casa Popular.** Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 1959. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=7D84E30D8BB2C30C938200B1DA046DA9.proposicoesWebExterno2?codteor=1205872&filename=Dossie+-PL+1050/1959>. Acesso em: 13 maio 2020.

BRUM, M. S. Ignácio. Memórias, identidades e silêncios: a história local em sala de aula, trabalhada com diferentes gerações. **Revista História Hoje**, v. 4, n. 7, p. 313, 4 ago. 2015. Doi:10.20949/rhhj.v4i7.181.

CHALHOUD, S. **Trabalho, bar e botequim.** Campinas: Editora Unicamp, 2012.

D'ANDREA, T. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. **Novos Estudos CEBRAP**, p. 19-36, 2020.

DINIZ, L. N. **Conjunto Habitacional Presidente Getúlio Vargas: da proposta monumental a sobrevivência nos dias atuais.** O MODERNO JÁ PASSADO E O PASSADO NO MODERNO, Porto Alegre, RS, 2007. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/1227767-Conjunto-habitacional-presidente-getulio-vargas-da-proposta-monumental-a-sobrevivencia-nos-dias-atuais.html>>. Acesso em: 13 maio 2020.

ENDERS, A. **A história do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Gryphus, 2015.

FERNANDES, N. N. **O rapto ideológico da categoria subúrbio: Rio de Janeiro (1858-1945).** Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

FERNANDEZ, A. C. F. Orgulho suburbano: o Projeto de Dignificação dos Subúrbios do Rio de Janeiro na imprensa de bairro, 1948-1957. **Cadernos CERU**, v. 16, p. 143-162, 2005. DOI: 10.11606/issn.2595-2536.v16i0p143-162.

FUNARTE. Programa Qualidade de Vida. Coordenação de Recursos Humanos/Ministério da Cultura. **InformArte**, a. 4, n. 3, mar. 2014. Disponível em: <<https://www.funarte.gov.br/boletim/informartemarco2014.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2022.

GOMES, M. F. C. M.; PELEGRINO, A. I. C. (Orgs.). **Política de habitação popular e trabalho social**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000190&pid=S0102-6445200600040000300013&lng=en>. Acesso em: 25 jun. 2019.

GONÇALVES, R. S. **Favelas do Rio de Janeiro**. História e direito. Rio de Janeiro: Pallas: 2013.

GONÇALVES, R. S.; SOCHAUD, S. Indústria e urbanização no primeiro quarto do século XX. Análise comparada entre o Rio de Janeiro e São Paulo. In: LANNA, A. L. D. et al. (Org.). **Transições metropolitanas e centralidades nas cidades brasileiras no breve século XX**. São Paulo: IRD Editions, Annablume, 2019.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2013.

HOBSBAWM, E. J. O fazer-se da classe operária, 1870-1914. In: _____. **Mundos do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

LEFEBVRE, H. **o direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2009.

LIMA, B. A. A.; ZANIRATO, S. H. Uma revisão histórica da política habitacional brasileira e seus efeitos socioambientais na metrópole paulista. I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, Franca, 22 a 24 de setembro de 2014. Disponível em: <<https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/-planejamentoeanalisedepoliticaspUBLICAS/isippedes/bruno-avellar-alves-de-lima-e-silvia-helena-zanirato.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2020.

MANOEL, S. K. **Conjunto Residencial de Deodoro: A Experiência Moderna da Fundação da Casa Popular**. Porto Alegre, RS, 2016. Disponível em: <http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/Salua_manoel.pdf>. Acesso em: 13 maio 2020.

MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

MARTINS, J. S. **Aparição do demônio na fábrica.** Origens sociais do Eu dividido no subúrbio carioca. São Paulo: Editora 34, 2008.

MATTOS, R. C. As “classes perigosas” habitam as favelas: um passeio pela crônica policial no período das reformas urbanas. **Desigualdade e Diversidade**, n. 5, p.149-170, 2009.

MELO, M. A. B. C. **Política de habitação e populismo:** o caso da fundação da casa popular, 1990. Disponível em: <<https://rigs.ufba.br/index.php/rua/article/viewFile/3105/2222>>. Acesso em: 01 jun. 2020.

MERCEDÁRIOS. **Mercedários no Brasil ontem e hoje.** Rio de Janeiro: Editor Borsoi, 1968.

MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. Debate e Debate. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1, p. 7-18, 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/MGNbP3WcnM3p8KKmLSZVddn/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 21 out. 2022.

MONTEIRO, R. et al. Qualidade de vida em foco. **Revista Brasileira de Cirurgia Cardiovascular**, v. 25, n. 4, p. 568-574, dez. 2010. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s0102-76382010000400022>>. Acesso em: 21 out. 2022.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, jul./dez.1993. (História e Cultura).

OLIVEIRA, J. L. de. Pequena história do carnaval carioca: de suas origens aos dias atuais. **Encontros**, Rio de Janeiro. v. 10, p. 61-85, 2012.

PEDRETTI, L. **Dançando na mira da Ditadura:** bailes soul e violência contra a população negra nos anos 1970. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022. 152 p. (Prêmio de Pesquisa Memórias Reveladas, 2017).

PEIXOTO, L. F. L.; SEBADELHE, Z. O. **1976 Movimento Black Rio.** Rio de Janeiro: José Olympio, 2017. 492 p.

PEREIRA, A. V. V. G. Os bate-bolas do carnaval contemporâneo do Rio de Janeiro. **Textos escolhidos de cultura e arte populares**, Rio de Janeiro, v. 6, n.1, p. 115-124, 2009.

PEREIRA, L. A. M. A dança da política: trabalhadores, associativismo recreativo e eleições no Rio de Janeiro da Primeira República. **Revista Brasileira de História**, v. 37, n. 74, 2017.

PORTELLI, A. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RIBEIRO, R. C. B. **Rizomas suburbanos**: possíveis ressignificações do topônimo subúrbio carioca através dos afetos. Rio de Janeiro, 2016. 221p. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ/FAU.

ROCHA, B. R.; DELCONTI, W. L. A relação entre o lazer e a qualidade de vida: indicativos à atuação do profissional em educação física. **Educadores Dia a Dia**, Maringá, p. 01-18, 2020. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/fevereiro2012/educacao_fisica_artigos/relacao_lazer_qualidade_vida.pdf>. Acesso em: 21 out. 2022.

ROCHA, D. A.; SANTOS, H. M.; SILVA, E. S. Habitação Social entre construções e remoções: o caso da vila do vintém e de Guadalupe na cidade do rio de janeiro entre as décadas de 1940 a 1960. **O Social em Questão**, v. 4, n. 53, p. 65-86, 3 maio 2022. Doi:10.17771/pucrio.osq.58497. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/58497/58497.PDF>>. Acesso em: 21 out. 2022.

RUBIN, G. R.; BOLFE, S. A. O desenvolvimento da habitação social no Brasil. **Ciência e Natura**, v. 36, n. 2, p. 201-213, 2014.

SILVA, H. R. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História** [online]. 2002, v. 22, n. 44, p. 425-438, Epub. fev. 2003. ISSN: 1806-9347. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-01882002000200008>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

SOUSA, R. G. Movimento Operário Brasileiro. **Brasil Escola**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/movimento-operario-brasileiro.htm>>. Acesso em: 18 out. 2022.

TORRES, P. H. C. “Avenida Brasil – Tudo Passa Quem Não Viu?”: formação e ocupação do subúrbio rodoviário no Rio de Janeiro (1930-1960). **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 287-303, 2018.

7.1.
Anexo 1 – Decreto de criação da Fundação Casa Popular



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
DIÁRIO OFICIAL
SEÇÃO I

ANO LXXXV — N.º 100

CAPITAL FEDERAL

SABADO, 4 DE MAIO DE 1946

DECRETO-LEI N.º 9.218 — DE 1 DE MAIO DE 1946
Autoriza a instituição da "Fundação da Casa Popular"

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio autorizado a instituir uma fundação denominada "Fundação da Casa Popular"

Art. 2.º A Fundação destinar-se-á a proporcionar a brasileiros ou estrangeiros com mais de dez anos de residência no país ou com filhos brasileiros a aquisição ou construção de moradia própria, em zona urbana ou rural.

Art. 3.º A Fundação reger-se-á por estatutos a serem expedidos na forma prevista neste Decreto-lei.

Art. 4.º A Fundação será dirigida, nos termos que os estatutos estabelecerem, pelos seguintes órgãos:

- a) Conselho Central;
- b) Superintendente;
- c) Conselho Técnico;
- d) Junta de Controle;
- e) Órgãos regionais.

§ 1.º A designação dos membros que integrarem os órgãos centrais de direção caberá ao Presidente da República, devendo participar desses órgãos, bem como dos órgãos locais, representantes do Ministério Público.

§ 2.º Os serviços prestados nos órgãos coletivos serão de natureza relevante e gratuitos.

Art. 5.º Os estatutos fixarão os limites máximos dos valores das moradias de forma a que os benefícios visados por este Decreto-lei favoreçam aos mais necessitados, vedadas obras que não possam ser qualificadas como de tipo genuinamente popular.

Parágrafo único. A casa de moradia poderá ser adquirida em comum por pais e filhos ou cônjuges, ampliando-se, nesses casos, os limites dos empréstimos individuais.

Art. 6.º A preferência para aquisição ou construção de moradia será estabelecida entre os candidatos, na proporção seguinte:

- a) trabalhadores em atividades particulares; 3;
- b) servidores públicos ou de autarquias; 1;
- c) outras pessoas; 1.

Parágrafo único. A Fundação considerará, também, na ordem da preferência estabelecida, aqueles que, fixados em zonas rurais, se dedicarem ao cultivo de produtos essenciais à alimentação popular.

Art. 10. Na instalação de estabelecimentos industriais de vulto, definidos por ato do Ministro do Traba-

ACTOS DO GOVERNO

Art. 7.º A moradia adquirida por intermédio da Fundação não poderá ser objeto de negócio, não é suscetível de transferência inter-vivos, durante a vigência do débito contratual e não responde por dívida além daquela contraída para com a própria Fundação, destinando-se, exclusivamente, à habitação dos beneficiários e de seus dependentes.

Parágrafo único. Sempre que a moradia se tornar comprovadamente imprópria para o uso do respectivo proprietário, poderá este, restituindo-a à Fundação, obter outra por transferência, permuta ou modalidade semelhante de troca.

Art. 8.º Como dotação inicial à Fundação a União Federal far-lhe-á doação da importância de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), em dinheiro na forma prevista no art. 19, sem prejuízo de doações posteriores que venha a fazer em imóveis ou outros bens.

Art. 9.º O capital da Fundação será, inicialmente, de Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros) a ser constituída da seguinte forma:

- a) pela doação referida no artigo anterior;
- b) pelos valores representados por terrenos adquiridos por doação ou compra a longo prazo, da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios, dos Municípios ou de particulares;
- c) pelas contribuições, a título de empréstimo, das instituições de previdência social, de acordo com as instruções que o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio expedir;
- d) pelas contribuições, a título de empréstimo compulsório, das pessoas físicas ou jurídicas, na forma prevista neste artigo;
- e) pelos demais legados ou doações que receber.

Parágrafo único. As aplicações imobiliárias, consistentes na aquisição de terreno, de valor superior a Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) obrigam os que as realizarem à contribuição, por empréstimo resgatável em prazo superior a 30 anos, de importância equivalente a 0,5 % do valor aplicado e aquelas relativas à compra ou edificação de prédio de 200 m² para cima, obrigam a contribuição de 15 cruzeiros por m².

Art. 10. Na instalação de estabelecimentos industriais de vulto, definidos por ato do Ministro do Traba-

lho, Indústria e Comércio, serão obrigatoriamente incluídas como condição do funcionamento, residências para os respectivos trabalhadores.

§ 1.º Aos estabelecimentos industriais, já em funcionamento, será fixado prazo para satisfação de igual exigência.

§ 2.º A Fundação poderá financiar as construções a que alude este artigo, na forma das instruções que expedir.

Art. 11. Os Governos da União, dos Estados, Territórios, Distrito Federal e Municípios, ficam autorizados a desapropriar terrenos destinando-os à construção de moradia popular, nos termos da lei reguladora de desapropriações, sempre que os respectivos proprietários, depois de notificados, deixarem de promover a utilização dos referidos terrenos, nos prazos fixados em cada caso.

Art. 12. Os empréstimos à Fundação renderão os juros que forem estabelecidos em ato do Ministro do Trabalho, de acordo com os cálculos atuariais, e não deverão exceder de 6 % ao ano. Os juros dos empréstimos que conceder não excederão de 3 % ao ano, limitados a 30 anos os prazos de amortizações desses empréstimos.

Art. 13. A Fundação poderá delegar a outras entidades, em especial às Prefeituras Municipais, as atribuições que lhe couberem em matéria de construção de prédios residenciais.

Art. 14. A Fundação gozará das isenções que cabem à Fazenda Nacional no que concerne à tributação de seus bens e das que às autarquias assistem no tocante ao uso de serviços públicos.

Parágrafo único. Os prédios adquiridos na forma deste Decreto-lei ficarão sujeitos, unicamente, a taxas de serviço e isentos de qualquer tributo enquanto não liquidados os empréstimos pelos respectivos adquirentes.

Art. 15. Até que entrem na posse da residência, os adquirentes não estarão sujeitos a qualquer encargo ou pagamento.

Art. 16. Entrando em vigor o presente Decreto-lei as operações imobiliárias e o financiamento das cartilhas prediais dos Institutos ou Caisas de Aposentadoria e Pensões passarão a observar as condições que forem estabelecidas em instruções especiais do

Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 17. Será permitido aos servidores federais, estaduais e municipais ou de autarquias exercerem cargos e funções na Fundação.

Art. 18. Os empregados da Fundação se sujeitarão à legislação do trabalho e serão segurados pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários.

Art. 19. Fica aberto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (anexo n.º 21, do Orçamento Geral da União, aprovado pelo Decreto-lei n.º 8.496, de 23 de Dezembro de 1945) o crédito suplementar de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), à verba que especifica:

Verba 3 — Serviços e Encargos;
§/c. 03 — Auxílios, contribuições e subvenções.

3 — Subvenções.

a) Fundação da Casa Popular. Auxílio inicial para a realização do seu programa: Cr\$ 3.000.000,00.

Art. 20. Ficam criados, no Quadro Permanente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, os cargos, em comissão, padrão P, de Diretor Geral da Secretaria e Engenheiro-Chefe da Fiscalização das Construções, correndo a despesa no corrente exercício, à conta do saldo da respectiva conta corrente.

Art. 21. Dentro do prazo de noventa dias da vigência do presente Decreto-lei, o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, ouvida a Procuradoria Geral do Distrito Federal, expedirá, em portaria, os estatutos da Fundação.

Art. 22. O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de Maio de 1946, 125.º da Independência e 58.º da República.

EURICO G. DUTRA.
Octacílio Negrão de Lima.
Carlos Coimbra da Luz.
Jorge Dodswoth Martins.
P. Góes Monteiro.
João Neres da Fontoura.
Gastão Vidigal.
Luiz Augusto da Silveira Vieta.
Carlos de Souza Duarte.
Ernesto de Souza Campos.
Armando Trompowsky.

(Continua na página seguinte)

7.2.

Anexo 2 – A terceira Via da cidade do Rio de Janeiro



8

Apêndice – Roteiro para realização das entrevistas

- Qual o seu nome e sua idade?
- Chegou em Guadalupe quando?
- Como era Guadalupe quando o senhor (a) veio morar aqui?
- Por que veio morar em Guadalupe?
- Já havia muitas casas nessa época?
- O senhor (a) sabe como o bairro passou a se chamar Guadalupe? Por que um dos lados era chamado de Fundação?
- A Fundação da Casa Popular era presente no bairro?
- Quais eram os locais mais conhecidos no bairro?
- Quais as principais dificuldades que você encontrou quando veio morar em Guadalupe?
- Como era a relação entre os vizinhos?
- Onde as pessoas que moravam aqui trabalhavam? Qual o bairro?
- Como foi observar as mudanças no bairro? As boas e as ruins?
- Conte uma história que ache importante e que ainda não falamos.
- O que mais sente saudade do bairro?
- Ainda mora em Guadalupe? Explique?

VARIÁVEIS:

CASAS BALÃO:

- Por que escolheu morar nas casas balão?
- Como foi a adaptação a esse formato de moradia?

- Quais as principais dificuldades de morar nessas casas?
- Fez alguma adaptação na casa? Explique?

CONDIMÍNIO GETÚLIO VARGAS:

- Como era o conjunto? Era bom de morar?
- Por que escolheu morar no Getúlio Vargas?
- Como se dava a relação com os vizinhos?
- Como comprou o apartamento?